

“OS MESTRES QUE ME ENSINARAM”
Uma sequência de estudos entre épocas a respeito
do aprendizado dos saberes
de mestres da cultura popular



Carlos Rodrigues Brandão

Índice

- 0. “Aprendi assim... foi” – introdução***
- 1. “Os mestres que me ensinaram”***
- 2. Os assombros da memória e do saber***
- 3. Antônio Telles – um mestre da Função de São Gonçalo***
- 4. João Braço – garimpeiro de ouro e de diamante***
- 5. Um professor jagunço***

Bibliografia

O mestre tem que saber dos segredos todos.

Aladares, mestre de Folia em Goiânia

Ele tinha o título de mestre. Porque aqui quem tem o título de mestre é quem faz as coisas mais bem-feitas; então tem o título de mestre. O irmão dele era mestre Pedro e ele era mestre.

Dona Cenira, em São Luís do Paraitinga.

“Aprendi assim... foi.” introdução

Eu trouxe para Campinas e para a UNICAMP uma experiência que comecei a praticar desde o começo de minha vida de professor e pesquisador em Goiás. Costumava mesclar as minhas aulas de antropologia com pequenos “exercícios de pesquisa coletiva”. Sempre que isto era viável, desde um primeiro dia de aulas propunha a uma “turma de alunas” que ao lado do que iríamos viver na sala-de-aulas, nos animássemos a sair fora dos territórios da universidade e buscássemos realizar pequenos e breves exercícios de pesquisas de campo em diferentes cenários sociais próximos.

Tal como praticamos já na Universidade Federal de Goiás dos meus começos de vida de professor, tínhamos diante de nós um tema comum e também um “lôcus” próximo, dadas as nossas próprias condições de tempo e de recursos. Em alguns casos um mesmo exercício de pesquisa era dividido entre e “equipe de pesquisa”. Em outros, os mais fecundos, a partir de uma questão comum, pesquisadores “solo” ou em duplas poderiam estabelecer um enfoque próprio e realizar a “minha pesquisa”, no interior de uma proposta de investigação mais ampla e diferenciada.

Hoje, passados tantos e tantos anos, gosto de recordar que já no meu “primeiro ano de UNICAMP” vivi com alunas e alunos uma inesquecível experiência do que então chamávamos de “pesquisa solidária”. E assim também vivi, mais de vinte anos depois, uma semelhante, mas bastante mais longa e compartilhada “experiência coletiva de pesquisa de campo”, em meus últimos tempos de UNICAMP, antes de me aposentar.

Algumas pequenas “pesquisas solidárias” dos primeiros anos foram simples o bastante para serem esquecidas depois (espero que após haverem deixado resquícios fecundos entre as participantes). Uma outra, vivida anos mais tarde foi bastante mais ampla e chegamos a publicá-la em dois “tomos” devidamente mimeografados.

Ela envolveu o tema deste presente livro, o que demonstra que suas perguntas e buscas já então me interessavam bastante. Seu longo título era: *Estrutura e processos sociais de reprodução do saber popular: como o povo aprende? – um estudo sobre modos de reprodução do conhecimento, sobre estruturas e relações de ensino-aprendizagem entre sujeitos e grupos populares responsáveis pela transferência do saber de práticas produtivas e rituais.*

Uma equipe constituída por oito alunas de graduação e dois alunos, além do professor, também responsável por uma das pesquisas de campo, envolveu-se durante um ano com trabalhos de campo e relatórios de pesquisa¹.

1. Ademais do professor, a equipe da pesquisa contou com estas e estes estudantes de graduação. Aurea Cristina Sampaio, Carlos Rodrigues Brandão, Elda Rizzo de Oliveira, Elisa Granda de Arruda Botelho, Geraldo Matheus Rogatto, Marta Maria

Já no final dos “anos noventa” ministramos juntos, o professor Márcio D’Olne Campos e eu um curso com este título: “Homem, saber e natureza”. Márcio é um físico que a si-mesmo gostava de se intitular como “astropólogo”, dado o seu interesse pela etnoastronomia. Nós nos reunimos em um curso dado o nosso então interesse comum em questões relativas à “cultura e natureza” ou “sociedade e ambiente”. Ao longo de anos anteriores estava sendo criado na UNICAMP o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Ambiente e Sociedade – NEPAM, do qual fiz parte durante anos, sendo inclusive um dos professores de seu recém-criado *Doutorado em Ambiente e Sociedade*, já em anos próximos à minha aposentadoria.

Márcio e eu nos dispusemos a criar um “curso aberto” que incluísse não apenas estudantes de antropologia e outras ciências sociais, mas também de outras áreas. E foi tal a sua receptividade que terminado o semestre de aulas, nós o estendemos a mais dois semestres. Aquela foi para mim uma inesperada e fecunda nova experiência. E mais ainda, porque já durante o correr do “primeiro curso” surgiu a idéia de nos constituirmos como uma ampla “equipe de pesquisa”. Assim foi feito. Outras pessoas motivadas pelo tema e a proposta de trabalho incorporaram-se à equipe, que envolveu então de estudantes de graduação a mestrandas, doutorandas e professores. Ao todo fomos vinte e dois integrantes.

O foco de nossos cursos foi também o de nossas pesquisas: a relação entre diferentes coletivos sociais e culturais e suas relações patrimoniais com o meio ambiente. O projeto, agora financiado pela FAPESP, tomou este nome: *Homem, Saber e Natureza*. E ficou conhecido entre nós, pela sua sigla: *HOSANA*.

Tal como em projetos coletivos anteriores, definimos áreas – agora bem mais amplas – de pesquisas de campo, ao redor de um também amplo foco comum de estudos. Uma das equipes investigou comunidades “caiçaras” do Litoral de São Paulo e, a outra, comunidades “caipiras” do interior do Estado.

Nossa questão agora era relativa mais a relações “homem-natureza”, mas em algumas pesquisas de campo e, de maneira especial, na minha, algo da antiga preocupação voltada a processos culturais de reprodução do saber, ou seja, do dilema humano do ensinar-e-aprender, quase invisível na antropologia de então, permanecia latente em minhas novas pesquisas, a partir da do “Projeto HOSANA”.

Depois de aposentado na UNICAMP em 1997, permaneci e permaneço até hoje, em 2021, como “professor colaborador”. Alegro-me de haver seguido como orientador de mestrandos e, depois de doutorandas em antropologia. Foram

Machado, Maria Filomena Gregori, Patrícia Sarti, Ronaldo Simões Gomes, Rosângela Maria Nazzieiro, Wilma A. Silva. Vários deles completaram estudos de pós-graduação e algumas tornaram-se professoras. Uma delas da própria UNICAMP. Nossos relatórios de pesquisa, reunidos em dois volumes, foram por nossa conta publicados mimeografados em dois volumes. Não os tenho comigo há anos e lamento não saber do destino deles.

muitos antes de minha aposentadoria. Foram várias depois da aposentadoria. E são ainda hoje, duas pessoas.

Quando em 1997 pensei estar encerrando a minha vida de professor para iniciar uma outra, de um educador-militante envolvido com o intervalo entre a educação popular que me acompanha desde 1963 e a educação ambiental, com que me envolvi durante vários anos desde os primeiros “anos oitenta”, eu me vi reinaugurando uma nova vida docente. Fui professor convidado ou visitante de cinco universidades, de Goiás, de São Paulo e de Minas Gerais. Sobretudo nas “mineiras”, entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade Estadual de Montes Claros, vivi a ventura de poder em quatro ocasiões coordenar equipes de pesquisa, agora da “área da geografia” e dedicadas e com exclusividade a pesquisas de campo no Norte de Minas, entre comunidades “do Rio São Francisco” e comunidades “dos sertões roseanos”. Dessas experiências de “pesquisas solidárias” resultaram mais de sessenta relatórios científicos e quatro livros-coletânea, com vários deles incluídos².

Devo lembrar que antes mesmo de ingressar na “vida universitária” como professor (agosto de 1967, na Universidade de Brasília) eu já havia trabalhado em um dos “movimentos de cultura popular” dos começos dos “anos sessenta”. Embora dedicado à alfabetização de jovens e de adultos, o *Movimento de Educação de Base* centrava a sua proposta pedagógica na educação. E, até onde eu soube, o MEB era o único dos movimentos de então que possuía um antropólogo em seu quadro de educadores.

Já desde então interessei-me profundamente por questões de fronteira entre a psicologia de minha graduação e a antropologia de meu mestrado e da sequência de minha carreira acadêmica. E, como antropólogo, estive sempre próximo ao estudo do que então – agora com um olhar mais científico centrado em Geertz do que político, centrado em Gramsci – chamávamos de “culturas populares”. Meus sujeitos de estudos foram desde sempre camponeses e negros. E eu me dividi ao longo dos anos entre pesquisas a respeito de comunidades tradicionais camponesas, com foco sobre o trabalho e os modos de vida não apenas dele derivados, e a dimensão entre a religião e o ritual entre camponeses e negros de Goiás, de São Paulo e de Minas Gerais.

E entre as questões que me motivavam, uma delas me parecia quase sempre ausente do olhar e da escrita de antropólogos e, com menor intensidade, de antropólogas. A questão centrada não tanto em saberes, sentidos e significados, mas no próprio acontecer interativo e social em que o que se sabe, sente, crê, pratica, faz, etc. é ensinado-e-aprendido.

Como estarei relembrando no capítulo seguinte, provavelmente de todas as áreas e esferas da vida humana provavelmente a da educação seja a que menos interesse despertou entre antropólogos, desde Franz Boas até os

2. Ver: *Etnografias do Rio São Francisco – comunidades tradicionais ribeirinhas do Norte de Minas Gerais; Cerrado, gerais, sertão – comunidades tradicionais dos sertões roseanos; Beira-vida beira-rio – vida, comunidade e cultura no Rio São Francisco; Viver em ilhas; Vozes do Rio.*

discípulos de Clifford Geertz. E, entre nós, desde os trabalhos pioneiros de campo, entre os “estudos de comunidade” e as antropologias posteriores, desde as dedicadas aos indígenas até as que escolheram a grande cidade como seu campo de estudo.

Este livro é uma coletânea de trabalhos meus que atravessam anos e décadas. Eles estão bem mais concentrados em pesquisas minhas junto a pessoas e coletivos envolvidos com a religião e os rituais do catolicismo de camponeses e de negros. Não raro, de negros também camponeses. Em todos eles uma mesma pergunta estará presente: “como o povo aprende?” E ela deverá ser desdobrada em uma outra mais longa e completa: “como em diferentes formações sociais tidas como “tradicionais”, “patrimoniais”, “camponesas”, etc. são constituídos e consagrados modos culturais próprios de ensino-aprendizagem?”

E então espero demonstrar a quem leia os relatos seguintes, como certas palavras, entre verbos, substantivos e adjetivos; certas construções de palavras e certas afirmações a respeito de “como isso acontece aqui”, não diferem substantivamente de como um professor universitário descreveria suas experiências entre o estudante que foi e o docente que é agora.

Esta breve sequencia de relatos e narrativas de pesquisas sobre se aprende fora e longe das escolas, poderia ser lida como um convite a uma antropologia da educação.

Centrada em pessoas e coletivos rituais do mundo rural ou de pequenas cidades do Brasil, que esta introdução se encere com um dos escritores que mais me tem inspirado ao longo da vida: João Guimarães Rosa.

*Serras que vão saindo, para destapar outras serras.
Tem que de todas as coisas, vivendo, se aprende;
mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras
maiores perguntas.*

Campinas, 2 de fevereiro de 2021

(dia de Iemanjá)

Carlos Rodrigues Brandão

“Os mestres que me ensinaram³”

Eu digo o seguinte: todos aqueles que quiser aprender na doutrina, traga um caderno. Eu tenho o prazer de ensinar pra cada um, pois tenho certeza que o tempo não tá muito longo.
Messias, mestre de Aladares, mestre de Folia em Goiânia

Aprendi assim. Foi.
Mestre Donquinha, folião de Caldas em Minas Gerais.

Os mestres da “Folga” e da “Folia”

Escrito através dos olhos do antropólogo e com os usos da lógica de sua ciência, este estudo sobre a reprodução social do saber popular é dirigido a educadores. No entanto, devo dizer de saída que não sei bem como convidar companheiros de trabalho, professores e outros profissionais da educação, a que viagem comigo a trilha das páginas seguintes.

Repito, elas falam sobre a Educação. Falam sobre situações, processos e pequenas estruturas de trocas de símbolos através dos quais flui o saber e o ensino do saber. Falam, portanto, sobre o trabalho social de ensinar-e-aprender. Mas o problema é que se o assunto parece nos ser tão familiar, os atores que entre cantos e danças o tornam aqui vivo e real, podem parecer distantes e estranhos. Espero que nem tanto e nem por tanto tempo.

Eis o desafio da viagem que nos aguarda: o que poderiam ensinar ao educador erudito alguns bandos viajeiros de “foliões de Santos Reis” e de “dançadores-folgazões do São Gonçalo”, sujeitos roceiros dos sertões de Goiás, Minas e São Paulo que convoco a que peregrinem, cantem, rezem, dancem e falem diante de nós? Ei-los, leitor, a seu modo nossos iguais em artes e ofícios: mestres da “Folga” e da “Folia”. Saberemos ouvi-los?

Entre 1972 e 1980, pesquisei algumas situações da vida e do trabalho de populações rurais do Centro-Sul do Brasil. Dois ou três estudos feitos em Goiás trataram de questões ligadas, por exemplo, ao sistema de relações familiares e

³ O texto original aqui apresentado foi antes parte de um longo projeto de pesquisa: *Estruturas e processos de reprodução do saber popular*, do então Conjunto de Antropologia, do Departamento de Ciências Sociais do ICHL da UNICAMP, em nome de disciplinas que lecionei em alguns anos da década de 80. Participaram os seguintes estudantes: Aurea Cristina Sampaio, Elda Rizzo de Oliveira, Elisa Granda de Arruda Botelho, Geraldo Matheus Rogatto, Marta Maria Machado, Maria Filomena Gregori, Patrícia Sarti, Ronaldo Batata Simões Gomes, Rosângela Maria Nazzieiro, Wilma A. Silva. Todas as participantes apresentaram relatórios de suas próprias pesquisas de campo.

produtivas do campesinato; às representações que lavradores migrados para a cidade faziam sobre o trabalho e o alimento; às imagens que sobre si mesmos possuíam negros de antigas cidades “do tempo do ouro”. Outros estudos foram mais sonoros. Estendidos depois a Minas Gerais e a São Paulo, eles fizeram perguntas sobre festas, rituais e símbolos do catolicismo popular. Primeiro busquei compreender alguma coisa a respeito da trama de trocas de serviços e significados que dançadores do congo e do moçambique, ou que foliões do Divino e dançadores da Santa Cruz e do São Gonçalo, estabeleciam entre si e entre eles e outros participantes de rituais e festas “de santo” do interior do Brasil. Depois ampliei um pouco o quadro das perguntas e investiguei relações religiosas de teor político dentro do que então aprendi a chamar de: “o campo religioso”⁴.

Ora, ainda que naquele tempo as trocas populares de saber não fossem objeto de minhas perguntas, por toda a parte eu as encontrei. Aprendi a tratar alguns camponeses dançantes e cantadores com o nome de “mestre”. Assim os chamavam os seus “discípulos”, alunos que cantando e dançando com eles aprendiam. Aos poucos, sem muitas surpresas com o passar do tempo, fui percebendo que alguns métodos criativos de educação ativa eram costumeiros ali, ainda que nomes como os de Piaget fossem entre aqueles lavradores em festa mais desconhecidos do que o de algum planeta inexistente.

Por onde andei nunca vi espaços próprios e situações formais ou escolarizadas de ensino, mas aqui e ali encontrei inesquecíveis momentos de um persistente trabalho pedagógico, mesmo quando aparentemente invisível. Mesmo quando oculto atrás da força da evidência de outras práticas, como o trabalho de lavradores, os rituais coletivos dos dias de festa de povoado, ou os momentos de lazer das tardes roceiras.

No interior da família nuclear, nas redes tradicionais da parentela ou da vizinhança rural, dentro de equipes de trabalho coletivo e rotineiro, ou de trabalho popular especializado, deparei-me com diferentes situações onde o próprio ato do ofício é carregado do exercício ativo de fazer circular o conhecimento. De educar, portanto.

A mesma experiência que vivi conversando com lavradores dos fundos de Goiás, repeti conversando depois com agentes de rituais devotos. Todos estranhavam quando eu lhes perguntava quando e como aprenderam o saber e as difíceis habilidades do ritual de que eram parte – às vezes como um figurante entre muitos, às vezes como um “mestre”. Estranhavam a pergunta e demoravam a resposta. A entrevista que vinha fácil até ali, ficava então difícil. Quase sempre diziam que “desde menino” e que foi “vendo os outros fazendo”. Não foi, ou não foi somente assim. Quando a pergunta insistia, a memória

4 Trata-se de *Os Deuses do Povo – um estudo sobre a religião popular*. Brasiliense, 1980. Sobre a mesma questão recomendo ao leitor a leitura de *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*, capítulo 2 de *A Economia das Trocas Simbólicas*, de Pierre Bourdieu, Perspectiva, 1974.

popular desvelava situações onde houve momentos destinados a ensinar-e-aprender, dentro e fora do exercício do ritual. A memória do artista devoto recordava, então, que por simples que pareça o seu grupo de trabalho religioso, ele é uma equipe corporada de um ofício de especialistas. Ali há postos, hierarquias, e ali todos respondem por tipos diferentes de poder, de trabalho simbólico e de exercício do saber. A diferença faz a unidade e torna possível a equipe. Este fato descoberto aos poucos acabou me impressionando muito. Afinal, como todos os que aprenderam artes e ofícios em escolas eruditas, eu havia sido acostumado a pensar que ordem, distribuição racional do trabalho, hierarquia de postos e uma carreira profissional eram atributos dos lugares profissionais do meu mundo. Da escola ou de universidade, por exemplo.

Entre mestres e discípulos da Folga e da Folia não realizei mais do que uma primeira aproximação, apenas descritiva, aos processos sociais de reprodução do saber popular. Muitos outros mistérios foram deixados de lado. Para um estudo mais a fundo a respeito das origens dos dois ritos camponeses de que falo, prefiro remeter o leitor ao relatório de outras pesquisas⁵. O pouco de história que cabe aqui, há de servir para ajudar a seguir o fio de uma questão intrigante. De que maneira uma “tradição religiosa” tida como essencialmente popular, foi pelo menos em parte trazida e divulgada por agentes eruditos e colonizadores?

Mais importante do que essa história é a descrição da estrutura interna das relações de poder/saber nas Foliagens e entre dançadores do São Gonçalo. Daí para a frente o resto do caminho passa pelos lugares que, nos interessam mais, leitor. O estudo a respeito do tipo de saber que entre si trocam os sujeitos rurais de quem falo aqui, e de como, no ofício do devoto, se aprende o saber da devoção, preferi fazê-lo a partir da análise de alguns casos. Em cada situação escolhida, através dos relatos de cada mestre, este ou aquele aspecto importante é chamado a explicar-se. Finalmente, para obter sobre o assunto algumas conclusões que acredito possam ser estendidas a outras situações de trocas de saber, procedi como acontece em alguns lugares do Centro-Sul do país. Reuni os mestres da Folga e da Folia, e tomando juntas as suas falas, atos de ofício e lições, procurei aprender e contar como acontece o seu saber.

O material etnográfico mais essencial foi obtido com o trabalho de campo dos dois últimos anos. Parte dele conversando com mestres e devotos em momentos dos dias de rotina. Outra parte, a mais rica e mais motivada, perambulando por ruas da periferia ou trilhas entre sítios e fazendas com “Companhias de Santos Reis”, durante os dias do ano em que eles partem “em jornada”. Reuni aos dados principais das pesquisas recentes alguns outros, fruto de viagens e contatos anteriores. Apenas três ou quatro vezes estive às voltas

⁵ Alguns estudos foram publicados: *A Folia de Reis de Mossâmedes*. Cadernos de Folclore, FUNARTE/INF, 1977; *Sacerdotes de Viola – rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas*, Vozes, 1981; *A Dança de São Gonçalo – ritual religioso do catolicismo popular de camponeses do Estado de São Paulo*, Musices Aptatio – Collectanea Musicae Sacrae Brasiliensis, Institut Fur Hymnologische und Musikethnologische Studien, Roma/Maria Laach, 1981.

com grupos de Folia do Divino ou de São Sebastião. Por outro lado, ainda que várias vezes tenha varado noites entre dançadores folgazões do São Gonçalo, numa região paulista entre Atibaia e Piracicaba, foi junto a um dos mais notáveis mestres do saber popular – Antônio Teles – que obtive quase tudo o que aprendi sobre a dança.

Relaciono abaixo os grupos de trabalho religioso do catolicismo camponês pesquisados. Indico o tipo devocional do rito, assim como o estado, o município e o contexto rural/urbano onde o encontrei.

Ritual	Estado	Município	Contexto
Folia de Santos Reis	Goiás	Mossâmedes	Rural
	Goiás (hoje, Tocantins)	Guaraí	rural
	Goiás	Abadia de Goiás	Rural
	Goiás	Cidade de Goiás	Urbano
	Goiás	Goiânia	Urbano
	Minas	Caldas	Rural
	São Paulo	Jardinópolis/Jales	Rural/urbano
	São Paulo	Ilha Bela	Rural/urbano
Foliado Divino	Goiás	Mossâmedes	Rural
	São Paulo	Ubatuba	Rural/urbano
	São Paulo	São Luís do Paraitinga	Rural/urbano
Folia de São Sebastião	Goiás	Santo Antônio dos Olhos D'Água	Rural
Dança de São Gonçalo	São Paulo	Atibaia, Batatuba	Rural/urbano

Alguns anos de pesquisa geram dívidas com muita gente. Não dá para falar de todos. Os alunos da pequena equipe que constituímos na UNICAMP, para realizar os trabalhos da investigação sobre o saber popular, trouxeram idéias novas que fizeram amadurecer as minhas, ou que me obrigaram a revisá-las. Em várias reuniões estudamos juntos, discutimos nossas dúvidas e aprendemos uns com os outros.

Dizendo o nome de alguns mestres foliões e folgazões quero estender a todos o testemunho da alegria de tê-los conhecido. Um deles, Mestre Messias, de Goiânia, morreu moço, uma dessas mortes súbitas de pobre. Deixou um discípulo “formado”, Aladares, hoje “mestre e embaixador”. Os três irmãos do Povo dos Bentos – Nego Bento, Bastião Bento e Quim Bento– que conheci num giro entre fazendas de Mossâmedes, e que depois reencontrei em outro, em Abadia de Goiás. Afonso, violeiro e mestre em São Luís do Paraitinga. Lázaro, um dos mestres da “Folia da Renovação”, em Jardinópolis. Outro, que na doçura do trato lembra “a nação dos Bento”, de Goiás: Joaquim F. Lopes, como se assina, Mestre Donquinha, como se diz em Caldas, Minas Gerais. Antônio Teles, folgazão notável do São Gonçalo, em Batatuba, na região São-Gonçaleira de Atibaia. O mesmo que um dia disse: “aqui há mestres e o mestre dos

mestres”. E depois calou humilde para que o silêncio me sugerisse quem deles ele era.

Folias, folgas, festejos

Sobretudo no centro-sul do país, o nome “Folia” aplica-se a um ritual religioso de grupos de viageiros precatórios. Grupos de artistas devotos em nome de uma santidade de devoção coletiva, visitam casas onde recolhem dádivas, distribuem bênçãos, atualizam promessas e anunciam os festejos do “santo” em nome de quem se reconhecem “em jornada”: Folia de Santos Reis, Folia do Divino Espírito Santo, Folia de São Sebastião, folias de outros santos de devoção camponesa e tradição popular desde o Catolicismo Colonial⁶.

No entanto, Folia foi originalmente uma dança portuguesa, profana e macha, muito difundida nos séculos XVI e XVII. Uma dança ligeira, com adufes e cantos (Câmara Cascudo, 1962: 321). Mais tarde, as folias, purificadas de seus “excessos”, penetraram nos salões e, tal como as mazurcas mais ao norte da Europa, tornaram-se também danças de nobres. Ora, folias terão chegado ao Brasil pelas mãos do trabalho catequético dos missionários jesuítas. Desde cedo eles compreenderam a utilidade de incorporarem dramas, cantos e danças no ensino e nos rituais de catequese dos indígenas. “Façamo-los dançarem como nós, para que creiam como nós”. Criativos aqueles colonizadores. Texto do jesuíta Anton Sepp sobre o trabalho pedagógico da Igreja nas reduções jesuíticas dos índios guaranis.

... tomo a lição dos dançarinos e lhes ensino algumas danças, como as costumamos apresentar em nossas comédias, e como são apresentadas nas igrejas da Espanha por ocasião das grandes festas. Aqui é particularmente necessário entusiasmar os descrentes com coisas semelhantes e despertar-lhes e gravar-lhes, como o aparato litúrgico, uma inclinação natural para com a religião cristã (apud. Moreyra, 1979: 5).

Entre a “Folia de Santos Reis” e a “Folga” ou “Função”, ou “Dança” de São Gonçalo os destinos dos ritos se separam. Em alguns, como na própria Função de São Gonçalo, sobra a dança que sucede a pequena procissão caipira e uma reza ao pé de um altar rústico. Em outros, como na Folia de Reis, é justamente a dança o que desaparece. Em ambos os casos, os dramas piedosos que cantos e danças serviam para introduzir ou dividir em atos, foram como o tempo sendo reduzidos, ou mesmo desaparecendo, deixando vivos apenas cantos e ou danças, ao lado das “rezas” costumeiras. Autos populares até hoje existem em outros

⁶ Algumas definições de Folia: “No Brasil a folia é bando precatório que pede esmolas para a festa do Divino Espírito Santo (folia do Espírito Santo), ou para a festa dos Santos Reis Magos (folia de Reis)” (Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, INL, 1962); “Tem o nome de Folia esse agrupamento que anda de fazenda em fazenda, a pé ou a cavalo... são elas as Folias de Reis, que vão de 25 de dezembro a 6 de janeiro” (José Teixeira, *Folclore Goiano*, Cia Ed. Nacional, 1959).

rituais, como nos de festejos a padroeiros de negros: São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e alguns outros⁷.

A Igreja romanizada dos fins do século XIX lutou por varrer dos templos e das procissões a tradição católica anterior – ibérica e colonizadora – de representar a religião através da memória dramatizada dos fatos religiosos, com diálogos, cantos e danças⁸. No caso do Ciclo de Natal, o resultado deste lento e difícil trabalho “purificador” levado a efeito pela hierarquia católica, foi a transformação, aos poucos, do sistema antigo de ritos solenes, em uma sequência de atos religiosos oficiais – cujo centro é a Missa do Galo – desvestidos de quase tudo o que se fez no passado.

Em mãos de agentes populares da religião – rezadores, capelães, mestres rituais – cerimônias como as folias e as folgas: a) tenderam a reorganizar-se através de pequenas confrarias estáveis de praticantes; b) acrescentaram e depois tornaram fundamentais ritos de peditório de esmolas, pagamento de promessas e trocas solidárias de bens, serviços e símbolos. Migrando de um sistema religioso hierarquizado e erudito, para um sistema comunitário e popular de devoção católica, as danças de folia dos autos da Igreja tornaram-se longas viagens de Folia, sem folias. Explico-me.

Deixando de ser um “drama litúrgico” de pedagogia catequética, as Folias de Santos Reis perderam a estrutura de auto piedoso. A representação da visita dos Três Magos do Oriente ao Menino Jesus, tão comuns nos autos piedosos de Gil Vicente e Anchieta, tomou uma outra forma. Agora, uma longa jornada de 7 a 13 dias de duração (de 1º a 6 de janeiro, ou de 25 de dezembro a 6 de janeiro) entre casas de moradores devotos, tornou-se ela própria um *auto* sem *drama*. Tornou-se uma réplica popular do acontecimento evangélico, sem danças e sem partituras de teatro religioso.

A Companhia de Santos Reis solenemente sai de casa – a do “mestre da companhia”, a de um promesseiro, a do “folião do ano”, ou uma outra qualquer. Ela viaja se possível “de Oriente para o Ocidente”, entre casas “do giro”, e “do pouso”. Nas primeiras, os foliões cantam apresentando-se como viajeiros de uma devoção: pedem esmolas para a Festa de Santos Reis, cantam agradecendo e distribuindo bênçãos. Quando o “dono da casa” ou outra pessoa qualquer solicita algum serviço religioso extra (a reza de um terço, um “cantório” diante de um presépio armado), o grupo ritual cumpre o pedido como parte dos seus deveres. Nas casas de pouso, os foliões almoçam ou, já à noite, jantam e

7. Em Goiás, São Paulo e Minas Gerais, fiz alguns estudos sobre devotos dançadores do Congo e do Moçambique. Eles estão em *A Dança dos Congos da Cidade de Goiás* (Folclórica, nº 6, Goiânia, 1976); *Sacerdotes de Viola*, nos capítulos 5 e 6; *A Festa do Santo de Preto* (Goiânia, 1975, mimeo).

8. Entre muitos, recomendo ao leitor alguns estudos em que a questão é discutida: Edison Carneiro, *A Dinâmica do Folclore* (Civilização Brasileira, 1965) e, especialmente, *Ladinos e Crioulos* – estudo sobre o negro no Brasil (Civilização Brasileira, 1964); Fritz Teixeira de Salles, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro* (Universidade Federal de Minas Gerais, 1963); José Ramos Tinhorão, *Música Popular de Índios, Negros e mestiços* (Vozes, 1972); Julita Scarano, *Devoção e Escravidão* (Cia. Editora Nacional, 1976).

dormem. Ali são mais frequentes os outros serviços religiosos ou as funções festivas, como os cantorios de “benedito de mesa” (após as refeições), longas rezas de terço e danças da região: catiras, forrós, chulas, viadeiras, entre as que conheci em Goiás.

Na tarde do dia 6 de janeiro, o grupo de viajeiros chega ao lugar antes tratado para a Festa de Reis. Ali, repetem-se, redobradas em tempo e solenidade, as seqüências de anúncio da chegada, distribuição de bênçãos, rezas. Diante de um presépio armado para a festa – uma “lapinha” – os viajantes da Companhia de Santos Reis completam os cantos e as rezas da “adoração”. Mais do que em outros momentos, eles são assistidos pelos “donos da casa” – os festeiros – por devotos e outros acompanhantes. Entende-se que, simbolicamente, “os Três Reis chegaram em Belém”, e, uma vez mais, cumpriram o rito de adoração ao “Menino Jesus”, o que encerra a seqüência religiosa dos dias “de jornada”. Uma “adoração” completa, conduzida por um mestre experiente, pode durar entre duas e três horas de “reza e cantorio”. Depois dela, todos comem, bebem e dançam. Com isso completam o final da Festa de Santos Reis. Folias de outros padroeiros observam os mesmos passos.

Para todas as pessoas a quem interessa a questão de como se cruzam fragmentos do que tradicionalmente chamamos *cultura erudita* e de *cultura popular* (indígena, camponesa, operária, etc.) a curta narrativa feita até aqui pode conter algumas lições. A Igreja Católica apropria-se de elementos de um saber popular – cantos, danças, versos, autos – que ela reescreve e dota de outras funções, como a de catequese de índios e mais tarde, de negros escravos trazidos da África. Quando o repertório de crenças e cultos trazidos pela Igreja é apropriado por confrarias e irmandades de leigos devotos e, assim, estabelece espaços simbólicos de prática religiosa relativamente autônoma, frente ao poder de controle da hierarquia eclesiástica, os funcionários da Igreja primeiro se retiram de tais tipos de saber e prática devocional e, depois, proclama a sua ilegitimidade. Eles são redefinidos como formas marginais de crenças e cultos profanadores do saber e do trabalho religioso exercido pela Igreja, através dos seus agentes oficiais. O imaginário e o trabalho simbólico populares recriam o aprendizado feito e o transformam no *corpus* religioso dos seus sistemas comunitários de devoção católica.

O ritual votivo da Folia de Reis é apenas um exemplo do que acontece com inúmeros outros. Sobrevivente em redutos de cultura camponesa, multiplica-se entre incontáveis equipes, grupos e confrarias de foliões. Unidades populares de trabalho religioso; equipes estáveis de especialistas camponeses que realizam uma fração do trabalho popular de fazer com que circule *na* comunidade e *entre* comunidades rurais (depois urbanas, quando o lavrador começa a migrar para a beira das cidades) o saber coletivo de crenças de fé, ritos de piedade e regras de vida.

Modalidades complexas de saber e de trabalho religioso que, para serem exercidos todos os anos entre os últimos dias de dezembro e os primeiros de janeiro, precisam ser ensinados-e-aprendidos. Precisam ser codificados e

desigualmente distribuídos entre mestres, contramestres e discípulos foliões dentro de uma ordem popular de exercício coletivo, cujo conhecimento nos espera algumas linhas adiante.

Mestres, Contramestres, Foliões e Folgazões

Vista à distância, a “Companhia” de camponeses que jornadeia em nome dos “Três Reis Santos” parece um *bando*, um *bando errante*. O depoimento de Luís da Câmara Cascudo.

No Brasil, a folia é bando precatório que pede esmolas para a Festa do Espírito Santo (folia do Espírito Santo) ou para a Festa de Santos Reis Magos (folia de Reis) (1962: 321).

No entanto, ela não é um bando errante. Longe disso, é um grupo corporado de trabalho religioso. Quem volta e meia toma por algum motivo os caminhos de terra das estradas das roças do país, pode ao acaso dos janeiros topar com pequenos grupos de três a cinco pessoas que se acompanham de pelo menos uma bandeira, duas violas, um pandeiro e uma “caixa”.

Como supor que possa haver ali uma organização interna que chega a ser muito complexa quando o grupo é maior, como entre as companhias que Zaíde de Castro e Araci do Prado Couto encontraram no Rio de Janeiro, com 24, 25 e até 35 personagens (1959: 21)? Mas até mesmo quando o “bando” é muito pequeno, como costuma acontecer com as companhias de Folia do Divino Espírito Santo, existe ali uma distribuição de trabalho que atribui a cada devoto folião uma posição hierárquica e um lugar próprio no ofício de “foliar”.

Cada personagem do ritual comanda e obedece de acordo com o seu posto: embaixador (também: capitão, chefe, mestre, guia), contra-mestra, alferes, gerente, folião palhaço (também: gigante, boneco, bastião). Cada um toca, canta, reza ou representa de acordo com o seu papel de devoto-artista: a) o das diversas vozes e desempenhos, como a 1ª voz, a resposta, o contrato, a seguinte, e assim por diante; b) o dos instrumentos do ritual, como violas e violões, pandeiros, acordeons ou sanfonas, rabecas, caixas e pandeiros⁹.

Ainda quando a situação de um personagem é grotesca e parece absolutamente improvisada, como a dos palhaços (que em tudo parecem profanos, profanadores e, portanto, opostos aos piedosos foliões), ela é tão

⁹ Nomes, títulos de figurantes, funções específicas de cada cargo no ritual, relações internas de saber e poder, distribuição do trabalho artístico, tipos de instrumentos, regras e princípios de regras do rito, tudo varia de região e, não raro, de Companhia para Companhia, de “sistema” para “sistema”. Mas em qualquer caso, em qualquer lugar, tudo gira em torno a um *mestre, capitão, embaixador, chefe, guia*, ao mesmo tempo o responsável pelo “terno” e o seu principal ator. Os próprios mestres estabelecem as grandes diferenças entre modelos de organização da Folia de Reis, não raro dando o nome de “sistema”, associando a um estado ou uma região, a cada tipo de variação. Fala mestre Messias, de Goiânia: “o sistema de Folia é Goiano, Maranhense e Mineiro; é quase tudo o mesmo ritmo. Agora, Paulista, Cuiabano já é diferente”.

rigorosamente regida por um código de preceitos, quanto a de qualquer outro figurante. Como toda a jornada entre estradas e casas é entendida como um longo rito que em tudo imita “a viagem dos Três Reis Santos a Belém”, todos os momentos do “foliar” são codificados: caminhar pelas estradas; encontrar outras “bandeiras” (outras equipes de Folia) pelo caminho¹⁰; entrar em cada casa de “morador” (na verdade, em cada um dos espaços nominados da casa, muitas vezes: a porteira, o arco, a varanda, a sala); proceder dentro de cada casa, no interior e fora dos momentos propriamente religiosos do ritual; cantar e dançar nas casas de pouso; chegar ao local da festa e proceder ali.

Quando uma companhia de foliões é muito pequena – porque de uma outra, rural e maior – os foliões podem estar distribuídos assim: um mestre, um contra-mestra, um caixeiro e um menino que faz a voz do “tipe” (“requinta”, em Minas e Goiás). Quando mais completa, uma companhia deve ter pelo menos treze participantes: um mestre e doze acompanhantes, que alguns identificarão como “os doze apóstolos de Jesus”. Algumas vezes ela incorpora ainda um, dois ou mais palhaços.

Procuramos conhecer a divisão dos postos e atribuição de tarefas no ritual. É através dessas que fluem as relações de ensino-e-aprendizagem cujo conhecimento é, afinal, o objeto de nosso estudo.

O mestre, o embaixador

A variedade de nomes com que se designa o chefe da Companhia ajuda a explicar as dimensões de seu trabalho. Ele é o *mestre* que sabe e ensina, é o *capitão* que comanda a equipe e é o *embaixador* que a representa. Bastião Bento dizia em Goiás: “A Folia é o mestre”. Coisa que ele mesmo nunca quis ser, e explicava:

Já fiz de tudo na Folia e não sei fazer nada. De formas que eu já girei como requinteiro e até hoje eu prefiro mais requintar do que ajudar lá na frente. É que a minha voz não dá”.

Mas esta é uma outra história. O mestre é, ao mesmo tempo, o “dono da companhia”, o responsável pela qualidade de seu trabalho e o seu principal artista. Ele criou o grupo, recebeu-o por herança de um pai ou outro parente consanguíneo mais velho, ou então subiu passo a passo os “encargos” da Folia até tornar-se *mestre*. A cada ano o mestre agencia o grupo ritual e decide uma vez mais a “jornada da Folia”, acertando com os moradores da região da jornada

10. O fato de que de antemão todo o trajeto da Folia de Reis seja pré-determinado, associado ao fato de que, em cada casa do “giro” ou do “pouso”, entre as inúmeras de uma “jornada”, haja uma contracenada completa entre os devotos viajantes e os moradores, devotos e promesseiros, ajuda a pensar que, mais do que um grupo errante de artistas camponeses, o ritual da Folia venha a ser todo um espaço rural (ou já urbanizado, quando na periferia de cidades) redefinido simbólica e socialmente para / pelo trabalho religioso que ali se realiza durante um período de tempo igualmente reescrito entre regras, símbolos e imaginários religiosos populares.

os lugares de “giro” e dos “pousos” de almoço e dormida. Acerta com o festeiro do ano sobre a Festa de Santos Reis. É muito comum o mestre ser procurado por moradores do lugar, devotos e promesseiros que se alistam como festeiros, ou que apenas querem que a Folia passe por suas casas durante a jornada.

Veremos adiante que o mestre é um professor rústico. Um especialista religioso sobre quem recai, como uma das suas tarefas mais essenciais, a de formar um grupo corporado de artistas-devotos; transferir a seus membros, diferencialmente, o seu saber, mantê-los coesos e submissos ao código do ritual e, finalmente, distribuir entre posições e comandos o trabalho a sua equipe de foliões. Eles detêm o poder do “capitão” porque sabe, como um mestre – e apenas um mestre de Folia o saberá assim – todo o saber sobre as artes, os fundamentos e as regras do ritual que os outros artistas-devotos conhecem de modo fragmentado. Antes e depois dos dias de jornada, o mestre providencia ensaios, quando julga isto necessário. Muitas vezes vi, durante este ou aquele momento da “apresentação da Folia”, um mestre corrigindo um “companheiro”, ensinando alguma coisa ou repreendendo uma conduta indevida.

Nos “cantorios” da Folia é sempre o mestre (a não ser quando ele delega por instantes a tarefa a um outro) quem “tira” a música. Ele canta sozinho o que os outros responderão depois, repetindo os seus versos da quadra, ou completando-os com os seguintes. Por isso, espera-se de um mestre que ele seja a memória do rito. Que saiba o “repertório da Folia”, ou que seja capaz de improvisos de artista. Voltaremos a essas questões mais à frente. Por agora antecipemos uma fala em que um embaixador descreve, no que vai fazer, aquilo que sabe.

Lá é uma entrega simples, porque é um voto, não é diretamente um reinado. É uma Entrega muito simples, mas na simplicidade dessa Entrega eu vou fazer uma Adoração (cantorio solene diante de um presépio) justamente completa perante uma parte do Velho Testamento e outra parte do Nascimento de Cristo; e a outra parte pequena da Adoração dos Três Reis. Quer dizer, como também tem uma partilha da Apresentação de Jesus no Templo, pra que de cada parte eu apresente pelo menos três versos, que é um dever doutrinal do folião. Então, depois que eu terminar essa parte, essa saudação, aí, agora, eu vou citar a humildade do penitente que está cumprindo o seu voto, pra que seja cumprido e receber a santa bênção divina sobre a terra, ajoelhando depois que ele receber a santa bênção. Naquele momento que ele tá recebendo, todos ajoelhamos porque são palavras que principalmente nós foliões temos que ter grande reverência... (Mestre Messias, de Goiânia, explica as partes do ofício que cantará em uma casa onde há pessoas com “voto” para pagar).

O Contramestre, contra-guia

Algumas vezes não tem este título, mas apenas o da voz com que canta: “segunda”, “resposta”, aquele que via de regra responde aos versos entoados pelo mestre, antes que a seguir os devotos de outras vozes completem versos de cada quadra do “cantorio”. Ele é o substituto e o auxiliar imediato do embaixador e, por isso mesmo, deve ser aquele cujo conhecimento mais se aproxima do saber do mestre, de quem é o mais atento aprendiz. Não é indispensável que um folião seja antes um contra-mestra para chegar depois ao posto de comando de uma Companhia de Santos Reis. Mas esta é a regra geral e alguns mestres de Folia chegam a acreditar ser impossível que alguém venha a ser um bom mestre sem ter antes estagiado durante alguns anos na posição de contra-mestra.

O Alferes da Bandeira, o Gerente, o Regente

Não há “Companhia de Reis” sem o seu mestre e sem um contra-mestra. Mas daí para baixo nem todas possuem completos os cargos de trabalhos ritual ou de controle da conduta dos foliões. Algumas vezes o contra-mestra divide com um alferes da bandeira a função de auxiliar direto do mestre. Outras vezes ambos podem receber o nome de *gerente* ou *regente* – sem dúvida inovações que trazem para o trabalho religioso tradicional do campesinato sinais da ordem profana e dominante – e a tarefa de “zelar pela disciplina” do grupo (Moreyra, 198: 32).

O mestre designa o gerente e descansa do trabalho de controlar a conduta da equipe de devotos. O gerente reúne os foliões antes da “saída” e lembra as regras da Folia. Durante o giro, chama a atenção dos viajantes e de acompanhantes que, seja na estrada, seja em alguma casa, fogem por momentos das normas prescritas e consagradas pelo uso.

Folia alguma “gira em jornada” sem a sua bandeira: a “guia”. Ela vai à frente de todos e é o principal, senão o único símbolo de devoção coletiva do ritual de Santos Reis ou do Divino Espírito Santo. Quando há personagens em número suficiente, um alferes de bandeira carrega a “guia” durante todo o trajeto, a não ser quando algum devoto promesseiro pede para conduzi-la por um dia ou dois, em pagamento de um “voto válido”. Muitas vezes ele não tem outro papel a não ser o de levar a bandeira em jornada e, depois, guardá-la em casa de um ano para o outro.

O Folião: Devoto e artista

Em “jornada” os foliões não se confundem em nada com grupos de romeiros. São devotos-artistas, não romeiros-devotos, ainda que o seu ritual de culto coletivo seja também uma viagem. Na romaria e na procissão o que se tem é uma pequena massa provisória de fiéis. Na Folia há, repito, uma equipe estável de devotos-artistas.

Há uma outra diferença essencial. Nas procissões, a divindade ou os santos padroeiros deslocam-se, nos seus andores, com os caminhanes. O sagrado é conduzido pelos que andam. Nas romarias, a massa de devotos parte em busca do lugar santo; os homens é que vão a Deus ou aos santos, que os esperam no final de uma viagem, muitas vezes longa e penosa.

A idéia é de Roberto da Matta e pode ser instrutiva aqui (1980: 80, ver também em Victor Turner, 1975: 166 a 230). No entanto, na procissão ou na romaria o espaço coberto com o santo, ou em sua direção, é de algum modo sacralizado. Nesse sentido, folias camponesas são um rito mais próximo da romaria do que da procissão. Levando uma bandeira, que não raro é identificada com o sagrado e à qual são atribuídos poderes de eficácia simbólica, os foliões partem em busca de um presépio – “nós vamos em jornada de Oriente pra Ocidente em busca da Lapinha de Belém”, se diz e se canta – no local da festa. Ali a folia faz a “Entrega” e conclui solenemente o trabalho de mais um ano do seu ritual votivo¹¹.

De Goiás a São Paulo, ouvi vários mestres repetindo com palavras diversas os mesmos preceitos. Quando uma pessoa faz uma promessa aso “Três Reis Santos”, deve cumpri-la patrocinando uma Festa de Santos Reis; oferecendo um pouso à Folia; dando esmolas em dinheiro ou prendas de leilão; mandando rezar um terço em sua casa por ocasião da passagem de uma Folia; ou acompanhando por um dia, dois, ou uma jornada completa, a viagem dos foliões.

Caso o voto comprometa o fiel com uma participação mais estável, será necessário: 1º) que ele encontre uma Companhia com um lugar vago de trabalho artístico; 2º) que ele tenha, ao mesmo tempo, o “dom” de folião e a habilidade para cantar e tocar algum instrumento. *Estar na Folia* como devoto promesheiro ou acompanhante festivo, “é uma coisa de religião, de devoção da pessoa”. Assim em disse uma vez mestre Cícero, que levou com a família mineira uma Companhia completa de Folia de mudança para Guaraí, no Norte de Goiás. *Ser da Folia*, como um personagem do grupo, é uma questão também de “dom”, palavra que mestres e foliões usam a todo momento para explicar porque, fora os motivos da fé, estão ali “em jornada”. É preciso ter *devoção* para ser um fiel acompanhante, um festeiro de Santos Reis, um morador que por uma noite abriga a viagem da Folia. Mas é indispensável ter o dom, o patamar natural sobre o qual se equilibra o saber do artista, para ser um folião. É esta peculiaridade o que desenha a outra face do artista devoto de tantos rituais

11. Alguns estudos fundamentais a respeito de peregrinações e romarias: Maria Cecília França, *Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa* (USP, 1976); Rubem Cesar Fernandes, *Os Cavaleiros do Bom Jesus* (Brasiliense, 1982); Daniel Gross, *Ritual and Conformity – a religious pilgrimage to northeastern Brazil* (Ethnology, apr. 1971); Victor Turner, *Image and Pilgrimage in Christian Culture* (Columbia Univ. Press, 1979). Romarias portuguesas foram estudadas por Pierre Sanchis em um admirável trabalho que aguarda publicação em francês: *Arraial – la Fête d'un peuple*.

coletivos do catolicismo popular: ser um sujeito de devoção ativa a um padroeiro, que traduz em um trabalho artístico, o teor de sua devoção.

Fora o alferes da bandeira, mesmo que algum folião não seja um cantor da equipe, será um dos seus instrumentistas. Um “caixeiro” ou um “rabequista” que toca sem cantar, mas cuja presença é indispensável para que o grupo se apresente “completo”. Aqui e ali, em Goiás, São Paulo e Minas, meninos de menos de dez anos giram dias a fio com as cores do Divino pregadas no bolso da camisa. São foliões. Não cantam como os outros, nem dançam as alegres catiras, mas devem dar, depois dos últimos versos de cada quadra, os longos e finos gritos das vozes de “requinta”. Difícil imaginar o cantório sem eles. Meninos “requinteiros” aproveitam a porta dos fundos do rito para começar a aprender os segredos do ofício.

Uma companhia de Reis tradicionalmente toca os seguintes instrumentos: de uma a quatro violas, um ou dois violões e, em casos mais raros, um cavaquinho; uma rabeca, um ou dois pandeiros, uma ou duas caixas de Folia. Quanto mais ao Sul do país, tanto menos violas e tanto mais sanfonas; quanto mais ao Norte, em direção à Bahia, tanto mais caixas, triângulos e flautas.

Há uma razoável margem de variação de instrumentos. Ela é menor para o caso da distribuição de vozes e estilos de cantar. Quando um grupo está reduzido a uma quantidade quase indigente de artistas-devotos, ele deve ter pelo menos um mestre na primeira voz, um contra-mestra na segunda e mais alguém que faça a terceira ou complete o canto de cada quadra com o grito de “requinta” ou “tipe” (São Paulo e de Minas Gerais). Na Folia de Reis de Mossâmedes, cujo esquema de apresentação resumi algumas páginas atrás, cantam o embaixador na primeira voz, um “resposta” na segunda, dois “contratos” na terceira e quarta vozes e quatro “requinteiros”. O mestre é o único cantor criativo. Ele propõe quadras que descrevem passagens evangélicas ligadas ao Ciclo de Natal, do Espírito Santo ou de algum outro santo de preceito. Quadras que fazem também o anúncio solene da chegada da Companhia, pedem dádivas, agradecem e abençoam, atualizam votos, dão despedidas. Veremos mais à frente que este “cantório” de Folia, mesmo quando inclui versos improvisados, é regido por regras musicais e religiosas. Todos os outros foliões cantam repetindo os versos emitidos pelo mestre, ou versos que encerram os que ele propôs. São um pequeno coro que completa os solos do mestre.

O Palhaço, Boneco, Herodes, Bastião

Não há personagem-devoto mais estranho e contraditório do que o palhaço das folias de Santos Reis. Ele não existe nas do Espírito Santo e é raro em outras. Mestre Cícero em Guaraí, mestres Donquinha e Lázaro em Caldas, mestre Lázaro em Jardinópolis acreditam que o palhaço é um ator indispensável. “Sem o palhaço a Folia não sai”, disse mestre Zé do Tide em Mossâmedes. Muitos outros concordam plenamente com esta idéia. Mas hoje

em dia alguns mestres acham-no dispensável e, pelo menos mestre Messias, enquanto vivo, proibiu o acompanhamento de palhaços no seu terno de foliões.

Ele é um só em várias folias goianas. Mascarado, agressivo, arrogante, atua nos intervalos da ação ritual dos foliões e é o seu oposto. Dança como eles não dançam (a não ser nos pousos, depois de concluída a “obrigação”); não canta e não toca instrumento algum. Não reza e não se comporta como um devoto. Debocha de todos os presentes e até mesmo do próprio mestre. Eles são dois humildes bastiões na folia de Caldas e em outras inúmeras companhias de Reis mineiras. Encarregados de ajudar a pedir e a velar pelos bens eu os foliões ganham pelo caminho, também ali eles não fazem o que realizam os devotos-artistas e inventam graças e peditórios ingênuos que aos foliões é interdito fazer.

A descrição da ordem de um pequeno ritual camponês do ciclo do Natal tem uma utilidade aqui. Demonstrar que a Companhia de Santos Reis existe e atua como uma equipe de especialistas de trabalho religioso, com uma rígida ordem interna de lugares e postos, cujo desempenho distribui diferenças de atuação ritual, de saber e de poder de comando. Equipes de trabalho produtivo, como as unidades familiares que lavram a terra ou os grupos de mutirões; equipes de especialistas de artesanato; equipes de outros tipos de trabalho religioso popular, não fogem a modelos semelhantes. Distribuídas em torno de um ou alguns especialistas, cujo trabalho em si mesmo ensina e cujo poder de comando centraliza a ordem do grupo, elas repartem tipos diferentes de sujeitos de acordo com o seu *poder de desempenho*. O próprio trabalho coletivo deriva da conjugação de tais diferenças, e um aparte importante da sabedoria de um pai, de um guia, de um mestre artesão, ou de um embaixador de Folia, está em articular em torno ao seu próprio desempenho o trabalho produtivo, artístico ou religioso de uma equipe popular, cuja hierarquia de postos faz a *diferença* em estabelecer a *desigualdade*, e realiza uma unidade solidária de viagem e intenções comuns.

Um Rito que Codifica e Ensina

A Folia de Santos Reis é um bom exemplo da maneira como a sociedade camponesa estabelece relações sociais e simbólicas entre categorias de suas pessoas e grupos, no interior da família, da parentela, da vizinhança, da comunidade. Ele é a unidade móvel que noticia e antecede uma festa religiosa camponesa. A própria festa é um grande *mutirão*. Inúmeras pessoas de um povoado rural, ou mesmo de vários deles, participam dos preparativos da Festa. Tanto a casa do *festeiro* quanto as casas do “giro” e dos “pousos” são decoradas para a passagem da Folia ou a realização da Festa. Familiares encarregam-se das inúmeras tarefas de preparar o local e fazer a comida. Parentes e vizinhos oferecem-se, ou são convocados, para “um adjutório”. Meninos e meninas em idade de trabalho participam ativamente das várias tarefas de preparação. A mesma comida cotidiana multiplica-se entre panelões e fornos de barro.

Há pessoas que fazem promessas de prepararem ou servirem a comida dos pousos ou da festa de Santos Reis. Durante os dias de caminhada, os foliões passam em um sem número de casas. Em cada uma vivem por momentos uma pequena sequência de trocas codificadas de sinais e objetos. Cantam e anunciam, no dizer quem são, o rito de que são parte e a história do nascimento de Jesus Cristo. As pessoas da casa os recebem com gestos e situações que não devem fugir de certas regras. Marido e mulher, se possível os filhos e outros parentes, esperam na porta da casa pelo grupo de devotos cantadores. Nas fazendas não é raro que o marido vá esperar a Folia na porteira, ou em um “arco” construído e decorado para o evento, enquanto a mulher e os filhos menores aguardam a chegada de todos na porta da casa.

A um momento do cantorio a bandeira de Santos Reis é passada ao marido, que deve entregá-la à esposa. Ela passeará com a “guia” por todos os cômodos da casa, com o intuito de abençoá-los. Feito isto, ela deverá colocar a bandeira na parede acima do pequeno altar onde um terço poderá ser rezado, se for pedido por “alguém da casa”. Ou então deverá segurá-la, diante dos foliões, durante o tempo em que cantam o “peditório”, o “agradecimento” e a “despedida”.

Entre as quadras do cantorio os foliões farão pedidos de esmolas para a festa de Santos Reis. As trocas iniciadas a partir daí são também regidas por preceitos pré-estabelecidos. Os foliões pedem. A começar pelos donos da casa, as pessoas ofertam dádivas em dinheiro e em produtos do trabalho rural; os foliões respondem cantando, agradecendo, abençoando e tornando “cumpres” votos de promesseiros. Pedir, dar, receber, retribuir. Tornar tudo solenizado e cerimonial e, assim, estender aos limites das dimensões comunitárias, os tipos de trocas de bens e serviços tradicionalmente comuns no mundo camponês; eis uma das funções da Folia de Reis.

*Esta é uma estrutura contratual da Folia. Em nome de pedir e de receber bens materiais – para si próprios durante a jornada (comida e hospedagem) e para os outros, depois dela (dinheiro e bens) – os foliões são obrigados a retribuir por meio de dádivas sociais (a proclamação do valor moral do gesto do doador) e espirituais (bênçãos e pedidos de proteção divina). Promesseiros e devotos, contra-atores da Folia, **dão** porque estão incorporados ao ritual, e **dar** é um dos seus momentos. Mas eles **dão**, também, porque a crença simbólica que garante com palavras sagradas a legitimidade das trocas, proclama a reciprocidade desejada: o doador será abençoado nesta vida e/ou na outra; os seus bens serão proporcionalmente aumentados; os seus familiares e os seus animais serão protegidos. Todos acreditam que o ato de dar obriga Deus a retribuir em nome dos Três Reis (mediadores sobrenaturais) e através do trabalho religioso dos foliões (mediadores humanos). O dom, a coisa dada, dirige o contradom, a coisa retribuída, pelo seu poder: o dinheiro atrairá mais*

dinheiro; o frango, o porco e o gado atrairão proteção necessária sobre os seus iguais, restados na casa de quem deu. (Brandão, 1981: 45).

Difícil separar o ritual do que não é. Difícil separá-los dos pequenos acontecimentos da rotina camponesa, eles próprios também carregados de gestos e símbolos. O que acontece no encontro tão afetivamente invadido de música, orações e trocas de bens entre foliões e moradores não é mais do que a aglutinação de gestos e atos corriqueiros, que a situação ritual apenas soleniza e dispõe em sequência. Pessoas que chegam e são recebidas, rezas de terços (em algumas casas isso se faz toda a sexta-feira), ofertas de bens, trocas. A mesa farta, mas então decorada com toalhas roceiras – as mesmas que os “serventes” promesseiros envolvem no pescoço para servir aos foliões – e os pequenos gestos de comer e, depois, cantar agradecendo. Voltarei a isto ao descrever o saber das regras do rito.

Reunidos e solenizados, os gestos são poderosos e ensinam com mais força do que outros, iguais, mas cotidianos. Poucas vezes vi donos de casa chorando de emoção, como nos momentos da “despedida” de uma Folia de Reis. Por outro lado, os olhos atentos dos meninos indicam que também eles se tocam, se divertem e aprendem. Como tudo tem a sua ordem e o seu lugar, e como todo o ritual não é mais do que uma sequência cerimonial de gestos que *são e tornam* explícitas regras sociais, tudo o que acontece *ensina*. Cantos, falas e rezas repetem todos os anos uma pequena fração de uma história já muito conhecida, mas que repetida com a força do rito, torna-se, mais do que apenas legítima, uma idéia amada. O rito religioso recria, grandiosa e, ao mesmo tempo, afetiva, a ordem das relações entre as pessoas: pais e filhos, irmãos, compadres, outros parentes, vizinhos e companheiros. Os meninos que acompanham a Companhia e são foliões, com cargos e lugares na equipe de devotos, aprendem, como veremos mais adiante, para serem os continuadores do ritual da Folia.

Mas as crianças e os adolescentes que a tudo assistem como moradores ou como acompanhantes, aprendem também. Aprendem ali as crenças que sustentam as normas que codificam a vida camponesa. Oscilando entre demonstrações de “respeito” e afeição, e a possibilidade sempre presente do conflito, às vezes até de violência a festa coletiva ensina quem são as pessoas e como elas devem ser, umas perante as outras. O mestre folião trata o “dono” da casa com extrema deferência e é norma que atenda a todos os seus pedidos, que, mesmo quando ditos com humildade, valem como ordens. Por sua vez, o “dono” exagera atenção aos viajeiros devotos.

Na hora do almoço ou da “janta”, primeiro são servidos só os foliões. As pessoas da casa, os visitantes e acompanhantes da Folia esperam até que todos os da Companhia tenham comido para então fazerem os seus pratos. Entre as duas autoridades maiores do momento, o “mestre” e o “dono”, há cerimônias

trocas de atenções. Crianças que cometem qualquer “falta” (chegar à mesa antes de sua hora, conversar durante a reza do terço) são admoestadas.

Todos os “do lugar” compartilham crenças e conhecimentos comuns. Pouca coisa pode ser improvisada, e é porque desigualmente *se sabe* o que vai acontecer e desigualmente *se sabe* como proceder, que o rito recria o conhecido e, assim, renova a tradição; aquilo que se deve repetir todos os anos como *conhecimento*, para consagrar como *valor* comum. Renova um saber cuja força é ser o mesmo para ser aceito. Repetir-se até vir a ser, mais do que apenas um saber sobre o sagrado um saber socialmente consagrado.

Os Saberes da Folga e da Folia

Afinal, de que conhecimentos falei até aqui, quando disse que entre mestres e devotos-artistas da Folia de Reis ou entre mestres e devotos-dançantes da Folga de São Gonçalo existem e circulam diferentes tipos de saber?

Penso que a pergunta poderia ser dividida em três momentos. Um primeiro para pensar sobre as dimensões desses conhecimentos do ofício, tomando como um suporte teórico à distância a classificação dos níveis de saber feita por Peter Berger e Thomas Luckmann. Um segundo para estabelecer algumas características dos modos de saber entre os diversos sujeitos dos ritos. Um terceiro para percorrer, com mestres e seguidores, a trilha do seu próprio aprendizado. Deixemos os dois primeiros momentos para este capítulo e o terceiro, para o próximo.

1º) O Saber Instrumental

Estivemos vendo, leitor, que qualquer curioso ou devoto pode acompanhar a Folia; pode “girar” com ela a trajetória de seus dias. Qualquer pessoa do lugar ou de fora pode entrar na Dança de São Gonçalo. Ela é mais difícil apenas nas linhas de frente, onde dança entre sapateios e palmeados a equipe de folgazões. Nas de trás, devotos e promesseiros fazem passos fáceis, aproximando-se ou afastando-se do “altar do santo”. Mulheres sequer sapateiam e palmeiam. No entanto, para ser da Folia, para usar pregadas na lapela do paletó as pequenas fitas de cores que algumas Companhias adotam como símbolo de identidade, é necessário possuir um “encargo” na equipe, como um gerente ou um alferes; ou é necessário saber e realizar um trabalho de artista-devoto, como o do mestre, o do palhaço e o dos outros foliões.

Equipes estáveis de cerimônias coletivas do catolicismo popular são unidades de trabalho ritual que transformam periodicamente lavradores familiares ou vizinhos, como qualquer um, em devotos-artistas, como poucos. Fora ter o “dom” do ofício, é indispensável que ele seja caminha para o acesso e o domínio a/de conhecimentos técnicos, éticos e doutrinários que, de acordo com

o grau e o modo como se combinam em cada sabedor, fazem a diferença entre um devoto comum e um devoto-artista e, entre estes últimos, estabelecem a diferença entre um folião comum e um folião graduado.

No primeiro patamar do saber, o folião ou o folgazão precisa dominar as artes e técnicas do ofício: tocar pelo menos um instrumento de música, cantar em sua voz os “responsos” do cantório do mestre, completar as rezas de terços e benditos, realizar os passos da Folga de São Gonçalo. Como se espera que equipes de devotos “na missão” cumpram, ademais dos ritos específicos da devoção, outros diferentes tipos de serviços tidos como religiosos ou profanos, o saber instrumental do devoto-artista estende-se para além dos limites do ritual. Mestres de Folia devem ser também, se possível, hábeis rezadores. Não tanto quanto capelães especialistas, espera-se que saibam “tirar” terços, ladainhas, benditos e outras rezas. Espera-se que a equipe saiba fazer e comandar as danças que alegram as casas do pouso: catiras, chulas, viadeiras, forrós e pagodes.

Aparentemente espontâneo e desabusado, até mesmo o desempenho do palhaço requer conhecimentos e habilidades de especialista. Ele deve saber com destreza os passos galhofas de suas danças – como o Lundu dos “herodes” goianos – e deve saber repetir tanto os seus longos versos de deboche, quanto o enredo dos diálogos que estabelece com os donos das casas por onde passa a Folia.

Em síntese, fora pessoas incorporadas ao grupo para o exercício de uma função auxiliar, todos os integrantes da equipe realizam trabalhos de ofício – cantar, tocar, dançar, rezar, representar – para os quais é necessário um conhecimento apropriado e, portanto, o seu aprendizado. São conhecimentos da cultura do lugar. Um mestre de Folia não precisa ser alfabetizado, nem precisa possuir conhecimentos teóricos de música ou de poética.

Saber tocar um instrumento, cantar ou dançar não são domínios de conhecimento e habilidades específicos do ritual religioso. Na verdade, até mesmo meninos e adolescentes sabem isso, e nem por isso são foliões ou folgazões. Nem todos os artistas populares de uma comunidade camponesa são membros de uma equipe de trabalho ritual coletivo. No entanto, no seu conjunto, a equipe de artistas da Folia possui e produz um tipo próprio de *saber fazer* um trabalho religioso que a torna uma instituição especializada dentro da comunidade de que é parte.

2º) *Repertório e Improviso*

No que se canta a fala nos ritos da Folga e da Folia há o *repertório* e o *improviso*. Nas várias regiões e entre os incontáveis grupos onde eles são praticados, não há um consenso estabelecido que denomine e estabeleça diferenças entre uma coisa e a outra. Do mesmo modo como um rezador que ora “tira” ou “puxa” as orações conhecidas que todos sabem responder, e ora profere aquelas que apenas ele sabe e um auxiliar responde, vimos que o mestre é a

pessoa que canta primeiro, propondo as quadras do cantório. As “colunas”, como prefere dizer mestre Ovídio, de Abadia de Goiás; versos que o embaixador-mestre propõe e os outros repetem ou completam. Este é o momento em que ele pode cantar estrofes conhecidas de todos os foliões, ou pode improvisá-las, dentro de padrões consagrados de criação. Mais adiante veremos como mestre Antônio Telles de Batatuba explica o seu improviso.

Um embaixador pode ser um violeiro como outro qualquer. Mestre Messias de Goiânia tocava “caixa de Folia”, um instrumento de menor importância e menor nobreza, comparado com violas e violões. Mas entre todos os de seu grupo de devotos, é ele quem sabe o repertório do cantório. Ou então, é aquele que, criando no momento letras de quadras, ao mesmo tempo transgride o repertório do ritual e o amplia. Ele deve repetir sem erro algum todas as inúmeras quadras de uma “adoração do presépio”, por exemplo, e será tanto melhor mestre, quanto mais seja capaz de ser uma memória perfeita do saber consagrado. No instante de cantar uma “despedida” e seus “agradecimentos”, ele poderá improvisar com sabedoria, aplicando versos e palavras às situações do momento.

Voltemos por um momento a coisas que já sabemos, desde quando falei sobre o mestre. De um modo ou de outro, ele é o homem que cria ou repete aos outros a palavra que faz o fio do rito e, assim o torna uma memória inteligível. As pessoas sabem o que ouvem e creem no que escutam, mesmo que não consigam, como o mestre, conhecer todas as palavras do que ele canta, ou compreender o que ele diz. Promesseiros, moradores e foliões escutam, repetem e fazem o que o mestre diz quando canta. As palavras dos versos anunciam uma história sagrada, pedem esmolas e agradecem bens recebidos, tornam “cumpres” votos religiosos feitos, distribuem bênçãos. Alguns mestres de Folga e da Folia acreditam que o improviso é um erro. Afinal, o rito é uma fala conhecida, e ela é legítima porque é uma tradição antiga. Esta fala não é tida por sagrada apenas porque é religiosa, mas porque é, justamente, consagrada de tanto ser ritualmente repetida ao longo dos anos da história da vida das pessoas do lugar. As pessoas creem no que se acostumaram a ouvir, creem mais quando acreditam que ouvem palavras perdidas no tempo; uma memória “dos antigos”, cuja fala não poucos mestres associam a uma origem divina. Mestre é quem “embaixa”. Por isso, sabemos, em muitas regiões de Minas e Goiás os nomes: *mestre*, *guia* e *capitão*, são menos usuais do que o de *embaixador*. *Embaixador* é cantar o rito para que os outros repitam ou cumpram com gestos o que o canto diz. É, portanto, fazê-lo. Entre todos, o mestre é quem sabe cantar os versos “dentro da doutrina” e assim tornar uma devoção camponesa ao mesmo tempo acreditada, participada e eficaz.

Há diferenças de qualidades de saber entre os mestres. Procuremos conhecê-las, porque elas ajudam a compreender como o domínio do saber popular é também uma malha difícil de regras e ordens.

- a) Tal como um cantador nordestino ou um porfiador de cururu paulista, um mestre exemplar é capaz do improviso. Bom repentista, ele sabe criar versos e rimas para as diferentes situações que se lhe apresentam nos dias do giro da Folia, ou durante uma noite inteira da Dança de São Gonçalo. Sobre matrizes fixas e reconhecidas como legítimas de música e letra, ele canta inovando. Mestre Antônio Telles de Batatuba improvisa durante duas diferentes “voltas” de uma mesma noite de Função de São Gonçalo, a respeito do meu trabalho de estar ali gravando o seu cantório:

*Faz muito tempo que eu danço
E eu sou o “folgazão”,
Deus lhe pague, Deus que ajude
Quem tem o gravador na mão.
E na frente de São Gonçalo,
Com respeito e devoção,
Para o senhor professor
São Gonçalo que dê a bênção*

...
*Eu vou entregar pra São Gonçalo,
São Benedito também.
Deus lhe pague, Deus que ajude
Todos que na festa vem.
Pra quem grava a nossa dança,
Deus que pague ele também.
E este é o derradeiro verso,
São Gonçalo disse amém.*

Alguns dias depois, em sua casa, ele explicava segredos do improviso:

Agora, eu faço de improviso na Dança de São Gonçalo. Se o senhor me perguntar um verso agora, é capaz de eu não responder. Mas se eu chegar no altar e cantar um, eu tô cantando um e vem descendo o outro pra eu cantar. Eu tenho tanta facilidade que um dia eu peguei cantar pra um conhecido meu – até ele dançava comigo, ele era dono de uma turma (de dançadores do São Gonçalo). Ele falou que não tinha muita facilidade de fazer verso, e eu falei: “eu tenho”. E eu fiquei quatro horas cantado pra ele. Cantando com oito pés e eu não repeti nenhum. Oito pés é isso aqui, ó: tem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Geralmente os dançadores de São Gonçalo, a gente canta com esse aqui só: 1, 2, 3 e 4 (ele mostra nos dedos). Por exemplo: São Gonçalo é violeiro / Protetor dos folgazão / Eu não tinha onde guardar / Pus a viola no chão. Terminou o verso. Agora, eu, geralmente, eu canto com oito pés. Eu cantei com travadinha, que é trovado e travado. O senhor canta: 1º e o 2º e 3º, trova no meio o 4º, trova com o 1º; depois, mais dois no meio e o último: trova o 4º com o 1º. Por isso

que é trovado e travado, e tem muitos. Quando canta de improviso tem que saber como que vai trovar. Por exemplo, na Dança de São Gonçalo é sempre com palavras religiosas. A gente não pode pôr no meio versos que não tem pelo menos 40% de palavras religiosas, que sem religião já é o catira.

- b) Mesmo quando um bom mestre não queira – por considerar que é “fora da doutrina” – ou não saiba improvisar, ele é “bom” quando conhece de memória uma grande quantidade de quadras. Estrofes de cantórios que se aplicam a inúmeras situações diferentes. Sabemos que cada uma das partes cerimoniais da “jornada” de uma Folia exige o cantório de algumas “colunas”; para chegar, para pedir, para abençoar, para agradecer, para orar, para despedir. Além dos cantos de rotina, repetidos um sem número de vezes em alguns casos, certos mestres sabem entoar longos cantórios, como os de “Adoração do Presépio”, ou do “Rosário de Nossa Senhora”. Sabem também entoar cantos para situações especiais, como quando duas companhias de Reis se cruzam na estrada, ou quando chegam à casa de algum folião recentemente falecido. Aladares, mestre em Goiânia, explica a obrigação de cantar repertórios. Ele explica diferenças.

Tem. Às vezes um contra-guia já é um mestre, já é quase mestre. Às vezes um mestre sabe embaixar. Sabe cantar em presépio. Cantar, não tem assim um fundamento profundo igual o mestre tem. Quer dizer que muita gente embaixa. Giro em fazenda é muito fácil, porque na roça, o giro na roça não tem assim muito presépio, não tem coisa (quem torne o giro difícil). Você sai de uma casa e às vezes você ainda tem umas três casas (para passar naquele dia, até o próximo pouso) e já tem um presépio. E então o mestre tem que estar presente... Tem que cantar o Nascimento, assim, na época certa que é do dia 25 ao dia 6. Agora, fora de época você canta a Saudação do Altar. Pode ter um presépio (que) você não precisa cantar. Algum mestre canta, mas isso aí não é provado (exigido). Cantar fora de época. Tem contra-guia que sabe embaixar, mas não sabe saudar um Presépio. Só sabe cantar pedindo esmolas, às vezes até um Agradecimento, pouso, mas não sabe cantar um Nascimento de Cristo.

Alguns mestres reconhecem que toda a História Sagrada erudita pode existir em cantórios populares de Folia. Raros, como mestre Messias, de Goiânia, pretendem conhecer quase todos os cantórios. Aladares copiou dele uma quantidade muito grande de estrofes para os mais diferentes usos. Rigoroso contra os que improvisam “fora da doutrina”, ele defende que todo o mestre deve saber de memória os versos consagrados, aqueles que ele conhece e canta, podendo improvisar apenas em situações muito raras. Ele diz:

Por exemplo, aquela saudação dos doze apóstolos, que vai com quinze versos, que são cada um apóstolo e três das Três Pessoas Divinas. São quinze. Muitos vão cantar vinte e cinco, trinta versos, tudo em repertório, achando que aquilo tá certinho. Mas não tá... Agora, o pouso, nós cantamos pedindo pouso, mas dentro da doutrina. Eu canto pedindo pouso em repertório, que assim como os Magos pediam um pouso na viagem deles agradecia, mesmo assim nós pede e agradece. ... Aquilo é repertório dentro da doutrina. Se é de cantar, agradecer um café com repertório, com dez versos de repertório, sim (está certo). Louvando uma xícara, que ela é bonita, que o bule é dessa cor, não senhor. Eu agradeço com as palavras divinas¹².

12 O depoimento de mestre Messias sugere que ele é contra o uso corriqueiro do improvisado entre mestres de Folia, sobretudo nos momentos de “peditório”, “agradecimento” e “despedida”. Mesmo os desafios antigos entre mestres eram mais da memória do rito – saber cantar dentro da doutrina, sem perder um verso, uma palavra – do que da capacidade do improvisado. Para o seu cantório, mestre Messias possuía uma grande relação de seqüências de quadras de Folias, aquilo que outros mestres de Goiás chamam de “colunas”. Aladares copiou dele muitas séries. Um de seus cadernos tinha o seguinte índice: *“Anunciação dos anjos e a Virgem, Nascimento, Saudação e recebimento das coroas, Despedindo, Encontro de Folia, Saudação das entidades espíritas, Saudação dos cruzeiros, Verso para pessoa falecida, Verso para tirar a bandeira presa, para soltar preso, para tirar encanto ou guardado, Verso para promessa, Verso para tirar dinheiro do altar, Verso para saudar os quadros da parede, Verso para tirar coisa-feita na encruzilhada, Verso para cantar na igreja, Verso para cantar na casa de um capitão, Verso para cantar na casa de um alferes, Verso para tirar bandeira presa (outro), Oferecimento, Pai Nosso, Ave Maria, Apresentação das pessoas distintas que é um só Deus verdadeiro, Verso para mestre de Folia, Verso para soltar o mestre chegando em casa que tem, chegando na casa que tem a Santa Ceia ou na casa de um alferes ou de um capitão, Verso para desatar uma corrente, Saudação do Cruzeiro com vela, Quando faz uma cruz dentro de um coração, Quando faz um coração e põe uma moeda dentro e ajoelha, Cora na porta, Saudação a cruz na porta, Para saudar o rosário na porta ou num arco, Para saudar a Bandeira no Centro Espírita, Quando a manjedoura foi feita de Guiné ou quadro debaixo das folhas da Guiné, Verso para saudar a Bíblia Sagrada ou a Escritura Sagrada e a página que está aberta, Verso para penitente, Promessa ou voto, Promessa pedindo esmola, Pedindo pouso, Despedindo de pouso, Verso para cantar na chegada, Quando pega na bandeira e enrola ela (por promessa), Verso quando está cantando (e alguém) apresenta uma bandeira de Reis ou de São Sebastião, Entrega da Folia, Agradecimento de mesa, Agradecimento de mesa (outro), A viagem oculta de Maria para o Egito, Saudação do Altar, Verso para cantar quando chega e o festeiro está ajoelhado, Verso para passar a Folia para outro capitão e de todos os foliões para sair no giro, Verso para cantar pra três ou quatro fuliões pegados na bandeira, Verso para cantar para um fulião quando encontra, Verso para saudar as velas, Quando um devoto está com um quadro na mão, Verso para cantar na porta a noite e uma ou três pessoas cumprindo um voto ajoelhado, Padecimento de Cristo, Verso para saudar os peixinhos, Os doze apóstolos, Despedida da bandeira e dos fuliões de outra Folia, Chegada e despedida, Saudação ao vigário, Saudação às irmãs, Recebimento de bandeira, a esmola e os instrumentos, A viagem e a adoração dos Magos, Prisão do macumbeiro, Terço por cima da bandeira no altar – está pedindo para rezar o terço por voto ou devoção (se ele pede para tira com a Doutrina, é diferente – parênteses de Aladares), Recolhimento de uma bandeira – transforma em*

c) A diferença entre um grande mestre tradicional da Folga e da Folia e um embaixador pobre de recursos, é medida pela quantidade e mais de conhecimento de versos de cantório e pela habilidade em saber usá-los para situações diversas da jornada ou da noite de dança. Contra-guias do sertão alçados à chefia de uma pequena equipe, saberão “embaixar”. Saberão um conjunto mínimo de seqüências de quadras para as situações rotineiras do giro. No entanto, o seu repertório será pobre de versos de doutrina, os mesmos que um mestre notável saberá usar não só para dirigir os gestos coletivos essenciais do rito: dar, receber, retribuir, mas também para fazer do ritual um momento de ensino da “doutrina”. Em quase todas as companhias de Santos Reis, do Divino Espírito Santo ou de São Sebastião, duas ou três pessoas sabem “embaixar” em situações simples. Um mestre fatigado pelos dias e noites de giro e cantório, poderá pedir a um contramestre que cante em seu lugar durante algum tempo, enquanto ele descansa. Saber por conta própria puxar um cantório na Folga ou na Folia é o caminho da maestria. Até mesmo um embaixador muito pobre de repertório e incapaz de improviso é, frente ao seu grupo e diante de todos os que participam da cerimônia, aquele que canta, aquele que sabe dizer a fala do rito.

Mais do que todos os outros, este é o saber que faz do mestre o dirigente de uma Companhia e o seu solista. Quase sempre, qualquer que seja o “sistema” da Folia, vimos que o mestre canta só, primeiro, o que os outros completam ou repetem. Mesmo a Folga de São Gonçalo, cantada sempre por uma dupla de violeiros, tem uma “primeira voz” que entoa o que o outro – o “segunda” – acompanha. Sabedor do repertório que entoa todos os anos nos dias de jornada ou dança, ou dono do dom de improviso, o solista é que recria a fala do rito. Criando ou repetindo “dentro da doutrina”, quando um mestre consagra com o seu canto um ritual de devoção camponesa e torna sagradas e eficazes as palavras que o canto profere, é porque ele conhece e segue o “fundamento” do que canta. O saber daquilo de que o verso entoado é, ao mesmo tempo, a arte e a reza. É também porque a fala que canta encerra e proclama princípios acreditados de trocas sociais e simbólicas que tornam a Folga e a Folia cerimônias devotas reconhecidas entre os seus praticantes camponeses como sendo tão sagradas e necessárias, em seus domínios comunitários, quanto uma missa ou um batismo são necessários e sagrados no domínio dos ritos e poderes da Igreja.

3º) As Regras do Rito

Para que um ritual religioso popular cumpra o que se espera dele, é preciso que tudo seja feito observando regras rigorosas de conduta. Todos os

presépio e tem eu fazer ela todo o ano”. Cada um dos títulos nomeia uma seqüência de “colunas” com um mínimo de oito e um máximo de vinte e quatro. Mestre Messias dava conta de outras seqüências, como a de um Rosário de Nossa Senhora com um número muito maior de “colunas”.

momentos são prescritos e neles, todos os gestos individuais e coletivos também. Alguns versos podem ser improvisados, mas os atos que os acompanham não. Cantos, rezas, posturas de corpo, detalhes de trocas entre pessoas – entre foliões, entre foliões e moradores, entre foliões e promesseiros acompanhantes – necessitam ser, ao longo de cada jornada anual, rigorosamente cumpridos em cada casa, em cada momento de chegar, de pedir, de comer, de agradecer, de abençoar, de partir, para que tudo seja a repetição de um demorado momento de culto coletivo que reinventa uma tradição acreditada, porque se repete todos os anos da mesma maneira. Tudo deve ser feito como sempre foi, para que tudo seja como todos sabem eu é e acreditam que deva ser. Para que o rito que festeja o santo seja a festa que simbolicamente consagre e favoreça o festejador. Dizem os folgazões de São Gonçalo que “tudo deve ser feito com fé”. Este é o único modo de tornar realizado o rito sagrado e fazê-lo o oposto do “folguedo” profano, embora gestos de um e outro possam ser tão iguais que ao leitor seja difícil saber quando se “folga” e quando se “brinca”.

Mas o sinal de que “se tem fé” é o fazer “com respeito”. Não sei dizer quantas vezes ouvi repetida esta palavra: “respeito”, entre foliões e folgazões. Ela traduz a aparência social da intenção religiosa. Pequenos desvios de conduta de um devoto-artista, ou mesmo de um menino morador, são objeto de censura e até de punição no momento em que ocorrem. Os mesmos folgazões que varam uma noite de “brincadeira” armados de chapéus, intermináveis cigarros de palha e garrafas de pinga durante um “pagode” em que se dança a catira e outras danças do sertão, varam noites de “folga” dançando passos iguais, mas entremeados de cantos de devoção, com a cabeça descoberta, sem fumar e beber. Por isso uma dança diverte e comemora a alegria solidária, enquanto a outra abençoa, atualiza para o devedor o seu “voto válido”, recria situações de reza coletiva e afasta o perigo, segundo a crença de todos, desde que cumprida “com respeito” e seguindo todos os passos da sequência de gestos prescritos. Dois terços das palavras de uma antiga ladainha em Latim podem ser pronunciados de forma errada, do ponto de vista erudito. Mas entre rezadores e devotos é preciso que sejam ditos de modo rigorosamente “errado”, ou seja, de maneira certa para os ouvidos que creem no que escutam.

O mestre comanda o cantório de chegada. Todos cantam durante algum tempo, primeiro anunciando quem são, depois, pedindo pouso e ofertas “pra Santos Reis”, finalmente, anunciando ao dono da casa que a sua promessa está cumprida e que ele pode “se levantar”.

- a) O mestre, cantando, diz à “dona” que tome a bandeira nas mãos e entre com ela casa adentro. Ela passeia com a “guia de Santos Reis” por todos os cômodos da casa, volteando a bandeira três ou quatro vezes em cada um deles, de modo a abençoá-los. Algumas pessoas ajudam-na a fixar a bandeira na parede, acima do altar.

- b) Os foliões entoam um longo cantório diante do altar e, ao final, cantando ainda, pedem de novo “pouso” e dizem ao “dono” que por uma noite guarde os seus instrumentos de música.
- c) Dois rezadores ajoelham-se sobre pequenos tapetes colocados diante do altar. Alguns foliões, mulheres, pais com filhos pequenos em nome de quem cumprem votos, chegam perto e ali se reza um terço entremeado de cantos tradicionais.
- d) Terminada a reza, há um momento de descontração (em Goiás e em outras áreas de Minas, este seria o momento em que o “dono” poderia pedir aos foliões que dançassem “um catira ou dois”). As pessoas bebem vinho e cachaça; entre elas, alguns foliões.
- l) O dono da casa chama os foliões para a “janta”. Eles são servidos cerimonialmente, embora todos comam à moda sertaneja, com os pratos na mão, alguns acorados pelos cantos da casa.
- m) Depois da “janta”, nos dois lados da mesa em que ela foi servida, os foliões cantam sem instrumentos um “bendito de mesa”, agradecendo ao “dono” pelo alimento. Em outras ocasiões, ao invés do “bendito”, os foliões poderão incorporar os agradecimentos ao cantório de despedida.
- n) No dia seguinte, os instrumentos são devolvidos aos foliões. De novo em formação e diante do altar, eles cantam o “peditório”. Pessoas da casa e da vizinhança oferecem dinheiro e prendas rústicas para os festejos do santo padroeiro, ou para os usos de caridade a que a Companhia os destine. As ofertas feitas por devotos e promesseiros são pronunciadas pelo doador a um dos dois bastiões do grupo. Ele comunica a doação ao mestre que, então, entoa uma ou duas quadras de agradecimento e bênçãos.
- o) Concluída a cerimônia do “peditório” e cantados mais alguns versos para o cumprimento de outros votos de promesseiros, a bandeira de Reis é retirada da parede e devolvida às mãos de um alferes. Muitas pessoas aproveitam o momento para beijar pela última vez a “guia” e passar a ponta de seu pano sobre o alto da cabeça. Acompanhada por algumas pessoas da casa até a porta e por outras até a porteira, a Companhia retira-se do local e retorna à estrada, ao “giro”.

Mais demorada e diversa do que outros rituais de devoção a santos padroeiros, a Folia é uma contra-cena cerimonial que opõe e envolve uma equipe de devotos viajados em viagem, e sucessivos conjuntos de “moradores” e vizinhos em suas casas. Os atos que recriam em cada casa “do giro” e “do pouso” seqüências de trocas sociais e simbólicas, regidas por regras tradicionais que encaminham ações de dar, receber e retribuir dádivas materiais e espirituais, são na verdade gestos de códigos de prescrições e proscricções cerimoniais que é preciso conhecer bem para realizar ou evitar com acerto e respeito, duas

condições da eficácia do ritual devoto. As regras do código do rito definem *posição rituais* (quem pode ou deve fazer o quê, em cada momento) e *relações rituais* (o que e como deve ser feito), de tal sorte que a todos os participantes, de um lado e do outro, o rito torna atores de solo ou coro, ao impor procedimentos regidos por obrigações consagradas de condutas religiosas.

Por outro lado, festejos como os da “passagem”, do “pouso” ou da “entrega” de uma Folia de Santos Reis, provocam rupturas da rotina da vida cotidiana de trabalho e geram aglomerações pouco usuais no mundo camponês. Estes são momentos em que são maiores as possibilidades de quebra dos padrões costumeiros do comportamento social, principalmente por parte dos jovens.

Não é outra a razão pela qual muitas Companhias, ainda grandes e tradicionais, colocam ao lado de um mestre o “encarregado” (gerente ou regente) às vezes fixo, às vezes escolhido a cada ano, como vi acontecer em Abadia de Goiás. Deixando ao mestre a responsabilidade pela conduta coletiva de foliões e outros devotos *no ritual*, o encarregado assume a tarefa de “zelar” pela conduta social *no lugar do ritual*. Livrando o embaixador de assuntos mais profanos, é ele quem “vigia” por exemplo, as noites de festa e dança nos pousos, para que excessos na bebida não provoquem excessos na conduta e os arroubos jovens da afeição não sejam transgressões das regras locais de conduta sexual. Ele fiscaliza o comportamento de foliões e acompanhantes, para que não se atrasem pelo caminho, nem tenham, no fim das contas, procedimentos de “falta de respeito”.

Os tipos de saber são diferentes. O “regente” é um gerente, um encarregado da ordem. Não precisa conhecer mais do que as regras cotidianas da conduta que todos os outros conhecem no lugar: a deferência dos mais jovens para com os mais velhos, as possibilidades e os limites da conduta afetiva, as normas do comer e outras tantas. Enquanto isso, o saber do mestre são segredos de sacerdotes¹³. Ele precisa dominar os princípios dos gestos de todos os atores. Falando algumas vezes, dando em outras o exemplo de sua própria ação, cantando em outras ainda ele prescreve o que fazer e como fazer. Por ser aquele que sabe de modo mais completo do que todos os outros os princípios do fazer do rito, o mestre é quem concentra o poder de interpretar o sentido de qualquer conduta na cerimônia e de dirigi-las todas, dando ordens aos seus foliões e até mesmo aos donos da casa, enquanto lá está. Muitas vezes

13 Assim também, em seu estudo sobre um terreiro de Umbanda do Rio de Janeiro, Yvonne Maggie Alves Velho discute uma oposição entre domínios do sagrado (o sacerdote) e do profano (o presidente). “A lógica que organizou o drama descrito consistia, basicamente, em duas maneiras distintas de ordenar a realidade interna do terreiro. Uma delas correspondia ao ‘código do Santo’ e a outra ao ‘código burocrático’. Esses dois códigos eram atualizados pelos membros do grupo, que podiam manipulá-los dependendo da situação para informar os seus pontos de vista em disputa e para legitimar suas posições dentro da hierarquia que organiza o terreiro. No entanto, em alguns momentos os dois códigos opunham-se de forma clara, tendo como representantes o Pai-de-santo e o Presidente”. (*Guerra de Orixá*, p. 150.)

assisti “donos” dizendo a um mestre recém-chegado que a casa é dele e que, dali em diante, ele deve comandar tudo. Mas este capitão de equipe nunca pode impor a sua vontade pessoal. Ele comanda porque *sabe obedecer*, melhor do que todos, o código do rito a que se submete com mais rigor do que os seus seguidores. Expressão do saber e da ação religiosa da cerimônia coletiva, também aqui o mestre e, em menor escala, o contramestre e o regente, são codificados de uma memória de gestos entre pessoas que a tradição consagrou. Uma tradição conhecida de todos – e é difícil participar da Folia como folião ou acompanhante sem conhecê-la – que os guias do rito dominam, ao se fazerem os seus seguidores mais subalternos. Seguidores tão mais legítimos como agentes rituais da crença popular, quanto mais são a sua memória e o seu pleno exercício.

4º) Doutrina, Fundamento

Velhos mestres chamam de *doutrina* ou de *fundamento* ao repertório de relatos bíblicos, mitos, lendas derivadas e crenças religiosas do catolicismo popular associadas ao rito que praticam. Este conjunto produz o conhecimento que explica: a) a origem acreditada do rito universal; b) a origem e a história da prática do rito no Brasil, na região e na comunidade; c) o imaginário de acontecimentos e casos que garantem a sua legitimidade; d) as prescrições e proscricões rituais de que falei no item anterior.

A pequena passagem da visitação dos Magos, no Evangelho de Mateus, ao longo dos anos foi muitas vezes recriada e multiplicada com relatos, histórias e interpretações populares que acrescentam personagens, milagres e aventuras “a viagem dos Três Reis do Oriente à Gruta de Belém”. Mestre João, em Caldas, depois de fazer a sua versão dos acontecimentos da “visita dos Reis”, contou, sem sinais de dúvidas de que aquilo seja verdadeiro, como o próprio Menino Jesus ensinou aos visitantes do Oriente o ritual da Folia e, em uma folha de papel, desenhou os instrumentos de música que deveriam usar e ensinar a usar, para que ao longo dos anos o evento da visita fosse celebrado. Mestres da Folga e da Folia descrevem com pormenores a pessoa e a vida dos seus padroeiros, para, em seguida, explicarem como cada gesto do que fazem na “jornada” ou na “função”, imita com fidelidade o que fizeram um dia os santos em nome de quem viajam, cantam e dançam. Para explicarem como, por isso mesmo, a sua cerimônia religiosa é legítima. “São Gonçalo está dançando / vamos nós dançar também”, cantam do “santo violeiro” os folgazões, enquanto dançam com palmas e batidas dos pés.

Ao narrar a viagem “de Reis”, Mestre Messias dá vida ao empobrecido relato evangélico e toma o que conta como o fundamento da doutrina do que faz. Vamos ouvi-lo por alguns momentos, numa versão em que entremeio a fala do mestre com minhas sínteses, para que a viagem dos Magos não fique, aqui, tão interminável como na noite em que ele me contou, pouco antes de morrer.

O fundamento da Folia de Reis é o seguinte. Porque eles eram três homens amigos de Deus Pai, que era Gaspar, Belchior e Baltazar. Gaspar é do Egito, Oriente. Então Belchior é africano e Baltazar da Babilônia. Então eles eram escolhidos de Deus Pai, mas nem um deles sabia que eles foram escolhidos para que eles fizessem a visita ao seu santo filho. Mas como eram do Oriente, todos os anos vinham fazer aquela conferência de dias em dias. Acontece que no dia que eles tavam fazendo aquela conferência, José e Maria passaram procurando um meio de se ocultar, porque Maria estava grávida do Menino Jesus. E, quando viram, os três conheceram a semelhança do casal (souberam quem eles eram). Ninguém mais tinha o poder de conhecer o anjo Gabriel acompanhando aquele casal. Só eles três viram. (Os três magos ficaram sabendo que a dupla fugia para se ocultar de Herodes e que em breve nasceria Jesus. Pediram então a José e Maria que lhes enviassem um sinal, para que o fossem visitar). Eles viajaram e foram cada um para o seu território. Quando foi em dezembro teve nova conferência de fim-de-ano. Acontece que eles estavam em conferência ali, na noite de 24 para 25 de dezembro, quando resplandeceu o resplendor da estrela. Um sinal estranho que eles nunca tinha visto, porque naquele tempo eles esperavam o Menino Jesus... Tava uma sequidão terrível, tudo triste, aquelas árvores tudo seca, o sol não brilhava, a lua não brilhava, as estrelas eram todas apagadas, os passarinhos não cantavam, ninguém via alegria de nada. Tudo era tristeza por causa da perseguição de Herodes e fariseus. Gaspar disse: “o sinal é esse”. (E os três seguiram o rumo da estrela, ocultos na noite, escondendo-se em casas durante o dia, por ordem do anjo Gabriel. Por isso mesmo, a Folia no passado girava sempre e só à noite e ficava escondida durante o dia, como ainda acontece em algumas regiões de Goiás e Minas. Ora, Baltazar e Gaspar quiseram deixar Belchior para trás, porque ele era negro. Aquele que chegasse em primeiro lugar à Gruta de Belém seria coroado. Os dois seguiram por Jerusalém e Belchior, desgarrado, foi por São Miguel. No entanto, por intervenção divina, chegaram juntos a Belém). Quando chegaram a Belém, fizeram a visita, as ofertas. E ia voltar cada um pro seu território. O anjo avisou que voltasse por terras estranhas e que não dessem notícia a ninguém. Então eles voltaram e é justamente como nós fazemos o giro. Vamos por uma parte e voltamos por outra. Até eles pediram esmolas para não dar conhecimento quem eles eram. Ninguém sabia quem era. E por isso é onde é o ato que nós continua viajando (como eles). E eles foram tão felizes que Gaspar foi coroado pelo Espírito Santo, Belchior pelo Menino Jesus e Baltazar coroado por Belchior.

Esta é uma entre outras muitas versões que as pessoas da Folia contam a seu respeito. A própria narrativa de mitos como de Mestre Messias é um momento de ensino. Nas vezes em que estivemos juntos, quando em casa ou no meio de um giro, ele me narrava acontecimentos sagrados do passado bíblico, ou acontecimentos miraculosos de histórias de Foliões e de sua própria biografia, outros foliões e meninos chegavam para perto. Vinham ouvir. Alguns faziam

perguntas, outros, comentários. Certa vez, em Caldas, quando mestre João narrava a história de como Jesus teria ensinado aos Magos o rito da Folia, outros mestres invadiram o caso e fizeram correções. Discutiram com mansidão mineira e, no fim das contas, cada um saiu com a versão com que entrara, mas eu aprendi três.

Mais adiante vou voltar ao assunto, mas não será inútil adiantá-lo aqui. Tanto em Goiás, quanto em Minas e no Oeste de São Paulo, encontrei mestres da Folga e da Folia que liam a Bíblia e, com mais gosto, livros tradicionais de devoção católica. Eles sabiam que tudo o que “o livro sagrado” dizia da visitação dos três Reis cabe em um pequeno parágrafo. Mas não lhes parecia errado acreditar no caso conciso da Bíblia, tanto quanto nas muitas e longas narrativas que a memória popular do campesinato acrescentou e tornou acreditadas, do mesmo modo com as dos livros das igrejas.

Mestres do catolicismo popular são, mais do que os nossos, uma soma de compositor, artista e teólogo. De qualquer um deles a comunidade camponesa espera: a) um conhecimento mais rico e completo do que o dos devotos não-especialistas a respeito dos “fundamentos da religião”, dos assuntos “da doutrina católica”; b) um saber ainda mais completo do repertório de relatos e mitos, assim como da exegese dos princípios e símbolos dos ritos que dirige, ou de que participa; c) uma coleção ordenada de casos e de interpretações de casos religiosos atuais, do lugar ou de outras regiões, que atribuam legitimidade próxima ao rito e o tornem inteligível, do modo como é acreditado e praticado na comunidade.

Não é raro, por exemplo, que diferentes mestres tenham interpretações diversas de passagens bíblicas ou do imaginário camponês, para defenderem um ponto de vista doutrinário pessoal ou, com mais ênfase, o seu “regime” de conduzir a Folga ou a Folia. Com os mesmos personagens: Herodes, a Sagrada Família, os Três Reis, o Anjo Gabriel, mestre Zé do Tide, cuja Folia gira para os lados do Troca-Tapa no município de Mossâmedes, em Goiás, defende a necessidade da presença de um palhaço em sua Companhia, enquanto em Goiânia, mestre Messias justifica porque recusa a incorporação de um “herodes” à sua.

Um contra-guia, ou mesmo um mestre novato, conhecem imperfeitamente a doutrina da Folia e a ensinam aos fragmentos. Mestre Aladares comparava-se com o seu mestre Messias, e justificava porque não sabia interpretar como ele os fundamentos do ritual: “bem, eu não posso dar uma explicação, porque eu não tenho um fundamento profundo”. No entanto, lançando mão da memória do aprendiz e das muitas gravações e transcrições que fez do saber do mestre antes de sua morte, ele luta por decorar as quase três centenas de “procuras”. Pequenas unidades de perguntas-e-respostas de estilo catequético que, de acordo com mestre Messias, continham “toda a doutrina sagrada”¹⁴. Na verdade, não são muitos os mestres foliões e folgazões

14. Entremeando com toques de viola que gravava a meu pedido, Aladares me ensinava algumas “procuras” do saber da Folia. Ele introduz: “Agora vamos fazer uma *procura*,

reconhecidos como notáveis conhecedores dos “fundamentos”. Aqueles a quem os outros remetem quando alguém quer conhecer mais do que dois ou três relatos do imaginário religioso local. Mestres que se apresentam como narradores de mitos e casos, e como intérpretes verdadeiros e populares dos assuntos da religião.

Um dos principais valores do fundamento é que ele oferece a praticantes estáveis e promesseros de ocasião, um conjunto acreditado de fatos e exegeses de fatos sociais e religiosos que articulam narrativas de origem, ou de continuidade do fio da história do ritual com os preceitos cerimoniais de uso local. Tudo o que se faz tem um sentido que a história e a tradição ao mesmo tempo narram e explicam, de modo a atestar a sua eficácia e tornar o gesto – a oração, o canto, a dança, a oferta, a troca de serviços – e o próprio rito, os sinais comunitários passíveis de serem aceitos como crença coletiva e praticados como um tipo de culto solidário.

Um outro valor do fundamento é que ele é aquilo de que falam o canto e a oração. Para que palavras, frases, versos e longas seqüências de cantórios da Folga e da Folia tenham um sentido e sejam eficazes, tanto do ponto de vista social (produzam trocas entre as pessoas, façam saudações, abram portas, obtenham esmolas), quanto do ponto de vista religioso (façam milagres, atualizem promessas, atraiam bênçãos divinas), é necessário que tenham e traduzam uma doutrina. Que sejam a fala ritual do que se acredita ser uma doutrina religiosa verdadeira. Por isto, mestre Messias insistia em redizer a todo momento que cantava sempre “dentro da doutrina” e que, por isso mesmo, o seu cantório de folião era ao mesmo tempo “um ensino” e “uma oração”.

Um outro valor importante do conhecimento da doutrina é que ele arma o folião de defesas contra perigos e desafios que o devoto imagina cercando sempre as equipes de trabalho religioso do catolicismo popular. Dado que ali convivem, entre fronteiras frágeis, a magia e a religião, pelo menos o mestre e o contramestre devem conhecer os fundamentos da fé e os recursos de preceito que, quando exercidos de modo correto e “poderoso”, são a única defesa da pessoa e do grupo contra os malefícios de agentes supostamente danosos: de

porque na Folia de Reis tem ... (esquece). Uma Folia de Reis completa são seiscentos e vinte versos e tem trezentas e setenta procuras”. E, depois, diz algumas: “Qual foi o primeiro apóstolo que Jesus chamou ao seu lado para com ele consagrar? Foi João Batista, filho de Zacarias e Isabel. Qual foi o primeiro apóstolo que Cristo chamou para andar com ele ao seu lado? Foi Tiago e João, os dois são irmãos, filhos de Zebedeu. Sua profissão era pescador e ele pescava com eles. João Evangelista e Tiago irmão, para acompanhar o Salvador”. A respeito do saber das *procuras*, Aladares ensinava o seguinte: “Trezentas e setenta ele não conhecia não (Mestre Messias). Trezentas e vinte ele falou pra mim que conhecia”. Perguntei: “será que tem algum mestre que você conhece que conhece todas elas?” Aladares respondeu: “Não, não tem não. Eu acho que não tem. Eu acho. Não conheço nenhum que sabe”. Pergunto: “e no tempo antigo, será que tinha?” Ele responde: “Não tinha. Porque eu acho que tinha no Norte onde o Seo Messias respondeu, mas já é falecido. O mestre aprendeu com ele. Um dos mestres que ensinou pra ele”.

outros grupos rituais do catolicismo popular; de outros sistemas de crença; de agências definidas como de feitiçaria.

Messias foi capitão do Congo e do Moçambique e os abandonou porque ali há, segundo ele, artes de feitiçaria. Muitas vezes nas entrevistas ele costumava tomar longo tempo para contar situações de desafio. Alguns eram simples desafios de competência ritual e conhecimento doutrinário entre mestres de Folia. Quando no passado duas Companhias de Santos Reis cruzavam pelo caminho, era costume que seus capitães se desafiassem, seja para demonstrar maior conhecimento da doutrina, seja para vencer o contrário em um duelo de cantório. Mestre Messias conta proezas do seu início de vida de folião.

Eu falei: “tio Odorico, não precisa ter medo que eu estou aqui pra cobrir a sua falta” (o tio e mestre havia ficado adoentado na véspera de um desafio de cantório entre embaixadores de duas Folias). Ele admirou de eu, um menino, falar assim pra ele. E chegou a hora do encontro; nós começamos o encontro foi 12 horas marcadas. Então fomos cantando e foi a parte do cantório do outro terno de Conceição do Norte, naquela passagem da Apresentação de Jesus entre os doutores. Justamente foi uma passagem que eles erraram e soltou quatro versos. Quando eles terminou eu fui e cantei os quatro versos pra eles e completei o cantório deles e arvorei e depois comecei o meu. Todos baixaram a cabeça e nós cobrimos a bandeira deles com a nossa bandeira. Quando foi no outro dia, eu fiz a Despedida deles e eles tiveram que dividir a esmola deles no meio com nós. E desde de doze anos quando iniciei, até hoje – já estou completando cinquenta e três anos – ainda não achei um pra me vencer.

Alguns outros foram, muito mais no passado do que hoje, desafios entre poderes de feiticeiros. O mistério ameaça o agente o sagrado popular, e entre eles se crê que o saber do sagrado (da doutrina) e o domínio de recursos do mistério (da magia) são a condição essencial de defesa contra os malefícios do mistério sem o sagrado (a feitiçaria). Mestre Aladares confessa os seus temores e diz porque quer aprender ainda um saber que lhe falta.

Tem um mestre lá em Itaberaí. Ele tirou uma Folia lá esse ano. Até ele canta um Agradecimento mesmo com a viola (o que é raro, porque benditos de mesa em Goiás são cantados a seco, sem os instrumentos). Eu queria ter um encontro com ele pra bater um papo, porque tem muita coisa e a gente queria aprender assim, uns negócios mais. Igual tem esse mestre que o Marreco fala muito nele; é o Ovídio. Ele é um mestre muito bom, mas já tem um defeito: ele gosta de atrapalhar os outros. Então já torna assim... pra você aprender, não dá certo. Ele tem umas partes de Espiritismo, negócio de atrapalhar os outros. Igual o Itamar, lá em Goiás (Velho). Eu queria aprender os fundamentos. Assim, esse de afinar a viola já sei um pouco, mas eu queria aprender mais. Porque tem mestre caboclo

que reza em você assim, que no terno de Folia a viola desafia toda. Dá um baixo assim na sanfona e tudo. É igual eu cheguei numa casa uma vez, num pouso e um mestre queria cantar. E eu só ia girar naquele dia, e meu primo falou: “não aceito ele cantar e então ele me atrapalhou”. Mas a gente já sabia um pouco. Já tava preparado; eu vi que o negócio quis cair (perderem a voz, desafinarem os instrumentos por artes de feitiçaria). Eu firmei, a turma firmou, aí não teve problema. Mas quando eu saí lá fora, ele tava chorando. Aí veio me dar os parabéns e disse que eu tava bom. O mestre tem que saber os segredos todos. Tem mestre assim que geralmente chega na gente. Eu conheço uma moça que se ela pegar na orelha de um, a voz dele cai só de (ela) pegar na orelha. É da Umbanda, da Quimbanda; ela anda com uns quatro ou seis espíritos junto dela. Agora, a gente tem defesa. A gente usa o Credo, reza ele. Agora, o capitão tem que ser sabido. Então tem partes que tem gente que não acredita. Acham que é coisa de velho, loucura ou um trem assim, mas não é. A gente corta a voz, como aconteceu até com mestre Messias. Uma mulher cortou a voz dele. Então, pra defender, você tem que achar um giz branco ou polvilho e fazer uma cruz no chão e rezar o Credo. Aí a voz volta de novo. Agora, a gente tem que aprender mais fundamento. Um mestre lá em Goiás (Velho) falou que esse negócio de desafiar viola.

Diante do perigo da feitiçaria exercida por pessoas e agências de fora da Folia, ou mesmo da “religião” (o catolicismo), torna-se mais necessário ainda conhecer o fundamento do rito, para obter dele a fala (o verso do cantório ou a oração) e o preceito do uso da fala (quando, onde, como orar ou cantar), que livrem o mestre e sua equipe dos malefícios da magia. Aladares ensina regras.

Pode até ter mestre sem fundamento, mas encontra muita dificuldade. Às vezes ele não tem fundamento assim pronto, e ele encontra muita malvadeza. Geralmente, na cidade gente às vezes de outra religião (existe) que quer judiar do folião, do mestre. Agora, na roça quase não tem esses problemas. Acontece mais na cidade. Na cidade, vamos supor, já tem Centro. Tem mestres que não passa por Centro, tem medo de passar no Centro e não dar conta de cantar. Tem mestre que passa. Eu mesmo passo no Centro. Tem que saldar as sete linhas e tem que saldar as bandeiras que geralmente fica nos centros. Saldar Preto Velho, Orixás e Oxalá. Agora, aqui quase ninguém sabe. Eles gostam de cruzar as bandeiras. Um dia cruzaram a bandeira sobre o Tomás e ele morreu. Ele era mestre.

Unidade e Diferença

Depois de havermos visto juntos, leitor, o que é o saber dos foliões de Santos Reis e folgazões de São Gonçalo, procuremos compreender o que o caracteriza. O que o faz ser, por exemplo, um tipo de conhecimento ao mesmo tempo igual a outros, situados fora da equipe de artistas-devotos e de suas

comunidades, e um saber próprio. Um tipo de conhecimento do campesinato, diferente e oposto à maneira como a Igreja Católica possui e exerce um conhecimento religioso equivalente.

a) Um saber interno? Autônomo?

Todo folião e todo folgazão fazem confissão de fé católica. Mais até, principalmente os devotos graduados insistem em que são “pessoas católicas” de piedade exemplar. Presos ao pagamento de uma promessa “de toda a vida”, ou reconhecidos como interessados desde meninos pelos assuntos da religião, eles são apontados pelos outros da comunidade e da equipe como os guardiões da crença católica no lugar. Veremos adiante que, entre os letrados, alguns mestres e contramestres da Folga e da Folia são useiros da leitura da Bíblia e de livros antigos de devoção.

No entanto, no seu todo, a cerimônia e o saber dos ritos que temos acompanhado até aqui são compreendidos como assuntos e práticas internas ao mundo camponês, esteja ele ainda “na roça”, ou já na periferia das cidades. Existem fora do domínio direto e do trabalho religioso da Igreja, embora sejam “da mesma religião”. “A doutrina é a mesma”, poderá afirmar um velho dançador do São Gonçalo em Guaxinduva, perto de Piracaia, em São Paulo, “mas o sistema é nosso”. Ou seja, ainda que um dia derivados da Igreja, são agora “próprios” o saber do repertório, do costume e do fundamento, assim como o fazer coletivo do rito popular, dentro da comunidade camponesa e fora do calendário, da presença e do controle dos agentes da religião oficial. Nas noites de dança ou nos dias de jornada, não há padres presentes, a não ser como convidados, o que ocorre raramente. Um sacerdote da Igreja não teria um lugar ali, nem para ensinar, nem para “exercer” ou “embaixar”.

Em momento algum um mestre reconhecerá que a doutrina do seu trabalho religioso é outra que não a da própria Igreja Católica. No entanto, católica e, por isso mesmo, legitimamente devota, ela é modalidade original de a sociedade camponesa saber, pensar e realizar relações coletivas com o sagrado. Sabemos que antes e depois dos cantórios da Folia, foliões promovem rezas de terço e ladainhas, fazem longos benditos de mesa, e sabem que dizem ali as orações tradicionais da Igreja, às vezes em Latim. Foram aprendidas nela, com os seus agentes e foram incorporadas aos ritos religiosos do campesinato. Velhas beatas, tias e avós, com frequência, são rezadeiras da família. Não há uma só comunidade que não tenha os seus rezadores, ou que não saiba onde buscá-los quando é preciso. Sabemos que é comum equipes de folgazões e foliões levarem com elas os seus rezadores, especialistas em muitas “rezas” que serão feitas dezenas de vezes entre casas de giro e do pouso, no caso da Folia.

As orações que eles “puxam” e os outros respondem são de duas naturezas: 1) preces ainda atuais nas cerimônias eclesiais, como o Pai Nosso, a Ave Maria, o Credo, a Salve Rainha; 2) antigas preces da Igreja, hoje em dia muito raras ou mesmo inexistentes nas liturgias oficiais, como as longas ladainhas em Latim, os terços cantados e os longos benditos a santos de

devoção. Não são rezadas as orações ensinadas pela Igreja depois do Concílio Vaticano II e, muito menos, são cantadas músicas pós-conciliares. Por outro lado, os antigos cantos devocionais da Igreja são entoados muitas e muitas vezes.

Dado que qualquer criança sabe dizer o Pai Nosso ou a Ave Maria, a qualidade de um bom rezador é medida pela sua capacidade de guardar “rezas” na memória e saber os momentos exatos dos usos das orações mais antigas. Entre elas, algumas preces, cantos e gestos cerimoniais são considerados como ainda católicos, mas não “da Igreja”. São as rezas populares que o imaginário camponês criou e colecionou, considerando-as tão legítimas quanto as outras, por serem antigas e eficazes. Um saber que vem “desde o começo do mundo”. Um e outra poderão ser atribuídas a algum velho e lendário rezador, mas o costume é que não sejam reconhecidos autores para qualquer prece popular. Entre “mansas” e “bravas”, mestre Messias gostava de desfiá-las diante do gravador.

Importa bem mais do que isso o próprio modo de selecionar, incorporar e redefinir o espaço, o momento, os usos e o valor das orações da Igreja nos ritos populares, é parte do trabalho coletivo de uma lógica camponesa. Com fragmentos de preces da liturgia oficial e rezas, cantos e gestos populares, um sistema de devoção é construído. É aos poucos criado sem que tenha qualquer equivalente com os da Igreja de antes e de agora. Uma lógica que não apenas imita os ritos da Igreja, mas que recria formas reinventadas de culto camponês. Sistemas de prece cuja complexidade e duração costumam ser muito maiores em teoria (fundamento doutrinário) e na prática (exercício ritual comunitário), do que o repertório de crenças e cultos da religião oficial.

Livre de um controle centralizado exercido por hierarquias eclesiásticas com poder de censura, como acontece na Igreja, os corpos de saber e práticas rituais do catolicismo popular observam regras de recriação e difusão próximas às dos sistemas religiosos de tipo afro-brasileiro. Saindo de um domínio eclesiástico e erudito para um domínio comunitário e popular; para o trabalho direto de grupos estáveis de lavradores-devotos, artistas religiosos independentes em suas equipes, umas das outras, o que se sabe, canta e reza na Folga e na Folia são palavras e gestos enriquecidos através de incorporações posteriores e sucessivas. Isto é o que explica porque, servo e ao mesmo tempo guardião de um saber consagrado e consagrador, cada mestre tem o poder de se constituir como um criador em escala local de novos elementos do imaginário religioso popular. Desde que não fuja a alguns princípios básicos de criação que ele mesmo deve defender com empenho, qualquer mestre pode querer que o seu improvisado pessoal venha a ser um dia o repertório dos outros.

Entretanto, mais do que no caso da religião oficial, é tão poderoso o difuso poder da tradição, que raras são as inovações de fato incorporadas ao sistema dos ritos populares durante muitos anos. Vimos e veremos que algumas vezes um mestre criativo e inovador é criticado por outros mestres, por ser justamente um inovador. Por “sair fora da doutrina”, ou seja, do saber que a

tradição, ao fazê-lo sua, tornou a norma que o uso coletivo aceita e aprende. Não é raro que uma invenção de mestre permaneça por muito tempo incorporada apenas ao seu próprio grupo, dentro dos limites de sua comunidade de residência ou de “giro da Folia”.

A eficiência simbólica do rito popular está em que, por ser muito antigo, as suas falas, cantos e gestos são acreditados como “de todos”, às vezes de um santo, às vezes de Deus. Ele passa a ser um valor local de cultura por ter sido comunitariamente atestado como um corpus coletivo de saber-poder religioso, por carregar o peso de muitas ocasiões em que aquilo que foi feito, dito e repetido, produziu efeitos sociais esperados e, não raro, gerou pequenos milagres de âmbito local. Um saber entre camponeses não é sábio e eficaz porque é verdadeiro e sagrado.

Ele torna-se verdadeiro e sagrado porque a tradição o tornou socialmente acreditado entre todos, ou seja, sábio e eficaz. Ele, enfim, faz milagres, pune abusos, atualiza votos de fé, distribui bênçãos, aproxima pessoas, provoca lágrimas, reproduz o ethos. Confirma o que se sabe solidariamente e, para todos os efeitos, atesta não só a verdade do poder e da proteção do padroeiro em nome de quem tudo é feito, como também o poder que existe no próprio ato de saber fazer¹⁵.

Ainda católicos, mas não eclesiásticos, os sistemas de saber da Folga e da Folia tornam-se parte do modo de vida camponês. Ajudam a comunidade a viver e a se realizar como comunidade. Pensam a vida pessoal do devoto, a da família, a vida coletiva. Ajudam a explicar muitos mistérios das relações entre pessoas e grupos, uns com os outros e todos com o mundo. Amparam o sofrimento, explicam a morte e a condição pobre e subalterna da vida oprimida do campesinato. Oferecem esperanças e cobram fidelidade. As pessoas creem juntas e juntas praticam a festa do que creem. Podem, portanto, viver e trabalhar juntas¹⁶.

Sem abrir frentes de luta com os agentes da Igreja, mestres foliões e folgazões fazem o saber e o trabalho que possuem resistirem a seus equivalentes eclesiásticos. Sabiamente sobrevivem à margem deles. Não lhes parece contraditória a coexistência de um sistema letrado, “de Igreja” e restrito de doutrina católica, com um outro, oral, comunitário e criativamente ilimitado.

15 Assim também em Lévi-Strauss. A eficácia simbólica não deriva do poder individual do agente religioso e ele não cria a sua credibilidade porque é eficaz. Ele penetra em um sistema anteriormente consagrado de atos mágicos e/ou religiosos e, seguindo os seus preceitos, torna-se acreditado, isto é, eficaz. Não é porque cura que o feiticeiro é consagrado em seu ofício; é porque ele é consagrado em seu ofício que ele cura. Ver em Lévi-Strauss, *O Feiticeiro e sua Magia*, capítulo 9 de *Antropologia Estrutural*, (Tempo Brasileiro, 1967). Importante também, leitor, o capítulo 4, *Magia e Milagre do Pureza e Perigo*, da antropóloga Mary Douglas (Perspectiva, 1976).

16 Enfaticamente remeto o leitor à *Conclusão* do *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Como duvidar de sua surpreendente atualidade? O texto escrito há muitos anos por Émile Durkheim explica, a meu ver, ainda hoje, alguns dos processos e algumas das significações mais intensamente profundas e articuladas do ritual e da religião.

Com o saber do subalterno, sabem transitar sem problemas de um para o outro, reconhecendo no primeiro a parte oficial do saber e da fé e, no segundo, a sua tradução em linguagem e vida camponesa.

b) Um saber coletivo, mas de mestres

Como relacionar o valor dado à tradição de tudo o que se canta e reza na Folia e na Folia, com uma grande variação de doutrina e de repertório? Vimos que a história dos Três Reis Magos é uma só e se supõe que seja conhecida de todos. No entanto, sabemos que vários mestres possuem versões diferentes e nem sempre elas estão de acordo. Nego Fortes por certo exagerava em suas confissões de Abadia de Goiás, no último 1º de janeiro, mas nem tanto:

Eu, só eu devo conhecer umas quarenta explicações diferentes da origem da Folia, e nenhuma coincide com a que eu tenho. Quer dizer, cada embaixador tem a dele e eu acho que não tem duas iguais. (E não existe alguma verdadeira, a dos padres? – perguntei eu com ares de dúvida). Padre não conhece nada sobre isso (respondeu ele cheio de certeza).

Há um corpus mítico e teológico básico de domínio coletivo entre camponeses de uma mesma região. Faz parte, por exemplo, da educação de qualquer criança, que ela aos poucos seja introduzida nas “coisas da religião”. o conhecimento coletivo do sagrado constitui a base da explicação de quase tudo, assim como explica e suporta o ethos cultural do campesinato. É muito difícil ser da comunidade e viver a sua vida familiar e coletiva, em que a pessoa possua o saber e aceite pelo menos a parte mais substantiva dos valores de crença do imaginário religioso acreditado. E as pessoas creem porque sabem solidariamente o mínimo indispensável para acreditarem no que aprenderam. No entanto, fora homens e mulheres particularmente devotos ou vocacionalmente interessados em aprofundar o seu conhecimento dos assuntos da fé, todos os outros não se esforçam por possuírem mais do que um pequeno mapa das crenças, rezas, regras e usos da religião. Tudo o mais que se precise saber ou obter da religião, pode ser conseguido junto a algum especialista do lugar ou da região. Mestres de equipes estáveis de ritos camponeses são, vimos, uma categoria de tais especialistas.

Mais do que apenas conhecedores profundos dos fundamentos de seu rito, devem ser a sua memória. Quando falei sobre o saber do fundamento, observei que a diferença entre um pequeno e um grande mestre da Folia está em que este último conhece, conserva e recria a doutrina: a) acrescentando novos relatos aos já existentes sobre a história exemplar da visita dos Três Reis; b) produzindo explicações teológicas, éticas e históricas associadas aos relatos que conta ou canta; c) ampliando o conjunto de acontecimentos notáveis que confirmam o poder e a legitimidade do seu ritual e do seu trabalho dentro do ritual.

Nas páginas seguintes veremos que mestres da Folga e da Folia consideram como seu dever conhecer a fundo e ensinar a quem queira os fundamentos da doutrina. Como não existe, repito, uma instância centralizadora de controle sobre o saber religioso das classes populares, cada mestre se atribui um saber doutrinário verdadeiro, que a qualidade de trabalho que faz comprova na prática. Em uma mesma região há um relativo consenso entre o saber de vários mestres. Isto quer dizer que, do repertório do cantório à coleção de relatos doutrinários, há mais coincidências entre inúmeros mestres foliões do Sul de Minas do que entre eles e mestres de Folia de Goiás ou do Mato Grosso. Caso tivesse pesquisado o assunto mais a fundo, poderia demonstrar que existe uma distribuição regional de valores e conhecimentos que, com um não tão desprezível poder difuso de controle, submete interpretações individuais aos limites de um estoque comum de interpretações, preceitos rituais e repertórios de cantos e rezas. Afinal, em uma mesma região, é dentro de comunidades de parentes e vizinhos que as pessoas aprendem. O saber e as variações do saber circulam no interior de espaços até certo ponto restritos de docência e influência recíproca. Por outro lado, ainda que possa vir a ser um inovador de doutrina e repertório, quase sempre um especialista é mais respeitado nos assuntos da fé pelo que sabe e repete, do que pelo que cria e incorpora ao que sabe. Seria mais correto pensar que no interior de um domínio restrito de saber consagrado, há mais variações de estilo entre diferentes mestres – para cantar, para narrar e para fazer – do que variações efetivas de interpretações da doutrina e dos preceitos do ritual.

c) Um saber que é um trabalho

A aquisição do saber é um trabalho. Ela demanda esforços que começam na infância. Veremos adiante, leitor, que aprender, na comunidade camponesa, para o exercício de um ofício simbólico, é um processo ativo, motivado, voluntário algumas vezes, outras, uma imposição familiar. Entre foliões de Reis e folgazões do São Gonçalo, a lenta aprendizagem dos segredos do ofício não é considerada como um divertimento, do mesmo modo como se entende que o seja o aprender a dançar a chula ou a catira. “Aprendi na missão”, gostam de dizer viageiros da Folia e os dançantes da Folga.

Porque uma coisa e outra são compreendidas como o exercício de um trabalho entre outros do mundo camponês. Um trabalho religioso, antes de mais nada; uma devoção ativa que obriga ao compromisso de participar, gerenciar ou embaixar uma Folia durante alguns anos de vida, ou durante toda ela. Bastião Bento, folião de vida inteira, gostava de dizer: “quem tá na folia tá naquela obrigação”. Esta frase aparentemente estranha traduz uma opinião unânime entre devotos de rituais do catolicismo popular. ainda que possa haver momentos de alegria e distração na viagem da Folia entre casas da roça, ou na noite de dança votiva da Folga de São Gonçalo, elas são um compromisso; não raro, são um sacrifício para certos participantes e, para todos são uma obrigação

que, como trabalho ritual, o devoto presta ao santo padroeiro em troca das bênçãos que acredita receber dele. Até mesmo um palhaço de uma Companhia de Santos Reis dirá: “eu tenho um encargo na Folia” e tanto a ele quanto a qualquer outro folião, um mestre chamará: “empregado de Santos Reis”.

Falando de um sobrinho querido que, mesmo sendo bom violeiro e de uma família de devotos, nunca quis ser um folião regular, Bastião Bento disse:

Ele era bom; bom de viola. A irmandade dele (os outros irmãos) tá tudo no giro, mas ele não seguiu essa carreira não. É como na viagem dos Três Reis. É uma só, mas quantos e quantos saíram com eles e não chegaram?

Um trabalho de obrigação comunitária, em segundo lugar. Obrigados para com o padroeiro por razões de devoção ativa ou de compromissos de promessa, os foliões e folgazões reconhecem-se como equipes de trabalho a serviço: a) de suas comunidades, compreendidas não só como o lugar de vida da equipe de devotos-artistas, mas como a área social até onde a equipe leva a sua festa; b) de toda e qualquer pessoa que solicite o trabalho coletivo da equipe, quase sempre para o pagamento de uma promessa. Não conheço caso em que “batalhão” de Folga de São Gonçalo tenha, por algum motivo, recusado a Função pedida por um promesseiro. Pouca coisa existe tão grave quanto um mestre de Folia negar o passar com a sua Companhia pela casa de um “morador”, mesmo que a ida encompride o giro de modo indesejável.

É tradição antiga que os foliões, em nome dos deveres da fé e do respeito camponês, sejam servos do “dono da casa” e atendam a todos os seus pedidos de serviços religiosos ou profanos. Foliões velhos do interior de Goiás faziam queixas amargas de donos de casa de pouso que obrigavam os viajeros a passarem a noite palmeando e sapateando sucessivas modas de catira, após um dia inteiro de jornada de casa em casa. A Folga e a Folia são momentos comunitários de trabalho religioso. São demorados cultos coletivos de oração e, por isso mesmo, não são nunca serviços cobrados pelos “empregados”, às pessoas em cujas casas cantam ou dançam. Em alguns casos, como acontece com a Folia do Divino de São Luís do Paraitinga, o festeiro – Imperador do Divino – paga a montaria (cavalos), a comida e o trabalho da pequena equipe de três foliões que, por cerca de nove meses, viaja em seu nome anunciando a sua festa e recolhendo prendas para ela. No entanto, ainda que aquele seja um ofício profissional que afasta do trabalho agrícola a equipe de foliões, não se entende que eles estejam sendo pagos para “foliarem pro Divino”, mas apenas sustentados durante o longo período de trabalho religioso¹⁷.

17 Há uma tensão crescente em muitos grupos rituais a respeito da relação: trabalho religioso gratuito X trabalho cerimonial remunerado. Foliões insistem com vigor que não recebem pelo seu trabalho “na jornada”, e tudo o que a folia ganha com as esmolas do “peditório” reverte para a “Festa de Santos Reis”. Foliões do Divino de alguns lugares são remunerados pelos festeiros (embaixadores do Divino) porque giram em tempo de trabalho durante longos meses e são, portanto, semi-profissionalizados.

Qualquer pessoa de uma Companhia de Reis, quando perguntada a respeito de seu trabalho, responderá com o nome de sua profissão: lavrador (ninguém fala “camponês”), carapina, caiçara (como os excelentes foliões de Ubatuba e Ilha Bela), boia-fria, servente de pedreiro. Ninguém aceitará que “vive da Folia”, embora reconheça que aquele é um outro tipo de trabalho. Um trabalho voluntário, mesmo quando atado a um compromisso de devoção, ou a um dever que moralmente obriga, pelo menos um dos filhos de um mestre folião, a seguir a trilha do pai. Explico-me. É muito difícil que alguém possa viver em uma comunidade rural sem ocupar no seu interior diferentes lugares sociais que as regras de trocas entre as pessoas estabelecem e atribuem. Lugares sociais nucleares são dados pelo trabalho produtivo. Todos precisam aprender em um ofício, para ter um ofício. Quase todos são lavradores, e muitos sujeitos, homens e mulheres, são especialistas de outros ofícios produtivos. Por outro lado, labores postos a serviço de pessoas, famílias ou da comunidade, como os da benzedeira, do rezador ou do mestre folião, não são considerados como uma profissão, embora sejam uma vocação que obriga a um trabalho. Mesmo que alguma criança seja forçada pelos pais a se incorporar à sua equipe de dança, dificilmente prosseguirá a carreira de artista-devoto se não quiser. Os mais velhos compreenderão que há diferenças de vocação – de “inclinação”, como preferem dizer – e apenas a vontade pessoal de fazer parte do grupo religioso, ou um compromisso individual para com o padroeiro, determinam a incorporação e a continuidade do trabalho de uma pessoa qualquer na equipe da Folga ou da Folia. No primeiro caso, o trabalho deriva de um “gosto” ou de uma “inclinação”. No segundo, ele é uma “obrigação”.

A Trilha Invisível: Aprender

Creio haver dito na introdução que mestres da Folga e da Folia a princípio estranham quando alguém pergunta sobre como eles aprenderam as artes do ofício de que se fizeram, justamente, mestres. Mas as palavras que significam ensinar-e-aprender são ali usuais, tanto quanto os atos de que são o vocabulário e a confissão. Se frente à pergunta do pesquisador curioso há um momento de assombro, em parte é porque nem sempre o exercício da docência que gera o domínio do ofício da devoção costuma ser pensado. Costuma ser objeto de meditação. E nem sempre costuma, porque não é hábito que ele seja imaginado como uma prática com vida própria, separada da própria prática ritual de que é parte. Parte e, ao mesmo tempo, condição de continuidade. Crianças da roça vão à escola; professores ensinam e alunos aprendem. Ali há lugares e tempos, regras e situações que obrigam a comunidade a ver a escola como o lugar de um trabalho peculiar: o do “ensino”. Mas onde e como encontrar o rosto da docência daquilo que afinal “não se aprende na escola”?

Regina Prado faz uma oportuna discussão sobre o assunto em seu *Todo o Ano Tem – a festa na sociedade camponesa* (Museu Nacional, mimeo, 1980).

Proponho que o busquemos seguindo pequenas trilhas de situações vividas e biografias confessadas. Busquemos surpreender, através delas e de mestres e discípulos que entre si ensinam e aprendem, o mistério do processo pelo qual o saber se transmite, em meio a gestos e falas que aparentemente submergem o trabalho de ensinar na prática de outros trabalhos: aqueles a que afinal serve o ensino que ali se faz.

a) Mestre Aladares ensina a Hamilton, o filho

Quando cheguei, Aladares ensinava o seu filho de seis anos, Hamilton. A filha mais velha espiava de longe; o assunto era entre homens. Havia comprado para ele uma “violinha” de feira que acabara de afinar antes de passar ao filho. Sentados um diante do outro, trocavam ensinamentos. “Ele não toca nada ainda”, o pai foi dizendo, quando pedi que os dois fizessem alguns acordes dos cantórios de Folia. O mestre fez dois ou três sons das posições mais fáceis e, com a mão, ajudou Hamilton a distribuir os dedos pelas cordas da violinha. O menino evita o sério e martela as cordas de qualquer jeito. Aladares insiste, puxa um toque fácil, “descansado”, e canta uma quadra. O filho acompanha e há progressos, mas por pouco tempo. O gravador perto torna a aula uma brincadeira inesperada. Hamilton batuca confusões na viola e o pai repreende. Sem muita paciência com o aluno, acaba expulsando o filho da conversa. Me diz que é “assim mesmo”, que “o menino tem jeito” e com o tempo saberá aprender. Por enquanto não o leva nos giros de dezembro-janeiro, porque ele não aguentaria as longas caminhadas, mas espera que dentro de dois ou três anos Hamilton seja um folião ajudante.

Tal como acontece em outras práticas do mundo camponês, antes de estenderem-se ao domínio da vida comunitária, trabalhos religiosos são assuntos de família. Mães ensinam às filhas rezas e responsos “de mulher”. Depois do aprendizado caseiro é que a filha irá buscar outros saberes fora, quando o dos familiares é pequeno demais para a sua “inclinação”. Não raras avós ensinam às netas, mais do que mães às filhas, os segredos do ofício da benzedeira. Sabemos que fora casos de exceção, equipes estáveis de rituais camponeses são masculinas, exclusiva ou prioritariamente.

A regra do saber é a de que o primeiro aprendizado se dê no interior da família nuclear, do grupo doméstico ou, por extensão, da parentela, entre gerações contínuas ou alternadas. Pais e avós paternos costumam ser os primeiros professores de filhos e netos. Como a família camponesa é mais patrilocal do que matrilocal, a linha paterna de descendência participa com maior frequência das equipes de trabalho religioso e, por isso mesmo, da reprodução de seu saber. Parentes afins não são raros em um mesmo grupo, e são mais os genros casados com filhas de foliões. Tios paternos ou maternos ensinam a sobrinhos. Quando entre parentes colaterais – irmãos, primos – a regra geral é a de que o mais velho ensine ao mais moço.

Como a prática do folião não é reconhecida como um trabalho produtivo, embora seja, como vimos, uma missão de compromisso, os pais não consideram indispensável iniciar todos os filhos no domínio do ofício, como farão sem dúvida no caso do trabalho da lavoura. Entre vários filhos homens, pais ou avós mestres de Folia iniciarão aqueles a quem o rito interessa; aqueles que desde cedo demonstram possuir “o dom” do artista-devoto; aqueles a quem uma promessa anterior, feita pelos pais, liga o filho a uma “obrigação” para com o santo padroeiro.

De primeiro ficava de geração: pai pros filhos. Aquilo não terminava. (Mestre Messias, de Goiânia). Eu nasci neste sertão, mas existia (a Folia), já era tradição. Isso vem de família: meus pais, meus tios, e eu já venho mais ou menos com cinquenta anos só de mestre. Meus avós também eram. Minha mãe também cantava muito bonito. Na época da Quaresma meu pai com a família toda fazia Recomendação de Almas... No tempo do meu pai eu cantava com ele nas últimas vozes. Depois ele foi ficando de idade e a gente foi procurando compreender melhor. Eu comecei tinha treze anos de idade. Eu cantava no lugar do maestro. Na Folia comecei tinha sete anos e com treze tomei o lugar do maestro. E o meu pai faleceu e eu passei a ser responsável no lugar dele. (Mestre Lázaro, adepto do Movimento da Renovação da Folia de Reis, em Jardinópolis, São Paulo).

Na realidade, entre os casos estudados encontrei diferentes alternativas de iniciação familiar. Pais foliões graduados ou mestres tomam o seu cargo a formação dos filhos. Pais foliões não assumem a iniciação dos filhos e, em alguns casos, dificultam o ingresso dos filhos na equipe. Pais não-foliões autorizam e até mesmo incentivam o aprendizado dos filhos junto a outros parentes, ou mesmo junto a mestres da comunidade, mas de fora da parentela. Pais não-foliões deixam a iniciativa da formação por conta dos próprios filhos. Estes podem ser convidados por algum parente ou não-parente, para virem ajudar, fazendo as finas vozes de requinta e contra-requinta. Ou podem buscar o saber junto a alguma equipe do lugar, sobretudo quando adolescentes.

Mestres e contramestres têm muito mais interesse na iniciação de filhos, netos ou sobrinhos, do que os outros foliões. Quase todos os mestres com quem estive em Minas, Goiás e São Paulo, sonham ter um ou mais filhos como continuadores de seu ofício, de sua “missão”. Mesmo quando tomam a seu cargo a formação de pessoas de fora da família, trabalham para que um descendente direto herde a Companhia. O costume é que o filho, o neto ou o sobrinho aprendam no exercício do trabalho. Tão cedo quanto possível um pai folião graduado incorpora um filho “com dom” no seu grupo. Grandes mestres contam com orgulho que entraram cedo “na missão” e, cedo, chegaram a mestres. Uma precocidade indiscutível é o sinal de um mestre de Folia.

Eu aprendi Folia com meu pai. Ele saía e eu saía atrás pra aprender com ele. Quando comecei eu tinha doze anos e aprendi Folia de Reis aqui. É uma coisa antiga. Meu pai aprender com outro. Ele morreu,

ficou meu pai; meu pai morreu, ficou eu. Agora, eu acho que quando eu morrer acaba, porque os mais novos, ninguém quer seguir isso. (Mestre Diorando, da Ilha Bela, em São Paulo)

Raros os pais ou avós que procedem como Aladares. Ele, um filho de camponeses cedo migrado para a cidade. “Embaixador” letrado, funcionário subalterno do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Compra os instrumentos de música para o filho, espreita com ansiedade “a inclinação do menino”. Reserva períodos caseiros para o ensino. Copia para si mesmo e guarda para Hamilton incontáveis folhas de estrofes de cantório e “procuras” da doutrina. Programa avanços e inicia o filho antes de incorporá-lo à Companhia de que agora é embaixador.

b) Um certo João Paulista, avô de Bastião Bento

Conto aqui um pedaço da história “do povo dos Bentos e dos Nunes”. Bastião Bento começa.

Ele é nosso chefe. Ele aprendeu com meu avô essa Folia que o senhor tá gravando. Depois, com a falta dele, vem vindo os nossos que já aprendeu com o compadre Gabriel, que é o que ficou no lugar do meu avô. E daí pra cá a gente moram todos juntos e todos tem a mesma folia que é igual à do meu avô. Agora, esse Gabriel, a família dele ninguém ficou folião, mas os sobrinhos, primos e amigos ficou com a missão dele. Hoje nós estamos voltando com a turma antiga. Tem muitas famílias, mas o tronco é um só: meu avô João Paulista. Tudo começou ali. Seo Ovide (Ovídio, o mestre atual) aprendeu com o Gabriel que era discípulo do meu avô. Até hoje a Folia é uma tradição do meu avô (segue o seu “sistema”). Já fui folião com outros, o Zé do Tide (a Companhia de mestre Zé do Tide, quando Bastião Bento foi camponês em Americano do Brasil e Mossâmedes). Mas aquela é desgarrada da nossa (nada tem a ver com a parentela). A nossa procedência é essa Folia aqui.

Os descendentes não sabem explicar como, mas o fato é que um dia um certo João Paulista veio de São Paulo para Goiás. “A assinatura dele eu nem não sei”, explica Bastião Bento, querendo dizer que não conhece o sobrenome real do avô. E por haverem os descendentes esquecido o nome da família, ficaram os filhos de João conhecidos como: Zequinha Paulista, Joaquim Paulista, Antônio Paulista, Marciano Paulista. “Eram filhos dele e lidaram com a Folia”. Este é o começo da história de uma antiga Companhia de Santos Reis que mestre João Paulista trouxe com a tralha e os parentes para Goiás e que, de acordo com os parentes em linha direta, “tem hoje mais de cem anos, só aqui na nossa região”. Esta região é uma área rural das cercanias de Goiânia, onde famílias de foliões habitaram muitos anos antes de haver sido fundada a capital do estado. Hoje em dia, ela gira todos os anos entre 1º e 6 de janeiro, sob o comando de Nego

Fortes e a direção de mestre Ovídio. Gira entre sítios, fazendas e o povoado de Abadia de Goiás, no município de Trindade.

O pai de Bastião Bento, Manuel Bento de Oliveira, foi casado com uma filha de João Paulista. Ele, mineiro migrante para Goiás aos dez anos de idade, foi folião da Companhia do sogro. Nenhum dos filhos homens de João Paulista chegou a ser “embaixador responsável” como o pai. Melhores foram os cunhados, como alunos do mestre e mestres de Folia: Joaquim Fidelis, cunhado do segundo casamento de João Paulista; Gabriel Alves de Oliveira, “um dos principais discípulos do meu avô”, diz Bastião Bento; “o maior discípulo que o velho João teve”, dizem Nego Fortes e mestre Ovídio. Quando Gabriel começou a aprender com mestre João, ainda “não era da família”. Casado com uma outra filha de João Paulista, veio a ser o seu substituto. É dele que a memória dos mais velhos conta histórias, porque foi com ele que os velhos mestres de agora aprenderam.

Parentes afins de João Paulista – distribuídos por casamento entre filhas, netas e sobrinhas – outros camponeses da região “encostaram” famílias na do mestre e foram foliões de sua Companhia. “Acaba sendo uma gente só, uma irmandade de muitas famílias, mas uma gente só, tudo parente”, diz Bastião Bento. E completa:

Aí vem os colegas dele (de mestre Gabriel), a família de Nunes: Aprígio Nunes, Geraldo Nunes, Orsino Nunes, todos mestres embaixadores; Floriano Nunes, Otávio Nunes, Miguel Nunes e José Nunes, tudo folião, mas não embaixava. Vem outras famílias, a família de Fortes, que era colega: José Alves Fortes, Joaquim Alves Fortes, Francisco Alves Fortes, Messias Alves Fortes, Antônio Alves Fortes e Eduardo Alves Fortes.

Um dos filhos de Joaquim Alves Fortes, Nego Fortes, fazendeiro em Trindade, é quem se fez uma espécie de “alferes perpétuo” da Companhia e luta para que ela não morra. Dos descendentes, alguns participaram ainda da Folia nos tempos de mestre João Paulista. Os mais moços já são do tempo em que mestre Gabriel assumiu o comando do grupo. Outros aparentados dos primeiros tempos: Leandro Martins, João Custódio e seu irmão José Custódio, todos embaixadores, e João Fidelis, regente de Folia. Ao falar de mestre Ovídio, Bastião Bento diz:

Irmãos dele é outra tarrafada de folião: Ovídio Cristino Nunes, discípulo de mestre Gabriel e embaixador atual da Folia. João Cristino, Urias Cristino, Olivo Cristino, José dos Reis (palhaço de Folia, primo de mestre Ovídio). Ovídio é primo daquela carreira de Nunes. Tem outros irmãos e primos dos outros Nunes, tudo folião: Sebastião Nunes, Juvenal Nunes, José Nunes, José Roque Felipe, que já vem de outra família.

Família dos Bento, de quem nunca saiu um embaixador: Sebastião Bento (ego), João Bento, José Bento, Antônio Bento, Luís Bento (Nego Bento) e Joaquim Bento (Quim Bento). “A nossa família deu uma descendência de folião”: Brás Cristino (sobrinho do Ovídio, segundo embaixador), os irmãos Sebastião Bento de Freitas, José Bento de Freitas e Antônio Bento de Freitas; Doralino Bento de Oliveira, Sebastião Bento de Oliveira, Eduardo Bento de Oliveira e Geraldo Bento de Oliveira. Os quatro últimos, irmãos também, Geraldo, “palhaço e poeta dum recurso esquisito”. José Maria, folião casado com uma sobrinha de Bastião Bento. Bené Maria, casado com outra sobrinha. Lázaro Bento (sobrinho, palhaço exemplar), Antônio Bento (“aquele requinteiro, cantador fino”), Almelino Bento, Miguel Bento (“irmão também os dois, é tudo sobrinho”). Filhos foliões de Bastião Bento: Adelino Bento Santana, Antônio Bento Santana, Sebastião Aleixo Santana (“é filho com outra assinatura”), Jonas Bento Santana, Emilson Bento Santana, Wilson Bento Santana.

Após fazer a listagem das “irmandades de foliões” da descendência do mestre João Paulista, Bastião Bento arremata:

Agora, isso aí tá tudo misturado, porque esses aí, da parte dos Nunes e dos Alves, já é do tempo do meu avô. Daí pra cá vem aumentando, uns morrendo. Agora tá entregue pro Nego Fortes. Já tem muitos galhos (outras Companhias originadas do tronco original), mas essa Folia é a que veio e nunca acabou.

Nego Fortes me segreda ensinamentos no pouso de saída da Folia em 1º de janeiro de 1983. Com a chegada de “um povo de paulistas” há cerca de um século, vieram para aquela região “a Folia e a Catira”. A memória, mesmo a dos mais velhos, nada guardou a respeito daquela geração de migrantes paulistas para o que era então um sertão goiano a muitos dias de viagem. “Esses paulistas sumiram aos poucos, mas a Folia deles e a Catira ficou”. Nego Fortes é hoje o responsável pela Companhia. Em 1982, perdeu o pai doze dias antes da data da “saída do giro”. Num pequeno discurso que fez entre lágrimas, disse que a melhor homenagem que poderia ser prestada a ele seria fazer a Folia girar naquele ano como em todos os outros. Ele tem consciência de que de sua geração para a próxima o rito familiar corre perigos. Quando contava para mim que espera em Deus que a Folia nunca acabe, um sobrinho de menos de quinze fez roda na conversa. O menino disse que achava que a Companhia morreria com a geração dele. Dava o seu próprio exemplo: gostava de foliar, de sair com o “giro”, mas tal como os outros primos, não fazia esforços para aprender o ofício.

Ao que Nego Fortes respondeu:

Pois eu queria começar é por você mesmo. Você que gosta, que tem gosto, já era tempo de procurar aprender a cantar, caçar um instrumento, aprender a tocar; conhecer os princípios, a doutrina.

Mas o sobrinho não fará aquilo. Meninos da cidade, procuram outros ofícios. Raros os jovens que participam do rito com o mesmo entusiasmo dos pais. Poucos os pais que têm ainda poder familiar para manterem por muito tempo os seus filhos à sua volta, fiéis ao rito. Um dos parentes, Juquinha Ruivo, vem todos os anos com dois filhos. Moradores da cidade, conservam ainda gostos camponeses. Chegam vestidos por igual e os filhos dominam tanto o cantório de auxílio da Folia, quanto o toque de instrumentos de couro. Dançam a catira admiravelmente. O pai não embaixa. Mais adiante os filhos abandonarão a Companhia; ficarão nela, como foliões de apoio; ou irão buscar a ciência da maestria com algum mestre de perto.

Nego Fortes guarda esperanças, hoje menos intensas do que ontem, de que alguns meninos descendentes não deixem a “tradição morrer depois de mim”. Todo o trabalho ritual repousa agora na sua administração e no saber de mestre Ovídio. Quando um dia o ritual desaparecer das cercanias de Abadia de Goiás, que fique pelo menos a memória escrita. Nego Fortes quer escrever um grande livro “com toda a doutrina da Folia tirada da Bíblia”. É um trabalho de muitos anos, mas ele garante que já fez boa parte dos escritos.

Entre Bentos e Nunes, Alves Fortes e Cristinos, equipes rituais do catolicismo popular são unidade de parentes, assuntos de família. Não é difícil preservar, ao longo dos anos, uma equipe devota de trabalho comunitário gratuito (ainda que o giro da Folia seja tradicionalmente farto de comida camponesa), pronta a se reunir e a trabalhar “pra Santos Reis” todos os janeiros. O saber do rito não se aprende em pouco tempo, e substituições de “companheiros” são difíceis. Enquanto as condições do modo de vida camponês são preservadas, mesmo que alguns foliões da Companhia migrem para a cidade, como acontece com a equipe que estamos estudando, o trabalho ritual se preserva e, durante alguns anos, mantêm a sua plenitude: equipe completa, rigor no giro, casas de moradores preparadas para receberem a Companhia.

Entre parentes e vizinhos aparentados divide-se todo o trabalho da jornada. Uns são foliões e, outros, moradores; uns “visitam” e outros “recebem”. Todo o espaço da comunidade cotidiana de vida e trabalho sabe reordenar-se de forma a ser, durante seis ou treze dias, o cenário onde a Folia “na missão” reconta como rito o mito da história da viagem dos Três Reis Magos.

O saber migra de uma geração à outra entre parentes. Mesmo quando um pai não tenha, como o lendário João Paulista, filhos que o substituam como embaixador, deixará “formados” sobrinhos, netos, cunhados ou seguidores vizinhos, “companheiros” com o dom. O aprendizado do repertório, da doutrina e do costume, circula entre parentes consanguíneos ou afins. Circula entre “cumpadres” e entre padrinhos e afilhados. Sabemos todos que o sistema de compadrio reforça laços familiares e estabelece trocas simbólicas e sociais intensas entre vizinhos e companheiros de trabalho.

Perdidas as condições rurais de intercâmbio camponês, as equipes de trabalho ritual desaparecem ou reaprendem a conviver em um novo contexto. Viram os pequenos ternos que encontrei dentro de Goiânia e em Poços de

Caldas. Incorporam não-parentes, ou sobrevivem com dois ou três familiares. Filhos não demonstram mais qualquer interesse pelo ofício dos pais, e os velhos mestres quando não encontram discípulos que aprendam com eles, silenciam com a morte ou a aposentadoria do ofício o saber que um dia trouxeram de longe, de outros tempos.

c) *Aladares aprende com Mestre Messias*

Como foi que Aladares, um embaixador de Folia há menos de cinco anos, aprendeu o seu saber? De que maneira ele mesmo traça a sua biografia de folião e desenha nela uma trajetória que vai de violeiro a mestre? O estudo de sua história pode ajudar a compreender relações de ensinar-e-aprender. Eis o caso de um mestre não-parente.

Eu venho de baixo, cantando, ajudando embaixar, pedindo esmola. Não. Eu comecei tocando. Eu era garoto, eu cantava na Folia no sistema goiano que tem quatro vozes, mais dois meninos respondendo: dois dum lado e dois do outro (um adulto e uma criança de cada lado). Então o mestre cantava e o grupo respondia; então (eu) estava junto fazendo a requinta. Eu comecei já aprendendo tocar. Eu tinha um primo que embaixava e eu cantava muito com ele. Ele me punha pra pedir esmola. Eu já sabia mais ou menos e eu fui aprendendo. Eu aprendi estava com nove anos. Quando eu comecei (foi com) uns caras de Santa Catarina que tinha violão, viola, e eu comecei aprender.

Na família só tem eu. Nós somos dezoito irmãos que toca viola e canta. Nesses dezoito ninguém dedicou (tornou-se folião). Eles gostam, mas não praticam. (isso tudo aí foi em Goiás Velho?) Foi. Aí eu resolvi aprender. Um dia eu tava na Folia e cheguei num pouso e o embaixador era um tal de João Ribeiro, lá no Uru (nas beiras do Rio Uru, perto de Goiás Velho). E pegou ele falou: “você toma conta pra mim no arco e depois eu acabo de chegar”. Eu pensei que ele saiu foi por necessidade. Assim, eu peguei, enfrentei. Foi a primeira vez e eu olhava pra trás e o homem (o mestre) nada. Eu saudei o arco assim e fui entrando; eu não sabia não. Eu passei pelo arco e ele não chegava, e eu cantando, inventando verso. Eu não sabia no duro, direito. Então cantei saudando o arco, o tronco da casa e tudo. Aí eu pedi licença pra entrar dentro da porta. Quando cheguei no altar é que ele chegou.

Eu sabia mais ou menos o sistema da coisa, e depois desse tempo pra cá eu resolvi aprender. Mas o mestre que me ensinou doutrina errada.

Porque, geralmente, a doutrina você começa pelo Rei Gaspar e ele me ensinou que era pelo Rei Belchior. Aí eu resolvi aprender com o mestre Messias. (como foi que você aprendeu com mestre Messias?) Foi nessa Folia aqui da Praça Universitária. Eu cantava lá muito, mas noutro sistema e naquele outro ritmo que eu tinha aprendido com esse outro mestre. E eu vejo muitos mestres cantar errado. Sai com o Rei Belchior na frente, e eu explico tudo a eles. Porque

geralmente a gente aprende errado para depois aprender o certo. Muita gente não gosta que a gente corrija.

Então eu aprendi os Três Reis, que ajuda a gente. Faz aquela força e dá para sair. Eu entrei na Folia do Seo Tomás. Ajudei ele uns dois anos e depois conheci o Seo Messias. Seo Messias tira uma Folia pra ele e eu fui ajudar o Seo Messias. Falei pra ele que ia conhecer ele pra ele me ensinar, como de fato me ensinou. Eu fui lá e a única pessoa que quis dedicar o fundamento assim profundo com ele, fui eu só. os colegas dele moram lá, que disse que tem mais de vinte anos que trabalho com ele (como folião de seu terno), e não interessa de aprender. Canta, embaixa; às vezes embaixa numa casa, mas não sabe (a doutrina). Às vezes tem alguma dificuldade, vem atrás da gente ou vai atrás dele. (Nem o Seo Tomás sabe esses fundamentos todos?) Não. Mas ele ajudava a cantar muito pouco. Tinha assim: sabia o Nascimento; ele era alferes de Folia. Ele sabia tudo. Ele passava a vara direitinho. Então, quando eu ia com ele não tinha problema. Ele ia na frente e eu deixava tudo por conta dele. Eu só tomava conta dos folião. Agora, esses outros aí já não sabe. O dia que tem Encontro (entre duas Folias) dá o maior problema. Tem que fazer avena (vênia), tem que explicar um pro outro. Um sobrinho dele já tá sabendo como faz um Encontro. Eu ensinei pra ele.

Agora, Seo Messias, eu tirei duas vezes pra ele (girei comandando a Companhia em seu nome). E ele era desses que você podia deixar ele, e sabia sair, de qualquer embaraço que tivesse ele desenrolava. (Você começou na Folia dele de contramestre?) Não, já embaixando. Às vezes ajudava ele. Ele já tava assim cansado, de idade, então ele descansava e eu cantava. E ele tinha um problema de bronquite... Ele tinha um fundamento profundo com os Reis Magos. Não sei qual deles; não sei se o Belchior ... Baltazar. Mas pra mim é o Belchior. Ele, da casa dele, sabia o que acontecia com você, que quando chegava na casa dele ele já sabia. ... Eu não sei. Ele tinha um ponto com ele, igual eu expliquei pra você, às vezes é um Rei desses (quem o protege).

Ele não quis me dar. Não quis não. Eu não esperava dele falecer tão rápido. Porque ele me ensinou tudo direitinho, mas essas partes ele não ensinou. Um dia eu cheguei na casa dele e ele falou: “é, você está dando um pouco de trabalho pra mim”. Eu lá no Setor Universitário, e ele tava lá (estando em sua casa) ... Outro dia, numa cantoria que eu fiz numa casa pra pessoa falecida, uma pessoa baixou naquele local e acompanhou depois (a Companhia) numas cinco casas. E quando ele notou, ele viu que a pessoa tava encostada. Ele despachou de lá de onde ele tava. Aí, no outro dia cedo, eu cheguei lá. Ele me ensinou que quando você cantar, você sai fora da casa pra aquela pessoa não desencostar (encostar). Senão a pessoa vai junto. Se não rezar, às vezes pega uma pessoa lá na frente e atrapalha de fato. É verdade mesmo. Eu já cantei uma vez e esqueci, e a pessoa (falecida) foi junto. Seo Messias me deu uns versos que são muito profundos. Então é quando você vê a morte de uma pessoa (quando entoa os versos e alguém presente morrerá naquele ano); eu vi a morte de um folião no ano passado. Eu até

falei pra Maria. Então ele (mestre Messias) tava cantando numa casa e ele falou: “quando você vê que um folião vai embora de fato (vai morrer), quando cruzar a bandeira, pode saber”. E Seo Zé cruzou uma bandeira no ano passado, numa casa. Cruzar, se você for entrar por aqui e for pra cá, não pode. Entra aqui primeiro e depois entra ali. ...

Não, aquilo ia na mente dele (o repertório, os fundamentos e os poderes). Ele levou doze anos pra decorar tudo, aprender tudo na idéia. Mas ele tinha um negócio com ele que ele recordava por intermédio daquilo. Não sei o que é. Era um protetor dele que dava aquilo tudo na idéia dele. Então eu chegava, do jeito que nós tamos conversando aqui. Ele dava os versos tudo certinho. Às vezes esquecia algum, mas voltava e lembrava. Ele ia falando e eu copiando no gravador. Depois eu tirava. Tem poucas coisas lá que eu já tinha e passei pro caderno.

Tem um agradecimento lá que era dos Bento (aprendido de Nego Bento) que eu acho muito bonito. E ele não me deu aquele outro, assim (canta com a viola). Tem um verso mais selecionado, aparece que fala mais profundamente na doutrina. (mestre Messias não tinha nada escrito não? Ele não aprendeu de escrito não?) Não. Tudo da cabeça dele. Ele tinha um livro. É tudo tirado da Bíblia e da Folia de Reis, aquele. Até eu tenho o livro lá que você me deu. Ele tirou uma parte lá do livro. Sendo aquele “Livro Golgota”, que ele falou pra você. Disse que é muito bom esse livro. Mas eu não encontrei até hoje. Eu encontrei um livro em Goiás (Velho). Um livro de Reis. Mas parece que o fundamento já não é assim um doutrinal católico. Parece que tem um pouco de Espiritismo e os versos tudo desencontrado uns com os outros. Eu não achei fundamento. O cara disse que tinha o livro de Reis lá.

(Ele aprendeu o livro também, porque ele fala do livro nas Horas Marianas?) É, mas no livro Horas Marianas não tinha nada escrito. Ele tirava pelo livro e pelo livro ele tirava o termo. Os versos não era geralmente escrito no livro não. Dali ele tirava somente as doutrinas e fazia os versos. Sobre acontecimentos como São Sebastião, Santos Reis, São João, tinha fundamentos ali. Ele lia e tirava os versos que acontecia (da narrativa dos acontecimentos na vida do santo). Então eu tirei todas as cópias que eu tenho (de estrofes e procuras) e dei pro filho dele. Só tem uma que eu não sei ... pra achar, mas tem uns quatro versos que eu esqueci. É a cena do Cristo na montanha. Até um verso muito bonito.

Outra vez nós ia lá e tirava uma Folia. Ele cantava um pedido de esmolas. Outra vez ele cantava pra mim. Então nós estava, eu tirava no gravador, depois eu copiava. Então tem muita coisa tirada no gravador cantado por ele. Eu tenho um caderno já quase completo. Só tá faltando pouca coisa. Uma coisa que eu queria aprender era o Rosário de Nossa Senhora, mas não deu tempo. Nunca deu pra tirar o Rosário de Nossa Senhora. São cento e quarenta versos. Ele me falou que o meu é trinta (ensinou uma forma abreviada de trinta quadras). Então tem uma parte que esse povo canta aí. Tem muitos desses versos de Folia de Reis, mas não cabe nesses versos do Nascimento. Que é aquele verso que fala: “da

rama nasceu a flor, da flor nasceu Maria e de Maria o Redentor". O mestre fala que esses versos tem que ter. Eu falei: "mas esses versos não é do Rosário de Maria". Aí o Seo Messias explicou pra mim que esses versos eles cantam muito do Nascimento, mas não tem; eles são do Rosário.

Seo Messias muitas vezes viu os Três Reis do Oriente. De noite ele rezava e de manhã ele rezava. Agora eu esqueço (de rezar como ele sabia). Já rezei umas quatro vezes, aí aparece outra coisa pra atrapalhar. Mas ele falou: "você não incomoda não, que depois você vai ver". Eu já vi os Três Reis do Oriente, mas a Lapinha mesmo eu não cheguei ver. Tem um mestre lá em Itaberaí. Ele tirou uma Folia com a viola. Eu queria ter um encontro com ele pra bater um papo, porque tem muita coisa e a gente queria aprender assim uns negócios mais. Igual tem esse mestre que o Marreco fala muito nele. É o Ovide (mestre Ovídio).

Sobre mistérios do aprender sabendo ou não escrever, mestre Aladares esclarece diferenças:

É, para esses que mora na roça e que não tem leitura, eles aprende o verso com outras pessoas. Vai ditando pra ela e elas vão aprendendo. Outros então já tem um pouco de leitura. A mulher (a esposa) já sabe e ensina. Igual eu conheço um (mestre) que a mulher dele tem leitura. Ele não sabe ler também, então ela faz a leitura pra ele e ele guarda aquilo na idéia". Sobre o mesmo assunto, mestre Messias diz: "Bom, eu digo o seguinte: meu filho demonstra ter uma boa invocação e, para isso, só aqui copiado pra ele, tudo em verso, eu tenho mais ou menos duzentos e oitenta ou trezentos versos, não é não, Seo Valadares? (ele pergunta a Aladares). Copiado para meu filho. E além dele eu tenho vários sobrinhos e alguns parentes que interessa e pode também dali ir se estendendo como uma rede de luz que os fios vem até aqui e para frente; tenho dois ou três interessados ele segue, não é?"

A morte prematura de mestre Messias obrigou Aladares a subir ao seu posto antes do tempo. Ele mesmo, já então um mestre, não se reconhecia ainda sabedor do "fundamento profundo" que busca até hoje. Dona Ana, baiana, fez voto de seguir com a Folia de Messias, o marido, até quando pudesse. O filho folião do casal estava longe de poder assumir a chefia do grupo. É possível que nunca o faça. Entre outros desigualmente preparados para o ofício de embaixar, dona Ana escolheu Aladares. Ninguém foi contra, mesmo porque se diz entre os foliões do lugar que era este o desejo do próprio mestre Messias.

Ao contrário de Quesalid, o aprendiz e depois mestre-feiticeiro dos Kakiult, sobre quem Claude Lévi-Strauss desenvolveu idéias a respeito da atribuição social de credibilidade e eficácia ao ofício do xamã, temos aqui um aprendiz e, depois, um mestre-folião, sincera e profundamente crente na verdade e no poder religioso de seu sistema de crenças e cultos.

Desde criança procura aprender. Acompanha foliões parentes e serve a mestres, parentes ou não. Rejeita um mestre cuja doutrina não lhe parece “profunda”. Encontra na Folia urbana de um conhecido a ponte para, finalmente, travar conhecimento e fazer-se discípulo de um grande mestre, dono do “fundamento profundo” que aspira conhecer e um dia dominar. Procura-o, pede o seu ensino, gira com ele. Ouve-o com um cuidado maior do que o dos outros viageiros de Santos Reis, copia quadras e “procuras”, grava, transcreve. Tira cópias que precariamente datilografa no Museu Antropológico; devolve por escrito ao mestre Messias o saber oral que aprendeu com ele. São folhas de seu próprio “ensino” que Messias acaba guardando para o filho.

Primeiro Aladares domina o saber instrumental. Jovem ainda é o começo do exímio violeiro de agora. Depois leva anos aprendendo o repertório. Não quer conhecer, como os outros do grupo, apenas o cantório fácil dos momentos rotineiros. Quer conhecer todas as quase setecentas quadras que, de acordo com mestre Messias, são a fala do fundamento da doutrina. Ao mesmo tempo aprende também a doutrina. Ouve e copia as inúmeras procuras que guardam, mais codificadamente do que os versos do cantório, como o comum dos mestres, as regras de conduta cerimonial, quer conhecer mistérios e defesa da fé contra os perigos da feitiçaria ritual. Depois de anos de aprendizado com mestre Messias, quer dominar finalmente os seus poderes. Saber orações que, ditas, fazem o devoto ver o sagrado: os Três Reis Santos, a cena do Nascimento de Jesus Cristo.

Conhecido o saber do sagrado, ele quer conhecer o saber do mistério. Como raros agentes do catolicismo popular, vindo de ritos do Congo e do Moçambique, mestre Messias que, acreditava-se, conhecia e exercia para os usos “do bem” alguns ritos mágicos. Possuía “o dom”, alguma coisa que Aladares prefere reconhecer como “uma força”, um poder miraculoso ofertado a ele por algum dos Três Reis de que Messias foi um devoto fervoroso. Mas partes disto é também possível aprender, porque há no mago um saber do poder, assim como há no mestre um poder do saber. A magia não é mais do que um conhecimento que torna ativo um dom natural ou concebido para o seu exercício. Mais de uma vez Aladares lamentou muito haver virado um mestre sem conseguir ter aprendido com Messias os segredos que ele não teve tempo de ensinar ao discípulo.

Enquanto quase todos os outros discípulos dos mestres da Folga e da Folia que conheci em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, aprendiam no ato do ofício e apenas em raras ocasiões faziam horas extras de estudo, Aladares procurou tornar-se um estudioso. Buscava o saber junto ao mestre e estudava o ensino aprendido do mestre. O saber é buscado e é uma tarefa obtê-lo. Morto mestre Messias, Aladares ensina a outros foliões de seu grupo, ao mesmo tempo em que procura contato com outros mestres de quem deseja aprender ainda.

A história de Aladares revela o outro lado das trocas de saber entre agentes populares de trabalho simbólico. Se avós, pais e tios escolhem netos, filhos e sobrinhos a quem convocam a que os acompanhem e se tornem devotos-

artistas também, meninos e adolescentes ativamente procuram convencer os que sabem a que ensinem o saber do ofício. Mais aqui do que na escola, é clara a verdade de que aprender é um lento trabalho de fazer o saber.

Mestre Antônio, folião do Divino Espírito Santo, em São Luís do Paraitinga:

Eu aprendi desde pequeno. Agora a gente tem dois meninos pra cantar, porque a gente gira muito. Tem vez de girar cento e cinquenta e um bairros (rurais). Eu cantava como contramestre; agora sou mestre há mais de quarenta anos. Geralmente quem tá na folia começa de garoto e quando ele é bom, vai passando. Ele começa como tipo e vai passando até ficar mestre de Folia. A gente começa desde pequeno a tocar viola. Mas a gente tem que ter um pouco de interesse, inteligência. Aqui aprende muito de boa vontade, olhando o outro tocar e vai aprendendo sozinho. O que aprendi foi olhando outro tocar. Agora, Folia tem uma pessoa que corrige quando a gente sai fora. Então a gente guarda a voz na memória e depois canta. A primeira voz é a mais difícil. Agora, depois já é mais fácil. Eu fui aprendendo: primeiro contrato, depois, contramestre. Eu não peguei pra trabalhar, pra continuar, mas sei. Eu tinha onze anos e comecei com sete. Eu comecei ouvindo rádio, moda de viola, e também televisão (programas sertanejos) e fui aprendendo.

Na biografia de folião narrada por Aladares, convoquei o depoimento de mestre Antônio, porque entre os dois há semelhanças que fazem tão comuns as histórias de devotos nascidos na roça e migrados um dia para a cidade, onde reaprendem as condições de trabalho ritual num contexto que não é mais o de sua origem.

Eis em mestre Aladares um exemplo notável de estudioso popular. multipliquemo-lo por muitos mil. De uma fazenda nas beiras do rio Uru para a cidade de Goiás, de lá para Goiânia; do trabalho rural para o urbano; das companhias de Reis “de roça” para outras “da cidade”; dos recursos populares costumeiros do aprender, aos recursos letrados, eruditos: o gravador, os livros, os escritos datilografados. O mestre folião quer aprender e estabelece programas de formação nos intervalos de seu tempo de trabalho produtivo, programas que nem por não serem escolares deixam de ser ativa e intencionalmente educativos. A meio caminho entre “discípulo” e “mestre” – algo equivalente ao que acontece em nossas universidades a um mestrando, quando ele já é um professor – aos poucos o folião divide-se entre começar a ensinar – o filho, os outros companheiros de equipe, aqueles que o procuram – e continua a aprender.

As redes de trocas e reprodução do conhecimento popular são feitas de pequenas histórias como a de Aladares: a) relações duais simples entre um

mestre e um discípulo¹⁸; b) a multiplicação de tais relações duais de contrato para ensinar-e-aprender, quando em uma só equipe de trabalho ritual um mesmo mestre “forma” vários discípulos; c) as relações coletivas de aprendizagem criadas pela própria maneira como a equipe ritual trabalha, facultando a aquisição do saber através da própria prática de “participar e fazer”.

Deixemos que o mestre de mestre Aladares conte a sua história.

d) *Mestre Messias aprende e ensina*

Um dia, em sua casa, mestre Messias cortou o fio de uma entrevista e fez um pedido inesperado:

O senhor pode caçar na Bíblia, em todos os livros, que o senhor encontra direitinho, na passagem da vinda de Jesus, sobre os Três Reis. O senhor encontra direitinho e, melhormente, se o senhor, por exemplo, num museu em São Paulo é capaz que o senhor encontre (o livro). E se o senhor encontrar e der um jeito de comprar o Livro das Horas Marianas, o senhor pode comprar nem que custe mil cruzeiros. O senhor pode comprar e mandar pra mim que o senhor recebe o dinheiro. Esse aí eu não quero que o senhor vai mandar gratuito pra mim não.

Em Goiânia, em São Paulo e no Rio de Janeiro encontrei alguns livros antigos de devoção católica que dei a mestre Messias. Mas nunca consegui encontrar três livros que ele citava sempre com frequência: o *Livro das Horas Marianas* (ao qual atribuía poderes miraculosos) o *Livro da Missão Brevial* e o *Livro de Bolgotas* (que eu nunca consegui sequer decifrar o que seja). Messias conta uma história de muitas viagens pelo país e pelo saber.

Eu iniciei esta vida de folião eu ia completar doze anos de idade, em Itaguatinga, Norte de Goiás. O meu professor chamava-se Honorino Moreira. Então, depois de eu exercer lá grande tempo, eu exerci em segundo lugar no Estado da Bahia, em Barreiras e uma colônia que tem abaixo do Morro do Chapéu, por nome Pedra Preta. Depois eu voltei a Itaguatinga e de lá eu vim pra Arraias.

Quando eu sai de Itaguatinga, eu estudei muito o Livro das Horas Marianas e o Livro de Missão Brevial, a Bíblia e também o livro: De Ti Depende a Tua Sorte, que explica a vida humana e a vida de Jesus e seus apóstolos. Aí eu exerci um giro do Divino. De Arraias eu

18 Em seu estudo sobre a comunidade mexicana de Tzintzuntzan, George Foster descreve relações entre parentes, vizinhos e companheiros de trabalho caracterizadas por trocas entre membros de pares de sujeitos compromissados em um tipo de *contrato dual* de reciprocidade. (*Tzintzuntzan*, Fundo de Cultura, 1965).

exerci um giro do Divino e de São Sebastião num comercinho pequeno no município de Cavalcante, por nome Lapa. De lá fui pra Niquelândia, Goiás também. Ali eu fui folião dois anos, tanto do Divino quanto do Senhor Santos Reis. Bom, viajei para o Estado de Mato Grosso. Em Mato Grosso, eu fui folião de Folia de Reis, em Campo Grande, Três Lagoas e Cuiabá. Depois, quando eu voltei, eu fui pra Jacundá, divisa do Estado do Pará com Amazonas. Então eu vim de Jacundá e passei pelo Estado do Maranhão e fui folião de Reis em Pedreiras do Maranhão.

Lá eu assisti (ajudei) um terno e exerci cinco dias só. já cheguei do meio pro fim. Em 1944, eu fui folião de Reis em Carolina, no mesmo Estado do Maranhão, e também exerci um voto fora do tempo em Porto Nacional¹⁹.

Depois eu fui pra o garimpo de São Luís, que naquele tempo eu tocava garimpo. De lá – em São Luís era um comerciozinho (um pequeno povoado) – eu fui folião de Reis. Depois, de lá eu fui, fiz uma viagem de Nova América para Mato Grosso, mas não deu certo o que eu pensava. Lá então eu fui até o Estado de Paraná e ali eu fui folião de Reis em Maringá e Londrina. Bom, vim e descí para o Estado de Minas e fui folião em Monte Carmelo, em Dolores de Indaiá, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Esses foram os lugares que eu exerci os meus giros de Reis...

Eu tinha quatorze anos apenas, tava com dois anos que eu era folião, que quando eu comecei a trabalhar nessa parte eu ia completar doze anos, quando saí a primeira vez no giro. Eu saí como auxiliar. Cantava junto com meu mestre, que era Honorino Moreira. Ele já era homem de noventa e dois anos, mas ainda cantava bem. Então ele sofreu um constipado e já tava com quinze dias de giro. E ele sofreu um constipado e não podia cantar mais. Que era o dia do Encontro de Bandeiras, e aí ele foi e disse: “como é que nós vamos fazer, Messias?” E eu disse: “o senhor fica perto de mim, porque se eu errar um verso o senhor me dá um sinal”. E ele disse: “certo”. Aí eu fui (com ele) e um senhor Digardo Ferreira pra me ajudar, e eu meti o peito. Aonde os outros foliões: tinha o senhor Diambrosio Leite, e tinha um por nome de Gregório Ferreira, que era os tais da parte da Conceição (do Araguaia?), do Norte de Goiás, e nós de Itaguatinga. E tinha o senhor Diabílio Batata.

Então tinha o ponto certo de encontrar todo o ano, debaixo de um arvoredado muito grande, que era um pé de jatobá. Então fazia um

19 Folias de Santos Reis saem em seu tempo certo. No entanto, uma pessoa pode pedir a um embaixador que, para o pagamento de uma promessa, gire com a sua Companhia por três dias em qualquer outra época do ano. São jornadas “temporãs”, como é comum se dizer em Goiás e em Minas.

sombrão muito grande. Então dali até na sede da fazenda, o homem tinha capricho mesmo de convidar todo mundo, que todo ano ia de quinhentas a mil pessoas pra assistir este pouso, e era o Encontro (das bandeiras). E aquilo nós nunca tinha apanhado. E eu pensava: “mas não é possível!”

Então eu fui e sustentei um baralhado de fé. Ele cantou uma parte e eu cantei a outra. E vai, e vai e ele pedindo cantorio, que o último verso num Encontro é o capitão pedindo um cantorio na frente. Mas é explicando qual é esse. E assim vai, que quando o último cantorio que eu pedi, eu pedi justamente o Rosário da Virgem Maria, que são quinze mistérios que os quinze mistérios encerra cento e cinquenta versos. Então ele não sabia o Mistério da Virge Maria; não sabia e pediu desculpa. Aí eu entre sozinho com a minha turma. Surrei o pau e cantei os cento e cinquenta versos pra eles, aí eles perdeu a ponta da meada. Não teve mais jeito, né? Quando eu terminei de fazer a minha obrigação era seis e quinze da tarde e eu nunca repeti um verso, e não falei um verso fora da base da doutrina.

... E eu, sendo um de quatorze anos, tinha folião dos capitães deles que os mais novos tinha trinta e seis anos. Choravam pior que uma criança, que um homem de barba no rosto nunca ninguém tinha vencido eles, e aquele menino de quatorze anos vencia. Então passamos a noite assim. Quando foi no outro dia eu fiz a Despedida deles e eles tiveram que dividir a esmola deles no meio, entregando uma parte pra nós. Aí eu despedi eles e viajamos prum lado e eles pro outro.

Aí, graças a Deus, esse momento eu iniciei com quatorze anos de idade, e hoje eu já tô completando cinquenta e oito anos e ainda não achei um mestre pra me vencer. Mas não vou dizer que eu seja o maior. Eu digo o seguinte: “quero ser o menor”. (Quer dizer, mestre Messias, que tudo o que o senhor aprendeu foi lá em Itaguatinga?) Não senhor. Depois de lá, quando eu saí, eu peguei o Livro das Horas Marianas e fui estudar. Estudei as Horas Marianas, estudei o da Missão Brevial, o Livro de Bolgotas. Estudei muito a Bíblia.

Depois adquiri um livro daqueles que diz: De Ti Depende a Tua Sorte, que explica a vida humana e a de Jesus com os seus apóstolos. Então eu estudei muito ele. Depois eu adquiri um livro da Vida de Jesus, que eu tenho ele até hoje. Aí eu estudei duma ponta na outra. Só teve uma partezinha dele que eu acho que a cabeça não coube mais. Porque a minha cabeça não é muito grande e ficou aquela partezinha dele que eu ainda não consegui decorar completamente. Quando eu vou cantar sempre erro uns quatro ou cinco versos. Porque a doutrina dos Magos perante a Vida de Jesus são seiscentos e vinte versos e eu tenho certeza que eu já sei, assim seguido,

seiscentos e quatorze versos; mas ainda tem esses cinco e seis versos que eu ainda erro. ...

Eu vou dizer pro senhor. O livro das Horas Marianas, o livro da Missão Brevial é outro livro difícil demais (de encontrar). Quem tem, tem; quem não tem, não tem. Os dois pega pareia (são semelhantes). O livro das Horas Marianas é grande. É quase do tamanho daquela Bíblia que o senhor me deu. E o livro da Missão Brevial é pequeno assim. É como o Novo Testamento. Mas é um livro tão bom, tão forte o efeito dele, que se ele cair dentro dum mato, pode estar cheio de capim seco ali, se ele cair lá o senhor pode por fogo; o fogo vai queimando, mas onde o livro tá não queima.

Eu tenho o prazer, que eu tenho ouvido muitas festas, principalmente dentro de minha casa. Eu tenho o meu caçula que tá me dando prazer. Parece que as cópias que eu tô guardando pra ele vai ser bem aproveitada (as que Aladares datilografa e devolve a mestre Messias). Assim, eu tenho fé em Deus que meu filho vai seguir tudo a mesma base, na mesma estrada. Isso eu tenho fé em Deus e nos Santos Reis que seja bem aproveitado os espaços que eu faço pra ele sobre o ato doutrinal. E assim, não é só ele, como eu tenho o prazer que todos aqueles que têm trabalhado comigo, junto, siga com fé e amor. Eu penso que não é perdido, que não é um passo perdido. Pouquinhos palavras eu conheço, mas essas pouquinhos palavras eu tenho o prazer de ensinar pra qualquer um amigo que vem me procurar. Seja o meu próprio inimigo. Se, por exemplo, existir um inimigo e ele me procurar pra aprender a doutrina, eu explico. Eu tenho o prazer de explicar e orar a Deus por ele.

Até aqui, mestre Messias, goiano “do Norte”; lavrador, garimpeiro, servente de pedreiro, pedreiro; capitão de ternos de congo e moçambique, mestre de companhias de Folia do Divino, de São Sebastião e de Santos Reis. Este é o momento em que poderíamos, leitor, começar a realizar o que foi sugerido nas primeiras páginas do estudo. Reunir à volta de mestre Messias o depoimento de outros mestres da Folga e da Folia, e procurar aprender com as suas confissões de aprendizes. Há uma sequência lógica que regula o trabalho social de transferência do conhecimento entre os agentes de cultura popular que temos acompanhado até aqui. Procuremos desdobrá-la.

1º) *Há um dom, ele é o começo*

É sobre o dom que o saber se cumpre. Sem ele o aprendizado do artista é uma dura tarefa sem frutos. Todos os meninos camponeses aprendem com os adultos o trabalho da lavoura. Apenas alguns aprendem artes de ofícios rurais. Um menor número ainda, entre todos, chega a ser adulto artista: sanfoneiros, violeiros, cantadores, compositores de moda de viola. Entre o saber comum do

trabalho produtivo e o saber de especialista do trabalho do artesão ou do artista, existe o dado do “dom”, a “inclinação”, a “invocação”, o “jeito”, aquilo com que a pessoa nasce não por razões de herança direta – entre dez filhos de um folião apenas um pode herdar o seu “dom pra Folia” – mas por mistérios que não são para serem explicados. Se dentre nove irmãos apenas três são foliões e só um chega a mestre, a diferença é entendida como uma distribuição desigual da natureza. É entendida também como uma diversidade pessoal de aproveitamento do dom.

Aquilo, desde oito anos eu tenho essa religião (a missão na Folia). Aquilo são gente que nasce com aquilo. É a mesma coisa: um que é de uma raça e outro que é de outra, de outra coisa. Já nasce com aquela idéia, né? Agora, aprende muita coisa (porque) desde pequeno tem aquela inclinação e encosta com quem sabe. É mesmo que um professor. Então vai trabalhando e aí vai até que toma responsabilidade. (Mestre Luizinho, de Santo Antônio dos Olhos D'Água, em Goiás)

Agora, a gente não nasce sabendo, mas nasce com o dom. porque quem não tem dom pra aprender a viola, não aprende. Não tem jeito. Os filhos do meu irmão não sabem nem pegar a viola; já meu filho já tá aprendendo. Ele gosta. (Mestre Antônio Teles, de Batatuba, em São Paulo)

Agora, pra aprender Folia tem que ter inclinação, porque cada pessoa tem um dom: uns pra estudar, outros pra trabalhar na roça. Cada um tem uma idéia. (Mestre Antônio, de São Luís do Paraitinga, em São Paulo).

Quem tem o dom possui o “gosto”. Dificilmente um atributo vem separado do outro. Na verdade, uma das maneiras de demonstrar o dom é gostar de exercer aquilo para o que ele aponta. Mas entre agentes católicos de rituais camponeses a evidência do dom não se dá como entre magos e feiticeiros. Como regra geral, não existe um momento de descoberta dramática da presença da qualidade do diferente. Não conheço casos em que ele tenha sido descoberto através de sinais divinos posteriores a períodos de sofrimento ou provação, como pode acontecer entre benzedadeiras católicas e sacerdotes de Umbanda ou do Candomblé, por exemplo. A criança que descobre o dom através de começar a exercê-lo. “Pega a viola e toca, toma gosto, depois aprende”, dizia mestre Ovídio, de Abadia de Goiás.

O dom é um dado natural do exercício do saber. Não é sobrenatural e apenas raros mestres acreditam que ele seja, ou possa ser devido à intervenção de um ser do sagrado, embora, veremos ainda, possa ser alimentado e mantido por um santo padroeiro em favor de um devoto-artista. O folgazão ou o folião não se sentem obrigados – a não ser pelo compromisso moral do voto, da promessa ou de uma devoção ativa – a desenvolver o seu dom de artista sobre a fé do devoto, da mesma maneira como se entende que ao que possui o dom da bênção ou da mediunidade não sobra alternativa senão desenvolvê-lo ou sofrer. Repito, apenas um ato de vontade pessoal ou de obediência à vontade de um

parente, por exemplo, obrigam o sujeito do dom a exercê-lo como agente do rito; ator do ofício religioso que através de seu próprio exercício desenvolve o saber sobre a trilha aberta pelo dom.

O que é então o poder de alguns mestres? Um poder além do dom, porque enquanto um se aplica a qualquer tipo de trabalho de artista, o outro parece ser exclusivo do trabalho religioso e, por isso, o poder de alguns mestres supõe-se que, ele sim, é um dom da santidade. Recordemos fatos. Alguns mestres, alguns foliões, admitem que uma diferença entre um grande embaixador e outros artistas da equipe é que o primeiro pode ser assistido por forças sobrenaturais desde a sua iniciação. Vimos Aladares atribuindo a mestre Messias poderes que ele próprio lamenta não possuir ainda, seja porque não o recebeu como um poder dado pelo santo, seja porque não o desenvolveu como um saber de oração que obrigue o santo a ajudá-lo. O auxílio sobrenatural é um sinal da fé e não do dom, mas ele atua sobre a esfera do saber que desenvolve o dom do artista-devoto: infundindo na memória a “idéia” dos versos do repertório; iluminando a “idéia” do mestre no momento do improviso; livrando-o dos malefícios “mandados” por outros – em geral outros mestres, “coisa de antigamente”; fazendo-o ter visões especiais do que acontece, ou de seres e situações do imaginário sobrenatural do rito.

Mestre Luizinho, de Santo Antônio dos Olhos D’Água, o mestre que usava esfregar nas mãos ovos de beija-flor quando começou a aprender “a arte da viola”, dá o seguinte depoimento:

Não é todos não, mas acontece assim. Comigo aconteceu assim de eu cantar a primeira vez sem ter muita experiência do que estava fazendo. E o povo achava que o Luís era o guia: “é o guia, mestre, ele sabe!” Sem eu saber quase nada... Sabe o que que é? É a divindade que manda pra gente. Depende de fé, é cantar firme e com fé, que a divindade manda pra gente igual um pingo d’água, assim, ó (ele imita algo entrando pela cabeça adentro).

Cantou o primeiro verso, o outro vem. Quando o contra-guia responde o que a gente cantou, o outro verso vem pra gente feito um pingo d’água.

Ali a divindade dá o recurso pra gente. A gente tá achando que não vai achar entrada ali, e tá cantando e tá pensando: “eu não acho entrada, como é que eu faço aqui?” Pois a divindade manda o recurso. Mando o verso consoante direitinho pra gente cantar na hora, na hora necessária. Não é os guias que sabe, não, é a divindade que trás pra gente. Eu já vi diversas gentes falar isso mesmo...

Tem que ter o dom; não é qualquer um não. Não é qualquer um que pega a viola e dá conta de ter o dom. também o dom já vem do Espírito Santo. Já é o Espírito Santo, é Deus. É quem dá o dom praquilo: o guia da Folia, o rezador do terço, tudo é o dom de Deus,

que já deu praquela pessoa. Agora, brincar de viola qualquer um brinca. Isso é coisa comum. Mas a coisa da divindade vem no dom do Espírito Santo. É o dom de Deus.

Este é o caminho pelo qual o dom revelado como uma qualidade natural do artista folião ou folgazão, manifesta-se como o poder dado pela divindade sobre aqueles a quem ela escolhe para serem mestres de uma equipe ritual do catolicismo popular, ou sobre aqueles que por méritos de fé persistente tornam-se capazes de atrair a ajuda do poder. Mestre Luizinho usa a palavra “dom” para falar do que Aladares e Messias chamam de “poder”, mas tanto em um caso como em outro, a diferença entre um atributo e outro é marcada. O próprio mestre Luizinho reconhece que uma coisa é o dom natural que faz o bom violeiro, enquanto outra coisa é o dom divino que o transforma no mestre de Folia. A “inclinação”, o dom natural é do próprio sujeito, não se explica e é otimizado através do aprendizado, do “ensino” de um mestre sobre um discípulo a quem guia para que ele desenvolva, como trabalho de artista camponês, aquilo que ele tem “de berço”, de nascimento. O “poder”, o dom sobrenatural, é a dádiva da divindade (Deus, o Espírito Santo, Santos Reis, São Gonçalo, o santo padroeiro pessoal), explica-se através da religião e é algo que se coloca sobre o “ensino”, como um tipo de saber que não é preciso aprender.

Do mesmo modo como entre benzedeadas e pais-de-santo, o limite da atribuição do poder da divindade é reservar a ela própria uma escolha antecipada de pessoas eleitas para serem mestres da Folga ou da Folia. O mesmo mestre Luizinho:

É por isso que não é qualquer um não. Tem que ter o dom do Espírito Santo. Tendo o dom a gente canta. É escolhido pelo Espírito Santo. As pessoas da Folia, os rezadores, vem escolhido pela Divindade.

2º) O dono do dom aprende

Nada se consegue sem o dom; nada se consegue só com ele. Desde menino, ao longo da adolescência, adulto, quando ainda folião ou quando já “um mestre formado”, todo o guia faz por inteiro uma viagem eu os outros devotos-artistas caminham até o meio. Ele atravessa uma trajetória de aprendizados e acessos a postos dentro da equipe, onde o exercício do saber vai sendo cada vez mais “completo” e “profundo”.

Quase toda a história pessoal de aprender-e-ensinar é realizada dentro da equipe de trabalho ritual, desde quando um menino pequeno é incorporado a um “terno” ou a uma “turma” como um requinteiro, por exemplo, e, a partir de então, aprende os ofícios de cantar, rezar e tocar um ou mais instrumentos. Está é uma trilha do trabalho de aprender. Mestre Luizinho narra uma outra. Aquela

em que um agente graduado ingressa na Folia depois de iniciado em artes e outros ofícios religiosos do campesinato.

Esse dom, eu desenvolvi (primeiro) os outros, desde o terço, que é a reza, até a guiação de Folia. Eu era rezador de terço profissional, mas da Folia eu não sabia nada, só brincar catira. Mas na música (de Folia) eu não sabia nada. (Então primeiro o senhor aprendeu a rezação do terço?) Foi né? E depois brincar catira. Não sabia afinar viola. Depois aprendi afinar viola e fui aprendendo aos poucos. Aprendi a cantar feito “orela”, pra tirar as esmolas. “Orela” quer dizer contra-guia pra tirar esmola. Pra responder pra tirar as esmolas.

Meninos sob a força do dom, meninos filhos, netos ou sobrinhos de mestres e foliões, são empurrados ao dever de aprender (quando um pai inicialmente os força a isto), ou buscam realizar, por conta própria, o direito de aprender (quando um menino sem parentes foliões procura quem o ensine). Aprendem, repito, no ato do giro, “na jornada”, “vendo os outros fazerem e fazendo igual”, frase que mestres e contramestres repetem vezes sem conta. Entre unidades de trabalho ritual popular há aqui diferenças que é preciso estudar.

Equipes corporadas não dentro de uma religião (como a Folia de Reis), mas como uma religião (como o Candomblé), equipes, portanto, mais complexamente hierarquizadas e cujo trabalho religioso é contínuo e não esporádico (como a Folga de São Gonçalo), ou sazonal (como a Folia de Reis), criam espaços próprios, relações especiais e situações à parte para a reprodução do saber necessário. Iniciados frequentam camarinhas ou escolas dominicais. Antes de exercerem o ofício, aprendem o seu exercício. São especialmente iniciados para, e após um ou mais ritos solenes de iniciação ou de passagem, tornarem-se aos olhos de todos, agentes religiosos legítimos: iaôs, pais-de-santo, diáconos, presbíteros. Este é o sistema de transferência do saber dentro de unidade populares constituídas como igreja ou como seita. Seus sacerdotes, assim como os agentes populares de cura, são sujeitos no seu lugar, e realizam quase todo o seu trabalho religioso em um espaço fixo de culto – a roça de Candomblé, o terreiro, o centro, o templo, a casa da benzedeira – onde se dão, ao mesmo tempo, a prática ritual e a docente. Homens e mulheres no seu templo são especialistas de consultório e gabinete. Atendem em salas, casas de fundo de quintais, e aí ensinam. Não são raros os ritos populares que sacralizam lugares de culto coletivo como os da Umbanda ou de uma pequena seita pentecostal. Ali as pessoas chegam para invocar os seus deuses, relembrar a sua memória e trocar o seu saber.

Em casa o mestre da Folga ou da Folia é um lavrador pobre como Nego Bento, um carapina rústico como Quim e Bastião Bento, um jardineiro e expescador como Diorando, um pedreiro como Messias, ou um funcionário público como Aladares em Goiânia, Luizinho em Corumbá de Goiás (professor leigo), ou Afonso em São Luís do Paraitinga. Apenas em casos muito raros um

mestre de Folia será um funcionário religioso quase exclusivo, como mestre (Antônio) em São Luís do Paraitinga. Assim, não sendo sacerdotes e mestres populares todo o tempo, não o são também em um espaço próprio, reservado como lugar de puro trabalho religioso. A Dança de São Gonçalo é parte da Função que a equipe de um mestre da Folga faz na casa de um devoto promesseiro, a seu convite. Sabermos de muitas estradas, leitor, que a Folia de qualquer santo e essencialmente a viagem de um grupo de artistas-devotos, e a própria viagem – a “jornada” – é a alma do rito. Avessos ao templo e ao terreiro, foliões e folgazões são homens cujo lugar é a comunidade, ou são as comunidades rurais e “de periferia” por onde passam e até onde vão. São equipes hierarquizadas, estáveis em existência, mas esporádicas ou sazonais no trabalho ritual, e itinerantes.

Equipes de trabalho religioso semelhante, mas cujo cerimonial exige o conhecimento e a destreza de passos de dança, coreografia complicada e, não raro, longas e difíceis dramatizações populares, como as Pastorinhas, os Marujos, os Congos, os Reisados, usam lugares próprios para o ensino coletivo, ainda que não possuam espaços simbólicos próprios de iniciação de noviços. Fora do alcance dos olhos de outros, quase sempre nos fundos da casa de um capitão-mestre, ternos de tiros do catolicismo popular geram momentos de ensaio. É neles que mestres ensinam, corrigem, observam desempenhos. Em Minas e em São Paulo, encontrei ternos de Congos onde havia um adulto chamado “cacique”, escolhido entre outros para ensinar aos meninos e corrigi-los, seja no lugar do ensaio, seja no próprio momento do exercício do “folgado”.

Diferentes do Terno de Congos, tanto quanto da Roça do Candomblé, são as nossas pequenas equipes de foliões e folgazões. Além de não possuírem um lugar seu para o culto e se deslocarem sempre para realizá-lo, são equipes cujo exercício repousa sobre o desempenho de um mestre dirigente e solista; cuja ação é completada pela atuação coadjuvante da turma de cantores-instrumentistas ou dançadores. Entre elas não há espaços próprios e situações de ensaio da equipe, ou de iniciação de cada um de seus membros. Há, aqui, portanto, três alternativas de ensinar-e-aprender: 1ª) durante o próprio “giro” ou “função”, ou seja, como vimos, dentro do exercício direto do rito; 2ª) na relação dual entre um aprendiz que pede e um sabedor (mestre ou não) que dá o ensino; 3ª) no estudo pessoal do aprendiz, seja, por exemplo, no treino caseiro de toques de viola, seja na leitura dos “livros de doutrina católica”.

Meninos iniciados no ritual e no aprendizado de toques, canto e dança, aprendem durante as apresentações da Folga ou da Folia. Por isso, inevitavelmente, todos os foliões e folgazões dirão a quem pergunte que aprenderam vendo e fazendo. Muitas vezes assisti a pequenas cenas de aprendizado, tanto na periferia de cidades como Poços de Caldas, São Luís do Paraitinga, Goiânia, Goiás Velho, Atibaia, como em cantos de sertão de Goiás e Minas. Meninos participantes da Folga ou da Folia reunidos aos mais velhos, trabalhando com eles. Nas danças de São Gonçalo qualquer menino ou menina

pode ingressar numa das “voltas” e dançarem diante do altar. Meninos – nunca meninas – melhor treinados, poderão fazer parte da própria equipe estável de folgazões, cumprindo todos os passos do rito. Em Batatuba, encontrei um menino de 12 anos que dançava sem erros entre os adultos e tocava viola, formando dupla com um velho folgazão. Nas folias de Reis de estilo paulista ou mineiro, meninos são incorporados cedo ao grupo por causa da necessidade das vozes “quinta” e “sexta”, os finos gritos de requinteiros. Nas folias do Divino que conheci pelo menos em Goiás e São Paulo, meninos são indispensáveis. Em alguns lugares eles apenas cumprem sua parte dando infinitas vezes ao longo dos dias de jornada os seus finos gritos de fim de versos. Em outros, como em São Luís do Paraitinga e litoral Norte de São Paulo, eles tocam também instrumentos. Com os olhos presos no fazer dos adultos, eles fazem também e aprendem. O saber flui sem o ensino e, às vezes, parece que quanto menos é evidente, tanto mais é efetivo. Na festa dos gestos de uma equipe onde o trabalho ritual de cada um é fração do ofício de todos, as perguntas da teoria do saber (a doutrina, o fundamento) emergem das questões que a prática direta do fazer no ritual levanta. Muitas vezes vi meninos ocupados com um instrumento em um momento de descanso do grupo, procurando exercitar um toque, um som, ou procurando aprender uma habilidade ainda não desenvolvida. Outras vezes, mais raras, assisti a momentos de ternura em que um artista deixava de lado uma conversa de adultos roceiros e ensinava por instantes a um menino um toque de “caixa” ou de violão. Fora da escola o saber tem alma e o ensino é música.

Quando o devoto se torna um folião, depois de já ser um artista popular, e não almeja “encargos” de comando, o seu aprendizado é feito durante as apresentações do terno. Sanfoneiros, violeiros-cantores, palhaços, atravessam muitos anos dentro de uma equipe sem preocupações maiores de aprender do que aqueles que os mantêm em um posto intermediário. Soldados a quem não tenta o oficialato. Tal como entre meninos, algumas vezes vi foliões e folgazões ocupados em aperfeiçoar um toque de viola, ou em aprender como um “companheiro” uma nova moda de catira. Isto acontecia nos intervalos do trabalho ritual, durante os dias do giro ou nas noites de Folga. Assim, para adultos e crianças, os momentos em que o grupo descansa, durante o período do trabalho, são situações de ensinar-e-aprender também aproveitadas.

Tal como acontece com qualquer violeiro ou rabequista do lugar, é provável que devotos-artistas ensaiem sua arte em casa, na caída da noite. Mas todos aqueles com quem conversei negaram que fizeram esforços extra e programados para aprenderem tanto o cantório quanto a doutrina. Todos, sabemos, menos aqueles para quem a maestria é o horizonte. Entre estes, solistas do rito e do saber, há uma ativa preocupação em buscar conhecimentos de artista e de devoto. Mestres se procuram e se sucedem. Dentro da ordem rígida de postos e ofícios de trabalho ritual, um menino requinteiro destinado pelo pai a sucedê-lo, ou um adolescente com dom e vontade de vir a ser um mestre, desde cedo se ocupam com aprender mais do que os outros. São

separados ou separam-se dos outros para serem aprendizes de mestres. Serão motivados ou pressionados a aprenderem o repertório e o improvisado, as regras do culto, os segredos dos mistérios e o fundamento do rito. Nas regiões rurais mais remotas, onde foi para os adultos de hoje difícil o acesso ao livro e à escola, as trocas de saber são orais. Discípulos aprendem também a doutrina no ato do giro, nos seus intervalos, em conversas entre “companheiros”, em conversas com mestres. São menos comuns as ocasiões em que um mestre chame a sós um aprendiz e o ensine fora dos dias de “jornada”. Na verdade, uma boa parte deste ensino é coletiva. Durante o cantório da equipe da Folia ou da dupla da Folia, todos podem ouvir e aprender. Aqui se dá a diferença. Menos atentos, esforçados ou dotados de dom, muitos aprenderão apenas para o “responso”; para responder ao repertório ao que o mestre começa e o contramestre continua. Poucos estarão atentos para gravarem do saber do mestre o fio completo do cantório, da moda de Catira. Durante o cantório de que é parte, o futuro mestre aprende e grava. Em três ou quatro biografias de mestres, meninos ainda, um dia eles surpreenderam os seus professores substituindo-os em um momento e repetindo sem erros as quadras a que durante muito tempo apenas responderam.

É também num momento em que um mestre se dispõe a falar sobre a doutrina, ou quando dois ou três mestres – onde eles são vários em uma Companhia – resolvem conversar sobre o assunto, que meninos e jovens com sonhos de saber chegam para perto e esforçam a “idéia” a aprender. Vi meninos e adultos aproveitarem a própria situação de minhas entrevistas com um mestre, para virem ouvir e aprender. Vários ouviram, alguns faziam comentários, perguntas; mas entre eles só um ou dois possuíam os sinais de quem gravava o fundamento e pensava sobre o “comentário”.

Ao ascender com a idade e a demonstração do dom a postos graduados, o discípulo chega perto do mestre. Torna-se social e fisicamente um próximo dele. Aos poucos toca e canta na linha de frente, ao seu lado, atrás dele. Aos poucos confirma, se é um filho ou parente, ou conquista, se é um não-parente, o direito de ser candidato à maestria e a obter do mestre, portanto, favores especiais de ensino. Na Universidade, como na Folia, mestres gostam de continuadores e dedicam àqueles frente quem se veem no espelho, o melhor de sua memória. Mais adiante um mestre divide com um ou dois discípulos responsabilidades de arte e comando. O futuro mestre começa, então, a aprender, praticando já como um mestre.

Mesmo que seja o filho mais velho de um mestre afamado, um discípulo que não comprove “inclinação”, ou que não se aproxime do pai, mestre, em saber e carisma, não chegará à chefia do terno. Mais de uma vez encontrei filhos e netos de grandes mestres da Folia tocando e cantando em postos de baixo, na mesma equipe onde primos ou mesmo jovens não-parentes subiam a posições de solo e chefia. Possuindo uma estrutura hierárquica de estilo militar, equipes de rituais coletivos do catolicismo popular não são pequenas monarquias, embora nelas os símbolos de realeza sejam tão comuns. Sendo o lugar do poder

e do trabalho coletivos de que o mestre é um emissário, eles criam regras de consenso que qualificam a diferença do desempenho de seus artistas-devotos e, através de avaliá-los na prática do rito, redistribuem postos e poderes.

Algumas biografias são exemplos notáveis de como mestres e discípulos estudam. Quando sabem ou podem, usam livros, escritos e rascunho. O saber letrado circula entre camponeses muito mais do que costumamos imaginar. Velhos livros de piedade católica são relidos e consultados por alguns mestres. Não são raros os que, ademais da Companhia da Folia de Santos Reis, pertencem a alguma outra confraria laica. Dali os letrados trazem o costume da leitura, Mestre Messias, da Liga de Jesus, Maria e José, lia regularmente a Bíblia, hábito adquirido na cidade após os tempos do Vaticano II. Lázaro, João, Donquinha e outros mestres de Folia em Caldas, Minas Gerais, são “vicentinos” e, dentro e fora de suas reuniões, fazem uso da leitura de escritos de piedade católica. Os foliões da região de Fernandópolis em São Paulo, adeptos do “Movimento de Renovação das Folias de Santo Reis”, ia além. Através do impulso do padre José Janssen, liam com frequência livros antigos e atuais de doutrina católica. Durante algum tempo, fizeram mimeografar um jornal que era distribuído entre todos. Entre os velhos mestres tradicionais da Folga e da Folia, os antigos e hoje quase desaparecidos livros de devoção, como o Horas Marianas e o Manual do Devoto, são os mais procurados. Uma razão simples. Eles possuem menos lições doutriniais complicadas, adotam um estilo catequético simplificado e, sobretudo, estão cheios de orações do passado. É delas e das “Vidas de Santos” que alguns mestres preferem aprender a “doutrina” e “tirar o repertório” dos cantórios que cantam e consagram.

Vimos que Aladares não só lia os livros que mestre Messias recomendava, como gravava e tirava cópias de seu repertório e doutrina. Mestre Luizinho de Santo Antônio dos Olhos D’Água, tinha cadernos com letras de cantórios de Folia, além de cordéis e romances nordestinos que decorava e gostava de declamar. Um comovente depoimento sobre os esforços de um discípulo para aprender com um parente, é um exemplo notável do modo como o saber popular combina alternativas orais e escritas de docência. Fala mestre Ovídio, em Abadia de Goiás.

De primeiro ele era de menor. Aí ele falava: “tio Ovide, dá as colunas pra mim aprender embaixar?” Daí eu falava: “você é de menor. Vai criar idéia primeiro. A gente tem que dar valor. Você é de menor, não vai dar valor, pode às vezes abandonar essas coisas”. Quando ele estava com 20 anos, chega um tio dele por parte de mãe, Tião Bento, e disse: “Seo Ovide, eu quero suas colunas”, que quer dizer, a música, a letra. “Eu tenho um livro de Reis, o Nascimento, a Bíblia Sagrada em verso. Aí a gente faz letra e música também”. Agora, isso é muito custoso, é com espaço de tempo, é um estudo (mestre Ovídio comenta a pretensão de Bastião Bento em favor do sobrinho). Ele disse: “eu não vou ser embaixador, mas eu quero conhecer”. Aí eu dei pra ele e ele entregou pro sobrinho. Com espaço de tempo meu sobrinho passou as minhas colunas pra outro

caderno. Quando dei fé, meu sobrinho estava embaixando. Isso é vocação. Já embaixou muitas folhas. Ele também faz versos igual a mim. A gente canta um dando responso pro outro (alternando-se no cantório das duas primeiras vozes). Agora, isso aí é com estudo, cada dia vai multiplicando-se e não tem fim. A Bíblia, por exemplo, é devagarinho, porque se quiser resolver tudo de uma vez, aí acumula e não resolve nada.

Mais de uma vez surpreendi mestre Aladares em sua casa lendo e relendo os escritos de Mestre Messias. Escritos que antes gravara, transcrevera a mão e, finalmente, datilografara. As quadras desconhecidas eram repetidamente cantadas até serem aprendidas. Mas as seqüências de trocas de saber não param aí. Depois de haver usado para o presente estudo o outro anterior os quatro cadernos em que transcrevi várias entrevistas com mestre Messias, com Aladares e com mais alguns mestres foliões, dei-os a Aladares, nos dias do “giro da Folia de Dona Ana”, em 1983. Aladares guardou os cadernos junto com os escritos que coleciona há muitos anos. Morto o mestre, poderá reler a memória de sua vida e doutrina.

“Aprendi assim. Foi”

Há um momento em que o devoto torna-se um artista-devoto. Seguindo a trilha da descendência da família, ou então “encostando” em uma equipe de trabalho ritual do catolicismo popular, o camponês acrescenta à vida rotineira da lavoura e de outros cuidados das estratégias de sobrevivência, o exercício, o conhecimento e a identidade que um tipo de trabalho simbólico ao mesmo tempo exige e atribui, no interior das estruturas sociais de trocas comunitárias do campesinato.

Os depoimentos transcritos até aqui apontam para duas alternativas de acesso do folião ou do folgazão a postos de comando e sabedoria dentro de equipes como as da Folia e da Folga. Primeira. Ele sucede simplesmente ao mestre que o formou, quando este morre ou se aposenta do ofício. Sucede-o primeiro alternando com ele o solo do cantório e a direção do grupo e, depois, assumindo por inteiro o “encargo” de chefe. Segunda. Ele passa por uma prova exemplar, em geral quando ainda menino ou adolescente, através da qual demonstra aos olhos de todos o saber que tem e as qualidades que conquistou para ser um mestre.

Parece haver aqui uma regra que estabelece a diferença. Entre discípulos “com inclinação”, aqueles que trabalham em equipes de pais, ou de outros ascendentes familiares que os reservam para a maestria, simplesmente sucedem os seus mestres em um momento determinado por eles para que isto aconteça. Mestre Antônio Teles, mestre Ovídio, mestre Lázaro de Jardinópolis são bons exemplos. Há direitos de herança de bens simbólicos que, a não ser em casos de incompetência comprovada, o discípulo descendente reclama e recebe da equipe, na comunidade. Aqueles que aprendem fora da família – mestre

Messias, mestre Aladares – precisam passar por algum momento de prova pública. Sem direitos de herança familiar, precisam ser notáveis para chegarem a ser mestres reconhecidos. É necessário que perante os outros demonstrem que são únicos, de modo a que, diante de todos, os seus mestres comprovem, no exercício exemplar do ofício, as qualidades indiscutíveis de um futuro embaixador de Folia, ou de um futuro chefe de batalhão da Folga²⁰.

Através da garantia da sucessão de mestres e outros “oficiais”, pequenos, mas muito difundidos rituais do catolicismo popular garantem a sua reprodução. Um aspecto importante em toda a trama de relações entre mestres e discípulos, entre chefes e chefiados na Folga e na Folia, não foi tocado até aqui. Mais do que um artista notável, como um exímio sanfoneiro, ou mais do que um sabedor excelente, como um velho sábio camponês contador de histórias, o mestre acreditado é, daí para a frente, um empresário do saber e do ofício. Quando mestre Antônio Teles canta para dizer que não é nada sem os companheiros, ele não afirma a modéstia; ele diz a verdade. Líder de uma equipe de seguidores voluntários – porque mesmo quando tenham um voto perpétuo com o santo padroeiro, podem ser de sua equipe ou de outra – o mestre depende de gerar, ter e manter pessoas que ocupem os cargos do grupo. Tendo aprendido, ele precisa ensinar e se o primeiro ato foi voluntário – mesmo quando inicialmente imposto pelos pais – o segundo é obrigatório – mesmo quando não há mais ninguém para impô-lo – a não ser que o mestre queira que o seu terno de trabalho morra com a sua morte ou deserção do ofício. Artista de solo, chefe de grupo, embaixador de uma “companhia” ou de um “batalhão”, ele é também e essencialmente um professor. Ter à sua volta quem queira aprender com ele é um atestado do seu valor, tanto quanto aquele que produz quando realiza com perfeição a sua parte na cerimônia devota. Não há discípulos sem o dom, assim como não pode haver mestres sem discípulos. Dentro da equipe, mas estabelecendo entre si relações de trocas de saber e de favores mútuos que se realizam à parte, professores e aprendizes do mundo rural fazem e são, eles próprios, as redes vivas de trabalho docente através dos quais o saber necessário de uma fração da cultura camponesa flui e se torna uma tradição atual e acreditada.

Folias de Santos Reis são unidades autônomas de ofício religioso do catolicismo popular. São, vimos, frações da ordem social e da cultura de comunidades camponesas, ou de grupos de camponeses migrados para a periferia das cidades. Ao contrário de outras unidades sociais de trabalho produtivo ou simbólico, não existem como parte de instituições inclusivas, internas ou não à comunidade camponesa. Sabemos que cada mestre comanda a sua equipe de foliões e não obedece a outra autoridade que não seja o

²⁰ Em seu estudo a respeito do sistema de benzedura na periferia de Campinas, a antropóloga Elda Maria Rizzo acentua a importância da situação e do momento da prova que torna legítimo o trabalho do agente de cura popular. Ver: *A Produção do Saber Popular e a Reprodução do Benzedor em Campinas*, um dos estudos de *Estrutura e Processos Sociais de Reprodução do Saber Popular – Como o Povo Aprende* (UNICAMP, mimeo. 1982).

consenso coletivo da tradição consagrada da cultura de que é parte. No interior dos sistemas locais de reprodução do saber, algumas agências separam a prática pedagógica de todas as outras, submetem-se a instâncias de decisão mais amplas do que a de cada unidade de trabalho direto e estabelecem uma divisão interna entre uma esfera de trabalho docente e uma esfera de administração do trabalho. Um grupo escolar da rede estadual de ensino, uma paróquia da Igreja Católica, ou um “campus avançado” de uma universidade, são bons exemplos.

Outras agências são autônomas com relação a instâncias externas de poder. Ainda que boa parte do trabalho pedagógico seja realizado submerso em outras práticas sociais, há espaços e situações próprios para o aprendizado e, não raro, rituais de iniciação. Algumas vezes há uma divisão entre o trabalho docente ou sacerdotal, no caso de um grupo religioso, e o trabalho administrativo. Na sede de um município agrário como São Luís do Paraitinga ou Caldas, uma pequena igreja pentecostal ou uma escola de samba são exemplos visíveis.

Algumas páginas atrás, falei em grupos rituais do catolicismo popular como os ternos de congos e moçambiques, comuns ainda em algumas cidades de Minas, Goiás e São Paulo, não muito longe de onde fiz o trabalho de campo do presente estudo. Autônomos frente a poderes externos à comunidade de inclusão, muitas vezes tais ternos congregam-se em irmandades e confrarias que, mesmo sem possuírem controle sobre a decisão de seus capitães, são instâncias de consenso. Entre eles há ensaios e locais de ensaios. Chefes de ternos não só se ocupam, como os mestres foliões, da formação dos seus discípulos, como cuidam para que a equipe atualize a qualidade de sua atuação mediante treinos periódicos. Quando o terno é grande ou faz parte, como em Machado, Minas Gerais, ou Catalão, Goiás, de ordens corporadas mais amplas: a Irmandade de São Benedito, o Reinado, pode haver a divisão entre uma esfera de trabalho ritual e uma outra de trabalho burocrático. Há carreiras de postos mais hierarquizados do que no caso de uma Companhia de Santos Reis, e há situações de ensino mais estruturadas.

Sabemos que equipes de Folia de Reis são grupos de trabalho religioso cujo domínio de inclusão é o de sua comunidade rural ou “de periferia”. Fora casos absolutamente excepcionais, como o do “Movimento de Renovação das Folias de Santos Reis” do interior de São Paulo, não estão incluídas em nenhum outro grupo religioso mais amplo de controle. Do mesmo modo, não observam separações internas entre uma esfera ritual e outra burocrática ou docente. O mestre é, ao mesmo tempo, o agenciador responsável pela Companhia, o especialista docente e o artista principal. Nele se ocupam as funções do sacerdote, do professor e do chefe. Sem outro poder a não ser o que lhe é dado pela credibilidade que a equipe e a comunidade atribuem ao seu saber de artista e devoto, e ao seu carisma de dirigente, a ele cabe dirigir o grupo que canta e guiar o canto do grupo.

A despeito de que entre os de seu Batalhão de São Gonçalo, Antônio Teles seja conhecido como “o mestre dos mestres”, dirigentes de três ou quatro outras

equipes de Folga não aceitam dele qualquer tipo de autoridade jurídica ou mesmo docente. Ao contrário, há mestres em Atibaia que criticam a sua liberdade em fazer improvisos sobre a tradição do canto e da doutrina. Tanto na Folga quanto na Folia, a ordem social e docente do rito existe completa na ordem e na prática de cada equipe. Não é o acaso que, enquanto nas festas de congos e moçambiques o festejo de louvor ao santo padroeiro se cumpra através do trabalho coletivo e articulado de vários ternos onde isto ainda é possível, na Dança de São Gonçalo, mesmo quando duas, três ou cinco equipes trabalhem em um mesmo espaço – um mesmo fundo de quintal roceiro, por exemplo – cada uma faz, isolada e plenamente, a totalidade de seu rito. Isto acontece quando algum promesseiro fervoroso faz voto a São Gonçalo de patrocinar em sua casa e por sua conta uma Função com dois, três ou cinco altares. Mais isoladas são as Foliás, que jornadeiam cada qual “pro seu lado” e durante o percurso do giro evitam encontrar-se. Apenas em alguns casos, como no das Foliás do Divino de Mossâmedes, em Goiás, quatro Companhias reúnem-se na praça da cidade para, dentro da igreja, fazerem a “entrega”, o rito do final da jornada. Ternos de folgazões e foliões são o lugar suficiente do aprendizado e em cada um deles se dá por inteiro o processo de reprodução do saber do rito.

Pouca coisa causa e cria mais embaraços para um aprendiz do que a ambição de aprender com mais de um mestre ao mesmo tempo e, portanto, ao mesmo tempo dentro e fora de sua Companhia.

Se nos fosse possível olhar e compreender a comunidade camponesa como procuramos decifrar as pequenas equipes da Folga e da Folia, veríamos que em boa medida ela é isto: uma complexa estrutura de tipos diferentes de redes, situações e espaços sociais onde, entre si, as pessoas trocam serviços e significados. Submetidas aos padrões de cultura que tornam possível compartilhar a vida social, diferentes categorias de atores da comunidade distribuem e perpetuam formas de trabalho, esferas de ação, posições e compromissos. Para que esses mesmos padrões de cultura circulem e orientem tanto a conduta quanto a identidade social dos seus participantes, cada um dos domínios de vida e trabalho – a família, a parentela, a vizinhança, as equipes corporadas, os grupos transitórios, a comunidade – incorporam às suas práticas diferentes estratégias e situações de transmissão do conhecimento. Das relações duais simples, dentro das quais pelo fio dos anos a menina camponesa aprende com a mãe, até as relações complexas de uma equipe estável de trabalho ritual, por toda a parte, onde quer que sujeitos sociais troquem bens e serviços, há também trocas de símbolos através dos quais entre si eles se ensinam-e-aprendem.

O folião de Santos Reis pode não ter clara a idéia de que realiza um trabalho que, mais do que torná-lo um devoto ativo de um sistema de crenças, torna-o um emissário de símbolos e significados indispensáveis à reprodução da ordem da vida de que é parte. Ele pode não ter clara a idéia de que é um elo de uma das inúmeras cadeias de trabalho coletivo que, recriando a devoção faz e refaz através dela a cultura. No entanto, para ser parte desta cultura e do mundo que ela realiza, tanto ele quanto qualquer outra pessoa “do lugar”, existem no

interior de grupos sociais que ao mesmo tempo em que organizam formas internas próprias de vida e trabalho, estabelecem as regras e os processos de reprodução de valores e conhecimentos que dizem o que são, entre quem se repartem, a quem servem e como devem ser realizados a vida e seus trabalhos.

Os assombros da memória e do saber entre guerreiros congos e moçambiques

Agora, do jeito que vai, vai acabar a congada. Vai acabar porque... estatuto. Ele disse que ia deixar o estatuto pro Ziquinha. Agora, eu pergunto pelo estatuto e eles não sabem nada. O estatuto, viu? Se conseguisse escutar com o estatuto o senhor sabia dividir a palavra deles. Conseguia colocar tudo em seu lugar com o estatuto.
Benedito Lúcio, velho Reis do Congo em Itapira

Missa, procissão e romaria

No capítulo anterior estivemos buscando compreender como acontece o ensinar-e-aprender em dois rituais celebrativos do catolicismo tradicional camponês: a Folia de Santos Reis e a Dança de São Gonçalo. Vimos que sob a aparência de algo simples e rústico, estamos na verdade diante de celebrações extremamente complexas, tanto como arte, quanto como devoção. Rituais de longa duração em que a realização do que deve ser tocado, cantado, falado, orado, gestualizado comporta uma tessitura de saberes e de condutas bastante mais complexas e diferenciadas do que costuma acontecer nas grandes concentrações festivas, como os bailes de rua de nossas cidades.

Rituais que envolvem diferentes pessoas tornadas personagens situadas em diferentes posições tanto como artistas, entre cantores e instrumentistas, quanto atores de seus vários momentos, como um “dono de casa” que recebe uma Folia e acolhe o “mestre da folia”, que cantando e versejando comanda as ações de todos os presentes: os “da casa” e os “da folia”.

Viajemos agora a um outro complexo-ritual. Ele acontece no contexto de celebrações a santos padroeiros dos negros: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Outros santos de devoção existem, mas nunca tão importantes quanto a “dama do rosário” e o santo acreditado como tendo sido, ele próprio, um negro.

Seus festejos anuais percorrem um imenso território no Brasil. São bastante mais urbanos, e em algumas cidades do Brasil as suas celebrações tendem a ser os maiores e mais concorridos festejos a santos padroeiros do catolicismo. Festejos de rua, os da Senhora do Rosário e os de São Benedito diferem dos dois do capítulo anterior.

Sabemos ao contrário do que acontece em religiões como as diferentes ramas e tradições do protestantismo ou do espiritismo, que quase sempre se restringem a cultos religiosos vividos e partilhados em um único lugar onde se reúne a congregação religiosa, o catolicismo gerou uma ampla variedade de alternativas de culto tanto individual quanto, e principalmente, coletivo.

Assim, tal como acontece na igrejas protestantes-evangélicas, há rituais do tipo “missa”, quando em um lugar determinado fiéis e sacerdotes reúnem-se para uma celebração em um dado e consagrado lugar. Em outra direção, o

catolicismo, desde tempo bastante antigos, desloca o sagrado para as ruas, em rituais do tipo “procissão”, ou “cortejo”. É quando um símbolo do sagrado é festiva e ritualmente deslocado de um local a outro, acompanhado por um séquito de sacerdotes e fieis devotos. Nos festejos que aqui nos importam as “procissões” se convertem em “cortejos”. Em séquitos, não raro conduzindo solenemente – mas a pé – um par de “rei-e-rainha”, seguidos de “ternos”, de simbólicos guerreiros: congos, moçambiques, vilões, catopés, etc.

Não nos importa aqui uma terceira categoria frequente no catolicismo – mas jamais no espiritismo e no protestantismo – que é “romaria”, a “peregrinação”. A jornada em que a relação da procissão se inverte. Ao invés de uma multidão urbana deslocar-se com o sagrado de um lugar a outro em uma cidade, é a pessoa, ou um coletivo de pessoas, que deslocam-se a pé em direção a um lugar natural (como uma gruta) ou construído (como uma catedral) em busca de um sagrado que “está lá”, e lá espera quem de longe chega para venerá-lo. Assim, na missa o sagrado está “aqui”. Na procissão ele está “entre aqui e lá”. E na romaria ou na peregrinação ele está “lá”.

De igual maneira a Folia de Santos Reis (e também a outros santos padroeiros, e mesmo “ao Espírito Santo”) é um ritual que se realiza como uma peregrinação que no “dia da festa” chega ao seu termo de “jornada”, um lugar sacralizado pela presença do presépio armado diante do qual são vividos os ritos que a finalizam. Já a Dança de São Gonçalo observa o padrão “missa”. Ela sempre se realiza em um lugar improvisado como uma réplica popular e provisória de uma capela ou de uma igreja, em que todo o ritual acontece. As celebrações a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito preservam a forma “procissão”. Termos rituais desfilam entre as ruas de uma cidade, algumas vezes seguindo, entre cantos e passos de estilo guerreiro, um casal real: “o Rei e a Rainha Conga”.

Aconteceu em Itapira

Em um ano da “Festa do Treze”, uma celebração de tradição de negros na cidade paulista de Itapira, os integrantes do último terno de congos do lugar resolveram rerepresentar a quase esquecida “embaixada”. Trata-se de um singelo teatro de rua ainda vivo em outras cidades do Brasil. Uma representação cênica ao ar livre em que os “guerreiros do congo” representam o drama de um confronto entre cristãos-e-mouros, ou entre um povo africano invadido e um outro, invasor

A “representação” naquele ano contou com uma pequena assistência, O grupo de atores improvisados não conseguiu realizar o “drama” de forma pelo menos convincente. O resultado foi pobre e as palmas, poucas. Alguns assistentes saíram no meio do “drama”, e alguns visitantes vindos para a “Festa do 13” sequer souberam que a “Congada Tradicional” tentava reconstruir o teatro que lhe deu fama em toda a “região da Mogiana” e até muito além dela em tempos do passado. Mas os atores-congongos estavam felizes com o seu desempenho. Bem ou mal eles haviam finalmente conseguido “fazer as embaixadas”, mesmo com diálogos partidos e desempenhos truncados entre apenas um embaixador invasor e um príncipe invadido. Há muito tempo a

congada perdeu os seus “reis”, e o “secretário” (personagem essencial), não apareceu no local para dar conta de sua parte no drama. Terminada a “representação”, o terno des congos saiu pelas ruas em marcha, tocando, cantando e marchando a caminho do almoço.

Havia no ar algo de um conflito ente grupos rituais da “Festa do Treze”, sobretudo entre os “do lugar” e os “de fora”. A vinda de grupos rituais vindos de outras cidades à cidade da festa é bastante frequente.

Entre muitas variantes - pois apenas em Minas Gerais existem mais de quinhentas “guardas” ou “ternos” de congos, moçambiques e outros “rituais de marcha guerreira” – podemos separar em dois grandes grupos as tradicionais congadas. Em uma direção estão aquelas que reduzem a sua presença nos festejos à participação em cortejos ou desfiles pelas ruas, não raro incorporando ao seu desempenho outros menores, como visitas rituais a algumas casas da cidade, ou a momentos solenes, como o “levantamento do mastro” com os estandartes dos santos festejados, ao início dos festejos, e a sua “baixa” nos momentos finais dos dias de festejos. Em outra direção estão ternos de congos e além de suas “marchas de rua”, em algum local e em um momento solene “dão a embaixada”. Isto é, representam ao ar livre o teatro de um drama de guerra²¹.

Antes de ingressar no que aqui de fato interessa, os entreveros da memória, do saber e da transmissão de uma e do outro entre os diferentes integrantes dos rituais, quero trazer aqui o depoimento carregado de lamentos e de críticas de um senhor negro de Itapira. Benedito Lúcio foi durante algum tempo o “reis” da “Congada Tradicional”. Em momento algum de seu longo relato ele dá conta da existência em Itapira de uma “rainha”, como é costume em várias outras cidades e celebrações

O cargo de “reis” em princípio é perpétuo, e são raros os casos previstos para a saída ou a exclusão do novo «reis». Um deles é o abandono do cargo; outro seria algum sério desentendimento entre o «reis» e os seus súditos. O velho Benedito Lúcio foi escolhido “reis” no tempo em que o legendário “Mestre Nabor” ainda era vivo. Anos mais tarde ele acabou se desentendendo com os outros dirigentes da Congada Tradicional. Abandonou contrariado cargo e o terno, e hoje em dia não vai ao largo de São Benedito nem mesmo para ver a congada apresentar-se. Transcrevo aqui um longo trecho de entrevista que tivemos durante os dias de Festa, em 1978.

21. Em dois estudos antigos trabalho com uma modalidade e a outra. A primeira em *A Festa de Santo de Preto*; o segundo em *A Dança dos Congos da Cidade de Goiás*. De modo bastante mais detalhado eu descrevo a complexidade da organização de toda uma “congada”, tomada então no sentido da convergência de um conjunto não raro grande de grupos rituais em uma mesma “Festa de Santo Padroeiro”. Bem mais complexa do que uma Folia de Santos Reis, uma “Congada” em seu sentido mais amplo e coletivo pode envolver uma corporação civil (uma presidência), uma religiosa (uma irmandade) e um complexo de grupos rituais (congos, moçambiques, vilões, catopés e outros ainda).

Mas mesmo assim estava junto com eles, e ela foi e modificou. Tinha até baliza. Congada nunca teve baliza; é uma dança sarada de São Benedito. Veja agora, baliza representando, dando pulo, dando pinote lá na frente. Não pode. Eu dava risada.

E foi indo que eles puseram um tal de Seo Antônio pra ser o “reis”. Eu vinha de Campinas aqui. Naquele tempo o Nabor ainda era vivo. Nabor ficou também desgostoso; ele não queria que acabasse. Agora, do jeito como vai, vai acabar a congada. Vai acabar porque... estatuto.

Ele disse que ia deixar o estatuto pro Zezinho. Agora, eu pergunto pelo estatuto e eles não sabem nada. O estatuto, viu? Se conseguisse acertar com o estatuto o senhor sabia dividir a palavra deles. Conseguia colocar tudo em seu lugar com o estatuto.

Agora, uma comparação. É muita coisa: tem parte do secretário, parte do príncipe, parte de embaixador, parte de caixa, parte de violeiro, parte de cacique, parte dos conguinhos. Ali cada um daqueles conguinhos tinha as suas embaixadas. Se era vinte conguinhos tinha vinte embaixadas só de conguinho. Se era trinta tinha trinta embaixadas só de conguinhos. E tinha o cacique, cada um com a sua parte, com o seu versinho pra dizer.

Os fidalgos também era a mesma coisa. Se era quinze, dezoito, vinte fidalgos, também era a mesma coisa, cada um tinha as suas embaixadas. E enquanto não terminava com aquelas embaixadas não prosseguia a dança; não prosseguia a dança!

Agora, no meio dessa dança tinha combate, discussão, desafio. O embaixador desafiava o secretário de lá. Chegava aquela hora e eles cruzavam, corria de cá, corria de lá, brigando, discutindo. Tinha espada mesmo, espada de verdade, do Império. Então corria, corria pra lá, corria pra cá, e quando eles esbarrava eles ia embora. O secretário, o príncipe ia como se tivesse brigando na fronteira, né? Afinal de contas, aí um dizia: “Prende essa gente canalha, prende essa gente canalha!” Aí eu levantava e aquela fidalguia toda dançava. Quando chegava na divisa lá do tal secretário brigando com ele, ele caía no chão...

A congada representa parte da África. Não sei se é guerra antiga, eu sei que ela já veio de lá com essa congada. Agora, quem é que trouxe é um problema que eu não tenho certeza. A congada faz parte da Igreja, mas não faz parte da Irmandade. A Irmandade de São Benedito é outra coisa. No meu tempo chegava lá cantando e dançando dentro da igreja. Depois vinha de fasto, vinha de fasto até sair pra fora. Hoje eu acho que não canta mais. Os padres hoje são bastantes diferentes.

Mas entre os próprios negros de hoje há severas acusações à «Tradicional». Vimos algumas delas na fala de Benedito Lúcio: a congada está decadente, desaprendeu as embaixadas, e pouco sabe do desempenho que tinha no passado; perdeu a disciplina interna do tempo em que ele era “o reis”, e o “velho Nabor” era o chefe. Ao lado de um desempenho ritual decadente vigora uma conduta social inadequada, com tramas, desvios de dinheiro, quebras de palavra empenhada e acordos não cumpridos. Mesmo os congadeiros da «dos

Prados» e da «Mineira», obrigados por leis de corporação a não fazerem mau juízo de «irmãos de farda», não podem deixar de estabelecer comparações.

Ali já não é mais como foi. Foi grande, tinha não sei quantos muitos congos e conguinhos. Mas agora, veja, onde que tá a embaixada que eles sabiam dar? E como é que pode uma congada sair na rua sem ensaios? A nossa faz ensaio todo mês e quando é perto do 13 é toda semana. Eles ficam pros bares, no samba e na pinga. Pode? Não pode».

Vimos na fala acima e veremos adiante seguidas vezes, que uma corporação ritual como uma congada, depende de aprendizados em vários sentidos. E depende de ensaios, sob a direção direta e raramente colocada em questão, de um “mestre”, um “capitão”. A principal crítica generalizada é a de que a “congada Tradicional” perdeu o miolo de sua própria memória. Tanto assim que não consegue mais “apresentar a embaixada”. Perdeu também a regularidade das estratégias de reprodução do saber dentro de uma mesma geração de devotos-atores, como entre gerações. Finalmente, perdeu uma tradicional e tida como essencial ética ritual tida como tão essencial como eu outros rituais devotos do catolicismo popular. A peculiar hierarquia, que vai de um “reis” e um “velho mestre” ao mais jovem “conguinho” não seria mais observada como “nos tempos do Velho Nabor”.

A Congada Tradicional de Itapira — “Congada do Nabor” que no passado deve ter tido um nome religioso nunca lembrado hoje em dia — é muito mais antiga do que o “Velho Nabor”. Mas até hoje é o nome dele quem estabelece a sequência dos tempos de vida da “Tradicional” ao longo de três períodos: 1º) antes do Nabor, de muito pouco se sabe ou se recorda; 2º) o «tempo do Velho Nabor»; 3º) o “tempo depois do Nabor”.

A memória dos congos desloca o primeiro período para o mistério, o segundo para uma grandeza nunca mais alcançada, e o terceiro para uma progressiva decadência. A diferença entre o que aconteceu em cada um dos “tempos da congada” é medida em Itapira pelo grau de autonomia do próprio grupo ritual. No primeiro tempo, mesmo entre escravos, “*ela era coisa só de preto, não vê que branco via, gostava, mas não entrava*”. No segundo tempo houve o controle férreo do velho Nabor. Ele reergueu a congada e tomou conta dela até perto de sua morte, dividindo durante muitos anos um comando efetivo com o controle simbólico de Benedito Lúcio, então o “reis”.

No tempo atual a congada caiu em mãos de negros e brancos sucessores, incapazes de conduzi-la com acerto. Eles afinal acabaram por entregar a direção do terno a pessoas brancas e letradas da cidade. Estes novos agentes c ritual são pessoas sem dúvida alguma interessadas em preservar a «Tradicional», mas, por outro lado, são em parte os responsáveis por sua oscilação entre uma fase final de decadência e a aparência de um novo reerguimento.

Sobre o controle erudito da “Congada Tradicional” a presidente dela durante cerca de 10 anos faz a seguinte declaração.

Morto o Rei Nabor e morta a insuperável sambista Sabina, a Congada entrou num período de decadência por falta de

continuidade na liderança... Diante do nosso interesse em cuidar deles, os negros congos alvoroçaram-se. Quem não queria mais ser congo voltou a querer. O número cresceu. Dia a dia, hora a hora, batiam nas portas das nossas casas sujeitos feios, desengonçados, pés-de-anjo, humildes e tímidos, engrolando a língua... Não foi fácil reorganizar as Congadas. Dispersas, não tinham noção de desfile. Além de que, os negros da jovem guarda preferem, como as gerações recentes, as novidades, o modernismo. Quando convidados, envergonhavam-se da possibilidade de virem a ser congos. Nunca tiveram esclarecimento sobre o que representam como parte no folclore. Não sabem que o folclore é a coisa mais linda que uma nação possui. (Odette Coppos, depoimento dado em, 1971).

Entre os três ternos atuais de congos de Itapira só a “Congada Mineira” preserva uma unidade interna exemplar, sob o comando de um único dirigente, ao lado de uma autonomia razoável diante das ameaças do controle externo e erudito de pessoas dos “bairros de cima”, da cidade. Ele é também o único terno que se conserva com um grupo ritual durante o ano inteiro, na mesma medida em que aos poucos se apresenta como uma pequena empresa devotada também a serviços-rituais em festas em outras cidades da região. A Congada Mineira ensaia quinzenalmente em casa de Mestre Arnaldo, e pela época da «Festa do 13», ensaia uma vez por semana.

Durante as suas apresentações públicas é a única que consegue um desempenho sem erros e sem titubeios, e procede com uma independência ritual notável, desde a saída da casa do capitão, até os momentos de dança e canto diante da igreja.

Mestre Arnaldo lembra que quando eles eram congadeiros nas suas cidades mineiras da região de Pouso Alegre, os congos sabiam proceder como sujeitos de um grupo “do sistema do Reinado”, e não “do sistema da Embaixada”, segundo a sua própria classificação. O terno procedia então como qualquer um terno de cidades onde vários deles desfilavam ritualmente acompanhando procissões do santo e de festeiros; participando de cerimônias de levantamento e descida do «mastro de São Benedito»; dançando no largo da igreja e às vezes dentro dela; fazendo as visitas de costume.

Em Itapira onde sobretudo hoje em dia, a Festa de São Benedito não preserva mais toda a sequência ritual típica – não tem mais ou nunca teve reinados e visitas – a “Congada Mineira” perdeu parte do seu antigo estilo de trabalho ritual. Conservou, no entanto, boa parte da sua estrutura como grupo, assim como todo o repertório cerimonial que trouxe de Minas Gerais.

Em momento algum Mestre Arnaldo procurou copiar o modo de desempenho das congadas paulistas. E nunca pretendeu aprender embaixadas dramáticas, e as incorporar ao seu “terno de congos”. Isto embora ele reconheça que elas são admiráveis, quando executados com maestria.

Ao tempo em que a «congada das embaixadas» era conduzida com pulso de ferro pelo «finado Nabor», a «de São Benedito» desenhava sinais de decadência e era conhecida como um terno “*muito bom de bateria, capaz de*

concorrer até com escola de samba, mas muito indisciplinada, com gente desordeira mesmo”, segundo palavras de um homem branco da cidade.

Alguns anos depois da morte do seu “capitão”, ela reaparece no outro extremo da cidade, no Bairro dos Prados, e com duas características opostas às do terno anterior: 1º) sob o comando interno de dois dirigentes locais moderadamente ascetas e que exigem dos seus «soldados» um comportamento devoto e rigorosamente ético; 2º) sob o comando externo e absolutamente determinante de um agente branco, erudito e morador fora do “bairro dos congos”.

Já fiz referências aqui a que esta pessoa, sem dúvida alguma responsável pelas condições de «saída» do novo terno em 1978, provocou, segundo o seu critério, alterações substanciais nas andanças de rua do grupo que ela chama de “desfile”, e no desempenho dramático do terno. Ela recria passagens e personagens alheios ao mundo simbólico da congada, e inventa por conta própria uma dramatização tirada mais de livros de história do que da memória do povo.

Em direção oposta, em uma de nossas conversas o capitão do terno me pediu com insistência que aportasse “qualquer coisa” que o ajudasse a recompor a memória das embaixadas que eles nunca souberam representar. Eu havia contado a ele que tinha feito uma transcrição completa das “embaixadas dramáticas dos Congos da Cidade de Goiás”, e ele me fez prometer que não deixaria de trazer para os seus congos um papel onde elas pudessem ser lidas por quem soubesse ler e ensinar aos integrantes da sua congada.

Uma memória perdida tinha que ser de um modo ou de outro recuperada. Estamos aqui diante dos dois eixos deste e de outros estudos pertinentes: a memória de algo essencial ao ritual, para que ele seja completo. a perda com o tempo e com a morte de quem a sabia, da memória das embaixadas guerreiras; os esforços por recuperar, através de um achado e de um trabalho de reencenar-e-aprender, agora com o recurso da palavra escrita, o eu não acontecia em tempo passados.

Essa congada tradicional, se for de executar, eles sabem muito mais que nós. Pra começar eles sabem dar a embaixada inteira. Inteira ela não é muito fácil. Eu gostaria de aprender a embaixada, de tirar ela da memória. Eu, tendo uma pauta no que eu sei falar mais ou menos. Agora, meu primo também sabe falar um pouquinho. Agora nós precisa de ir em teatro de Carlos Magno pra aprender. Eu quero aprender dar embaixada. E. quero um mestre de embaixada junto comigo. Eu vou dar embaixada. Aí, esses meninos que sabem ler vão ter muito serviço.

Atenção para os verbos e as expressões que eles conduzem: “aprender a embaixada, de tirar ela da memória”; nós precisa ir no Teatro Carlos Gomes pra aprender”; “eu quero aprender a dar a embaixada”; “aí esses meninos que sabem ler vão ter muito trabalho” (para aprender através da leitura, o que os mais velhos não conseguem)

Em nossa conversa, o primo do capitão, e ele mesmo “contraguia do terno”, completa os desejos do capitão. E uma vez mais ele fará referência a um perdido “livro de embaixada”.

Eu gostaria de eu levantar embaixada sobre minha memória mesmo. Inclusive porque a congada que eu toquei lá em Santa Rita do Sapucaí não é minha congada mesmo (não é do estilo de ter embaixada). A congada aqui do Cubatão eu não tenho autorização de nenhum deles (a congada tradicional, entendida como «dona da embaixada»). Eu penso na minha idéia pra fazer a cantoria, puxo e sai verso na hora. Agora, a embaixada nós não temos o livro de embaixada, mas eu ainda tiro a embaixada da memória pra incluir.

Estamos aqui, portanto, diante de modos diferentes de enfrentar os perigos do saber e da perda do saber. Os congos da “Mineira” trazem de Minas para São Paulo o que pode ser apresentado em uma festa diferente de São Benedito. Mas o que coube no novo contexto é reorganizado e mantido como repertório do grupo, onde nada se inclui do que não é dela e não foi «sempre» dela.

Os “Congos do Prado” imaginam acrescentar alguma embaixada ao repertório de um “terno novo”, construído através do saber de congadeiros migrantes de congadas mineiras, ou da velha Congada de São Benedito. Ao criarem um grupo ritual novo sobre memórias fragmentadas de outros, anteriores, abandonados ou desaparecidos, os dirigentes do terno procuram recriar o seu próprio repertório: 1º) aproveitando fragmentos já conhecidos e importados de grupos anteriores; 2º) procurando aprender novas modas e, se possível, o drama da embaixada guerreira; 3º) permitindo a inclusão de modos eruditos de representação, impostos pelo agente externo que os ajuda.

Entre uma congada que preserva inteira a sua identidade e o seu repertório, e uma que reaparece e busca reaprender a reconquistar o seu repertório e a sua antiga identidade, o que ocorrer é que a “Congada Tradicional” se vê na iminência de perder a sua autonomia, sob o comando de “brancos da cidade”, e também a sua ancestral memória. Recordo que pessoas “brancas e eruditas de Itapira procuraram intervir diretamente na Congada Tradicional, adicionando fragmentos dramáticos – inclusive com a introdução de uma alva “Princesa Isabel”, o que ameaçava transformar em um espetáculo profano o que os congos consideravam ainda ser um ritual devoto.

Na prática os congos da “Tradicional” contornaram os momentos mais complicados do saber ritual do grupo. Entre 1976 e 1978 lograram apresentar apenas uma vez fragmentos da sua “embaixada”.

Retomo agora com um depoimento mais longo algumas questões referentes aos estatutos da memória e do saber. De modo muito diverso das pessoas em Itapira convertidas a alguma variante das religiões evangélicas, sobretudo de vocação pentecostal, que mesmo quando semialfabetizado esforçam-se por serem leitores frequentes das “escrituras sagradas” contidas na Bíblia, os adeptos do catolicismo tradicional raramente a frequentam. Em uma outra direção, alguns mestres de Folia de Santos Reis assim como alguns capitães de Ternos de Congos. Volta e meia recordam antigos e sábios livros de

uma ancestral tradição católica. Ou, então, registros por escrito de saberes, de preceitos, de normas de conduta, de segredos de desempenho ritual. De um “estatuto”, enfim.

Assim, integrantes do comando da “Congada Tradicional” justificam a evasão do saber com a perda do seu “estatuto”. Nele estaria posta por escrito toda a memória ancestral do grupo. Seria ele o “livro” onde foram registrados todos os segredos da congada. Um misterioso livro que até mesmo o “capitão” nunca viu e que, levado um dia embora, levou com ele uma fração da identidade, da memória e do saber-ritual do grupo remanescente. Fala o capitão da “Congada Tradicional”.

Eu tenho um livro... eu não tenho um livro. Eu tenho um papel escrito que quando o meu mestre Nabor morreu, meu mestre foi quem deixou para mim. Esse papel que eu falo. Eu posso fazer uma coisa, eu posso ir na casa do Nabor, da filha dele, do filho dele e pedir o livro que ele tem o livro lá. Não ele, a filha dele tem o livro tudo escrito.

O senhor venha que no ano que vem, eu vou pedir pra filha desse senhor Nabor que foi meu mestre no congo. Que ela é crente, ela passou crente (converteu-se a uma religião evangélica). Ela tem o livro. Ela passou crente, mas ela ainda tem o livro. Eu vou pegar esse livro, que o livro tem o fundamento que sabe mais do que eu sobre essa congada nossa.

Essa congada tem um fundamento. O meu mestre contava que na Itália teve uma doença muito violenta. Então teve uma rainha que fez uma promessa pra São Benedito que se ele livrasse dessa doença ela vestia doze conguinhos negros, pretos e doze brancos. E no livro vai ter tudo isso. Mas eu não sei o nome dele. Porque tem a viúva dele, do Nabor Honório. Tem a viúva dele e ela mora aí. Agora, o estatuto ficou com o filho dele e levou ele pra São Paulo.

Escrito não tem nada, só na cabeça. Agora, eu posso. Outro dia eu fiquei com dona Amélia de seis horas até de noite transmitindo o que sabia das embaixadas.

Eu tenho vontade de escrever uns 15, 20 livros e deixar. Porque eu não estou mais criança, eu tô com 47 anos. Depois de o Nabor nasceu eu.

Depois de mim não nasceu mais ninguém pra aprender como eu, que esse já é um pedaço pra deixar depois que eu morrer. Pra deixar direitinho. Então não é Nabor Honório mais, já é José Aparecido Policarpo. Porque o Nabor Honório me deixou.

Desde molequinho eu aprendi assim, chegando. Primeiro eu dancei fidalgo dianteiro, dancei de muluquimbo, periquito; tem todas essas partes. Depois passei a dançar de fidalgo. Às vezes ele ficava doente e falava: “Ô Ziquinha, ô Ziquinha, hoje você vai no meu lugar”. Eu dizia: “Mas Sêo Nabor...” Ele falava: “Não, você vai sim, vai no meu lugar”. Ele dizia pra meu pai: “Olha aí Gonçalo, você tão velho e não sabe dançar até hoje. Eu aprendi com o defunto meu avô. Depois que eu aprendi com o defunto meu avô, ninguém mais. Agora o Ziquinha”.

Pois então é, tudo o que tem dessa congada tá no livro, o estatuto nosso. Mas o livro foi com o filho dele pra São Paulo. Então foi que o que eu sei eu aprendi de cor, bem de cor.

Um misterioso livro que vale como um “estatuto” onde tudo o que importa estaria escrito. Um livro que a morte do “Velho Nabor” permanece envolvido em mistério. Imagina-se que ele exista ainda, preservado. E estaria seja em Itapira, na casa de uma filha que “passou crente”, seja em São Paulo, levado por um filho.

Entre outros, um fato é intrigante. Não seria difícil recuperar textos onde a antiga embaixada está escrita, se não tão completa como foi nos tempos de Nabor, pelo menos muito mais inteira do que os congos conseguiram dizer para quem estava perto, no largo de São Benedito. Existe mesmo um livro que circula pela cidade com dados e fatos fundamentais sobre a “Congada Tradicional”. E eu mesmo tive em minhas mãos dois documentos datilografados com o texto supostamente completo das “embaixadas”. Eles foram elaborados e disponibilizado pela estudiosa de culturas populares da região, Odette Coppos. (1971).

No entanto, em mais de uma entrevista, pude perceber que os integrantes da “Tradicional” não sabem da existência de tais registros. Ou então, não querem saber deles. Eles imaginam e reportam seguidas vezes a suposta existência do seu “livro”. Um misterioso antigo e venerado “estatuto” que supostamente existindo ali mesmo em Itapira, ou em São Paulo, parece haver-se tornado, ele próprio, um objeto envolvido no mistério.

Os segredos dos saberes que fariam a “Congada Tradicional” retornar aos seus primeiros e gloriosos tempos parecem estar todos contidos no “livro do Velho Nabor”. Um “estatuto” que se supõe não tenha sido escrito por ele, que provavelmente seria analfabeto, ou semialfabetizado, como com frequência é dito a respeito dos “velhos congadeiros de outros tempos”.

Um livro-fundamento, mas tão estranhamente inacessível, quanto senhor de conteúdos tidos como tão essenciais quanto ignorados. “Tudo está lá”. E quanto menos se conhece deste “tudo”, tanto mais se atribui a ele o prodigioso poder de recuperar toda a memória de saberes perdidos. Não se sabe e apenas se supõe o que seria o conteúdo de suas páginas. Um “estatuto”, um “fundamento” (outra palavra usada com frequência), onde a memória hoje perdida poderia ser inteiramente recuperada, entre os preceitos de conduta ritual até os segredos da perda e recupera aos fragmentos “embaixada”.

Não lograr o acesso a ele e tampouco buscar em outros escritos correntes em Itapira algo da “Congada Tradicional” que já não mais existente como memória-viva, talvez seja uma íntima e proveitosa estratégia dos seus dirigentes.

Congos e moçambiques na beira do mar

Dos grandes dias resta a memória. Mas já houve tempos mais difíceis, quando os padres não gostavam de congos e moçambiques e até existir exigia luta. Em Ubatuba, na beira do mar, o Capitão Antônio, narra histórias e estórias de congos e de moçambiques. Grupos rituais de festejos católicos em que ele “foi de tudo”. E, narrando, depõe sobre como aprendeu o que soube para ser quem ele foi.

...Foi um homem de Cunha, ele era mestre em Cunha. Ele desceu pra trabalhar com nós, que nós tinha um serviço de corte de madeira lá no sertão onde que nós morava, lá no sertão do Cunha.

Então ele desceu pra trabalhar. Nós ia lá e aprendia lá em Cunha, Dança de Moçambique. Aí ele desceu pra cá e começou a ensinar nós, nesses ensaios que nós fazia sábado. Aí começaram: ele era mestre e meu irmão mais velho era contramestre. Aí eles foram aprendendo. E botava nós pra dançar. Aí começamos a pegar o treino: canto de cantoria, batido de pé, batido de bastão, tudo isso. Aí nós fomos aprendendo a dança com ele.

Aí passou pra meu irmão Benedito. Depois passou Benedito a dançar de mestre, e o Basílio saiu. Ele já tava pra mais de cansado e saiu. Passei de contramestre com o meu irmão. Quer dizer que ele dançava também. Mas ele dançava de mestre; depois eu dançava de mestre e ele descansava.

Aí comecei. Todo esse pessoal começou a se disciplinar com ele; com essa disciplina que ele fazia: lei de terno, lei de bastão, cantoria. Tudo o pessoal foram aprendendo. Aí fiquei eu de mestre. Agora, os discípulos nenhum quer ficar de mestre. Eles não sabem muitas vezes estudar um verso. Eles têm medo de vexame no fazer aquele verso de cantoria. Que a gente tem de fazer o verso quando chega numa casa. Numa dança lá, em qualquer lugar que nós for dançar tem que fazer uma quadra salvando: a justiça da cidade, a matriz.

Eles não querem, eles têm medo de errar aquele verso, e o som sair fora. Muitos não querem dançar de mestre por causa...

Então eu queria treinar os mais moços, pra ver se aprendia versos que uns começava a cantar. Então começaram a cantar saldando o povo, a justiça da cidade, a igreja da matriz. É isso a gente tem que praticar.

Agora então esse pessoal mais moço tem medo de fazer aqueles versos, do vexame de fazer aquilo. Que a dança de São Benedito, você tem que fazer os versos saldando. Tem que saldar o povo, se é uma casa particular, tem que saldar o dono da casa, os familiares. Mas eles, esse pessoal mais moço eles têm medo de fazer isso aí que as vezes eles não têm cabeça de fazer um verso.

Aí fica abandonado que ninguém quer ser mestre. Eu tô com 24 dançador e nenhum quer ser mestre... Dançador meu já tava treinado; agora, dançador novo que a gente pega pra dançar, eles custa pra disciplinar, pra pegar o batido do bastão. Daí eles vão cantar e erra. Eles erra e erra passagem, erra e traçados porque tem muitas passagens pra fazer. Então eles erra também. É nisso aí que o pessoal às vez não faz certo.

Porque Pra cantar de mestre? Ah, isso aí depende de cabeça. Porque eu logo aprendi a cantar de mestre. Foi um ano, um ‘ano e pouco eu aprendi a dançar de mestre. O mestre não pode errar, porque se o mestre errar os discípulos atrapalha tudo. O mestre tem que ser ali em cima do perigo. Tem que ter cantoria, tem que ter batido do bastão, ele tem que ter manejo do pé. Ele tem que saber fazer as passagens. São quatro coisas. Agora, nisso aí é que a pessoa se esburaca. Ele vai cantar erra a batida do bastão; ele vai passar ele erra no bastão; se ele acerta a passagem ele era a cantoria. Em tudo isso tem muita atrapalhação.

O moçambique é religião. É duas partes de religião. Não é duas partes de religião, é uma parte só, mas os dançadores são duas partes. Religião é uma só. Agora, a dança não é uma só, que a dança do moçambique tem os bastão e a dança do congado tem só os instrumentos, só de tudo que é instrumento. Mas eles não têm passagem, não têm bastão, mas uma espada.

Isso aí tem que dar muito treino. Tem muita gente que eles dança, mas pra cantar eles erra. Se for cantar e dançar eles erra. Irra batido de bastão e o traçado do pé. A pessoa saber cantar, saber bater o bastão e o batido do pé; vai escutar o batido erra a cantoria, vai escutar a cantoria erra o batido de bastão.

Se por um sutil exercício do imaginário transportarmos a fala do Capitão Antônio para os termos de uma linguagem algo mais erudita e acadêmica, não estaremos muito distantes de uma convincente teoria pedagógica. Ou, pelo menos de um intervalo entre as memórias de quem aprende e a didática de quem ensina.

Se o homem que fala fosse em carpinteiro afamado em sua cidade e se volta e meia ele se dedicasse a ensinar, a educar meninos e jovens no seu ofício, a sua fala não seria muito diferente. Seria diversa apenas no fato de que para o exercício ritual do moçambique trabalha-se sempre com e sobre um coletivo de pessoas com posições e atuações diferenciadas. Enquanto supõe-se que no ensino popular de ações práticas do “saber fazer” quase sempre a relação é duas, um mestre e ou aprendiz. Ou é, no limite, a de um mestre do ofício e um pequenino grupo de aprendizes.

Complexos rituais como o congo e o moçambique envolvem memórias e saberes que atravessam práticas do fazer (como se dança, como se canta, como se marcha nas ruas, etc.), éticas do agir (quem, em que situações, deve proceder de que maneiras, como ator de condutas ao mesmo tempo artísticas e devocionais); e, finalmente, o que chamo de lógicas do pensar. Os “fundamentos”, as razões religiosas e de memória de um nós-negro, e suas origens não raros referentes a uma distante África, mais conhecida através de mitos do que por meio de histórias.

Há uma memória de fatos e feitos a preservar. E todo mestre ou capitão que se prese saberá discorrer sobre mitos, narrativas étnicas ou religiosas do catolicismo popular, além das histórias acreditadas de origem ancestral do moçambique, ao lado da história mais rica de detalhes “do nosso terno”.

Há um lento aprendizado, que levou o menino que chegou a ser o Capitão Antônio, de “conguinho” a “mestre”. Não menos do que em um curso de artes

dramáticas ou de música de nossas universidades, no interior de padrões e preceitos de uma periferia de cidade litorânea, ou em uma pequena comunidade camponesa, não estão menos presentes diferentes categorias de pessoas, de acordo com o reconhecimento coletivo de seus saberes e fazeres. Estão presentes currículos de ensinar-e-aprender. Estão presentes as escalas de posições hierárquicas derivadas da avaliação coletiva dos resultados do aprendizado e da capacidade de desempenho de cada quem.

Uma preciosa passagem do depoimento do Capitão Antônio merece ser repetida aqui.

Aí ele desceu pra cá e começou a ensinar nós, nesses ensaios que nós fazia sábado. Aí começaram: ele era mestre e meu irmão mais velho era contramestre. Aí eles foram aprendendo. E botava nós pra dançar. Aí começamos a pegar o treino: canto de cantoria, batido de pé, batido de bastão, tudo isso. Aí nós fomos aprendendo a dança com ele.

Entre um mestre que ensina, uma regularidade de tempo e lugar em que se ensina-e-aprende, o esforço entre estudos e “treinos” para aprender não apenas a saber, mas a praticar o que se aprendeu e agora se sabe, a variedade dos aprendizados, eu reconheceria nesta descrição momentos de meus próprios aprendizados na universidade.

Antônio Teles ***mestre da Função de São Gonçalo***

Tal como o ritual devoto das “Folias” ao Divino Espírito Santo, aos “Três Reis do Oriente”, a São José, a Santa Luzia e a outros iguais seres sagrados ou santificados de devoção popular, também a Dança, Folga ou Função de São Gonçalo pode ser encontrada nas mais diferentes regiões do Brasil, entre o Sul e a Amazônia.

Em Portugal, este santo que foi bispo, nascido e venerado na cidade de Amarante, merece festejos anuais. Alguns estudos rasteiam estranhos e inesperados símbolos de uma sexualidade simbolicamente exagerada para um pacato “senhor da Igreja Católica”. É que tanto em Portugal quanto no Brasil São Gonçalo é tido como um santo protetor e casamenteiro das mulheres. Especialmente das “velhas”. O que esta quadra popular lembra, mas ao contrário.

São Gonçalo, São Gonçalo
Casamenteiro das moças,
Porque que não casa as velhas?
Que mal lhe fizeram elas?

Ao chegar ao Brasil, supõe-se que com os primeiros navegantes portugueses, São Gonçalo mudou de feição e, em parte, de ofício. Ganhou na estampa uma capa, uma calça mais profana do que sagrada, um par de botas e uma viola. E se tornou, também, um padroeiro dos violeiros.

Sua “Dança” pode, com grandes variações entre as regiões do País, ser encontrada desde o Sul até a Amazônia. É muito popular sobretudo em meio rural do Nordeste, e dançada por grupos de mulheres em geral vestidas de branco. É igualmente frequente em regiões do interior de São Paulo, onde eu a pesquisei, e dançada, quase como uma “catira sagrada” por grupos de homens, com a presença adicional e secundária de algumas mulheres.

Tenho estudos sobre a Dança de São Gonçalo e na bibliografia as relaciono, e convido quem deseje conhece-la mais a fundo a busca-las ali.

Em amplas regiões do Brasil, do Norte de Minas Gerais em direção ao Nordeste, a Dança de São Gonçalo é um ritual de toques-cantos e movimentos coreográficos realizados “diante do altar do santo”. Sendo a coreografia da dança, entremeada de movimento com arcos de flores de papel colorida uma atribuição de grupos de mulheres, seus guias são em geral homens, que usualmente à frente da equipe dançante comando a ordem dos movimentos.

Na região paulista de minhas pesquisas a Dança de São Gonçalo é completamente diferente. Em primeiro lugar por não durar apenas algo entre uma e um par de horas, mas com frequência toda uma noite, dividida entre “as seis voltas da dança”. Em segundo lugar por ser eminentemente masculina. Ela é comandada por um par de tocadores de viola e de violão. E

o par cantante é dirigido por um “Mestre da Função”. Tal como na tradicional e profana “Dança de Catira”, duas filas lado a lado de homens evoluem diante de um altar com a imagem de São Gonçalo e, eventualmente, outros santos de devoção popular. E a dança é marcada por passos de um sapateado e de um palmeado ritmados e vigorosos.

Mulheres podem participar. E uma “segunda volta da dança” é tradicionalmente chamada “volta das mulheres”, que se incorporam às filas de homens dançantes e evoluem como eles, nos intervalos em se calam os violeiros-cantadores, e apenas tocam os seus instrumentos marcando ritmo do “sapateado e palmeado. Mulheres tradicionalmente entram na dança, mas não “sapateiam e nem palmeiam.

No mundo camponês tradicional a Dança de São Gonçalo é considerada como um ritual devoto regido por severos preceitos em todos os seus momentos. Qualquer momento de comportamento algo indevido é de imediato controlado pelo “mestre da dança”. Assim, tal pessoa assume ao mesmo tempo três tarefas de comando: a conduta devocional da Função de São Gonçalo ao longo de toda a sua demorada duração; a condução artístico-ritual de todos os momentos da Dança; o comando das ações da equipe de “dançantes”, o que com frequência é enunciado através do próprio canto do “mestre” secundado pelo “contramestre”(que nem sempre recebe esta designação.

Em algumas funções que presenciei outros membros costumamos da “turma” complementam cantos enunciados pela dupla sempre presente em todos os momentos da dança.

O que caracteriza um “grande mestre”, ou um “mestre dos mestres”, além de sua capacidade inquestionável de comandar sua equipe-ritual e conduzir todo o longo acontecer de cada “função” da Dança de São Gonçalo, é a sua capacidade de cantar não apenas o “repertório” tradicional da dança em uma localidade, mas de saber improvisar, criando versos e quadras que inclusive comentem o que acontece em um momento. Mais de uma vez Mestre Antônio Telles, de Batatuba, em Joanópolis, improvisou quadras comentando a presença de um “professor” gravando e fotografando a “sua dança”.

Assim, como na Folia de Santos Reis, nas congadas em louvor de Nossa Senhora do Rosário e em uma ampla e diversa pluralidade de rituais coletivos e tradicionais do catolicismo popular, o acontecer do que se celebra em toques, cantos, danças ou marchas, implica a presença de um coletivo bastante treinado para a vivência dos momentos do ritual. O que implica momentos de aprendizagem ao longo de uma vida, assim como de treinos ao longo de um ano. E implica complexos processos de aquisição de saberes e de “segredos” que fazem de um aprendiz como um dia foi Mestre Antônio Telles, até a chegada a ser, depois de longos anos, um “mestre dos mestres”.

E é ele quem em uma longa entrevista de que recortei os momentos que importam à sequência de nossos estudos, revela quem é, o que aprendeu e

quem chegou a ser agora, entre as pessoas da Dança, Folga ou Função de São Gonçalo. Nossa longa conversa aconteceu em Batatuba, no dia 5 de abril de 1980.

De modo diverso a como procedi em outros estudos semelhantes a este, em que a busca de algo concentrou-se em uma pequenina *paidéia* tradicional e popular, deixo aqui que apenas nos fale um dos mestres de rituais do catolicismo camponês mais ao mesmo tempo sábios e humildes que conheci. Embora considerado pelos seus seguidores e discípulos como o “mestre dos mestres”, a sua maneira amorosamente peculiar de lidar com as mais diferentes pessoas, desde as da família até as eu de longe vinham a Batatuba pedir a ele uma “Dança de São Gonçalo para pagar uma promessa” foi o que nele mais me impressionou.

Em sua longa conversa comigo, Antônio Telles não se limitou a etnograficamente narrar para quem acabara de durante toda uma noite documentar ao vivo uma Dança (ou Função, ou Folga) de São Gonçalo. No entremeio da narrativa ele desceu a detalhes sobre os “segredos dos saberes” do ritual. E o uso frequente de palavras como “mestre”, “discípulo”, “ensinar”, “aprender”, etc. deixa claramente ver como também em uma dança votiva aparentemente simples existe subjacente uma complexidade cerimonial verdadeiramente espantosa.

Assim, uma vez mais, defendo que praticamente tudo o que no mundo acadêmico acontece ao redor da díade pedagógica: ensinar-aprender, assim como a própria gradação de postos em uma carreira erudita, a seu modo e sem seu ritmo está por igual presente em um ritual popular. Em uma celebração sobre chão de terra-batida, que obriga os seus artistas-devotos a uma progressiva aprendizagem. A uma carreira do aprender-a-saber que entremeia “a doutrina”, “os cantos”, “os toques”, “os passos” e, enfim, a interação de tudo aquilo em uma coreografia que, com sabedoria e beleza, entretece ao longo de uma noite a arte e a devoção

Ser um mestre

Agora, eu, da dança de S. Gonçalo, eu gosto muito. Mas eu tenho como religião e devoção a S. Gonçalo. Desde pequeno eu gostava, e meu pai gostava muito também. Então ele ia em festa e me convidava, e eu ia. E como eu gostava! Aprendi com ele e depois continuei. Ele faleceu e então eu fiquei no lugar dele como mestre dos mestres. E depois ele parou um pouco, mais ou menos uns 6 meses antes dele morrer. Ele me chamou e perguntou: você quer ficar? Então fica você mestre dos mestres.

Agora, mestre dos mestres é o que toma conta da turma, do batalhão. Ele normalmente sabe mais. Por exemplo, se uma pessoa aprende comigo, aquele lá é discípulo meu; se ele aprende com outro, é discípulo do outro. Agora mestre dos mestres é o que toma conta da

turma. Ele é o encarregado de tudo. Quando meu pai me ensinou, eu era discípulo dele, agora eu tenho muitos e muitos que é meu discípulo, e até vira mestre.

E na turma, a gente vê o que tem mais dom e sabe mais lidar com os companheiros. Porque não é porque sou mestre que eu vou ser rígido com os companheiros, não! Então, nas festas às vezes eu vejo que os companheiros estão cansados. Primeiro eu entro, para depois chamar eles, né? Pra eles vir também.

O companheiro tem que ser bom. Eu aprendi a dançar com meu pai. Quando eu tinha 8 anos de idade eu já dei uma volta dançando, como a gente fala por aqui. Eu de mestre, cantando e outro ajudando. Mas eu sempre ajudava meu pai. Mas depois ele ficou meio doente e já tava cansado devido a doença dele, porque ele morreu moço, morreu com 52 anos.

Eu aprendi porque vem da roça, né? E depois eu dançava com meu irmão. Mas como ele pegou um serviço de viajante numa festa ele ia, na outra ele não podia ir. Então pra não dar exemplo pros outros companheiros.

E outra, o mestre do gela é o que canta de gela, agora o mestre que canta de gela é mestre dos outros mestres, no caso meu. Ele é mestre da dança e dança de viola. Agora eu danço, sou compositor dos versos, de música e de toque de viola, e sou mestre dos mestres. Quer dizer que todos os mestres da minha turma ou batalhão, como queira, eles obedece a mim.

Eu sou mestre porque cada batalhão tem um mestre de todos. Por exemplo, eu tenho 26 a 30 companheiros. Tenho companheiros que canta de viola faz a volta com outra pessoa. E tem os que tira, e tem os palmeiros. Então eu sou mestre de todos. Quando aparece um pra marcar festa, então eles vem aqui em casa, e quem marca sou eu. Eu sou quem aviso todos os companheiros, eu que controlo tudo. Por exemplo, no congo tem o capitão, agora em S. Gonçalo é mestre o chefe da turma.

Agora, os companheiros têm disciplina. Se um dia de muita chuva, só por força maior que pode deixar de ir na “reza” (na Dança de São Gonçalo). Porque se eu faço uma promessa e os companheiros não vão, eu não posso fazer sozinho. Quando ele entra na turma ele assume o compromisso. Só por força maior, pra ele não comparecer nas festas.

Agora, eu tenho o meu batalhão, porque aqui tem diversos; mas cada um tem o seu. Agora, a festa é eu quem marco. Em 77 eu dancei 46 festas. Agora que a idade está mais, eu marco no máximo 3 festas por mês. Muitas vezes entra outro na turma que viu falar, que sabe rezar, que sabe bater o pé, tocar viola, cantar o “tipe”; então entra no batalhão.

Agora a gente não nasce sabendo, mas nasce com dom, porque quem não tem dom pra aprender a viola, não aprende; não tem jeito. Os filhos do meu irmão, ele é violeiro e os filhos dele não sabe nem pegar na viola. Já meu filho tá aprendendo; ele gosta.

Agora, neste tempo, tem alguns meninos aprendendo, muito pouco, na minha turma tem uns quatro meninos que estão aprendendo. Esses é que vão continuar, esses quatro meninos. Dois já toca bem viola, mas não canta ainda. Por exemplo, o meu menino, no pé e nas palmas ele foi bom até nas festas que ele ia, que ele tinha uns oito anos. O povo ficava só olhando ele, ele era pequeno e fazia certo. Mas pra dançar de viola, ele está aprendendo tocar viola. Mas a voz dele eu acho que não dá certo, não ajuda. Eu não tô nem ensinando pra ele cantar, porque a gente não pode esforçar, né? Porque o que não vem de dentro, a gente não coloca. Se o dom é pra isso; dele é que vem. Agora a gente ensina ele tocar violão.

Agora, os versos, se ele quiser cantar até posso tirar num papel pra ele decorar, pra cantar. Mas acho que ele não tem vocação pra cantar. Porque tem que ter dom, vocação pra cantar. Porque tem que ter dom, vocação, voz. Porque eu desde molequinho eu já tinha voz, já ia cantando. Porque o que não tem vocação não aprende mesmo.

Por exemplo, o senhor, se não tivesse essa vocação que o senhor tem dessa pesquisa, o senhor procurava outra, né? Porque a gente tem que fazer um serviço que a gente goste dele; porque a gente faz e gosta do que está fazendo. Porque fazer o serviço que a gente não gosta, prejudica a gente mesmo. Que a gente seja pago pra fazer; mas não é bom, eu não gosto de fazer isso. O que a gente faz tem que gostar de fazer e tudo ajuda. Mas se não tem dom...

Eu tenho um pouco da ciência da bíblia, e eu escrevi os versos, depois decorei todos e cantei. Eu fui fazendo e escrevendo mais ou menos 50 versos pra cantar, quando eu vi que estava mais ou menos. Porque o caipira não fazer as coisas certas no português, tá certo. Mas aí eu decorei e cantei. E foi surpresa que metade das pessoas que tava assistindo o Cururu choraram durante aquela volta.

Agora eu não cantei mais porque precisa de um pouquinho de tempo, mais ou menos umas duas horas. E no meio dos versos da ressurreição eu colocava alguns dos versos de S. Gonçalo, apesar de estar fora da linha que ia seguindo, porque era festa de S. Gonçalo e não podia deixar de falar em S. Gonçalo. E os versos eu faço de improviso, porque eu tenho facilidade pra fazer versos pra São. Gonçalo.

Agora, na turma de S. Gonçalo não gira dinheiro. As pessoas entram de espontânea vontade, e a gente explica pra eles: faça assim... faça assim... Quando eles querem aprender, a gente pode ir na casa deles cantar com eles. O que pede, eu vou na casa dele, canto com eles, porque tem muito deles que canta pra S. Gonçalo. Ele não tem

facilidade de fazer os versos. Então ele aprende de outro; os versos que ele canta não é dele. Por exemplo, se tem um que quer cantar, sabe dançar, mas não tem facilidade pra fazer os versos, pode vir aqui. Eu faço, eu conto quantos canta no altar, e escrevo tudo e entrego pra ele e falo: “decora e canta que dá a volta certa”. Eles decora e canta, e dá certinho a volta.

Agora eu faço de improviso na dança de S. Gonçalo. Se o senhor me perguntar um verso agora pra mim, é capaz de eu não responder; mas se eu chegar no altar e cantar, eu tô cantando um e vem descendo outro já pra mim cantar. Eu tenho tanta facilidade que um dia eu peguei a cantar pra um conhecido meu, que até dançava comigo S. Gonçalo, e era dono de outra turma. Ele falou que não tinha muita facilidade de fazer verso e eu falei: “eu tenho”.

E aí eu fiquei quatro horas cantando pra ele, com oito pé e não repeti um. Oito pé é isso aqui ó: tem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Geralmente, os dançadores de São Gonçalo, a gente canta com esse aqui, só: 1, 2, 3, 4. Por exemplo: “S. Gonçalo é violeiro/ protege os forgazão/não tinha onde guardar/ pus a viola no chão”. Terminou o verso. Agora, eu geralmente, eu canto com oito pé. Uma que o senhor Gravou, eu cantei com “trovadinha” ela. Que é trovado, e trovado o senhor canta o 1º e o 2º e 3º, o senhor trava no meio o 4º, trava com o 1º, depois mais dois no meio e o último trava com o 4º e com o 1º, por isso que é trovado e travado e tem muitos...

Quando canta de improviso, tem que saber como que vai travar. Por exemplo, na dança de S. Gonçalo, é sempre com palavras religiosas, né? A gente não pode por versos no meio que não tem pelo menos 40 por cento de palavras religiosas. Se não fica sem religião, como é o catira. Agora, nas danças de São Gonçalo algumas vezes eu faço o “Catira de S. Gonçalo”, que é a mesma dança de S. Gonçalo, mas só que é diferente o modo de dançar “Catira de S. Gonçalo”. É da mesma dança do S. Gonçalo, só que o jeito de bater o pé, bater a mão e cantar é diferente. É uma dança antiga de S. Gonçalo; é religiosa também. A gente faz na frente do altar com beijamento e tudo; os versos é religioso. É Catira de S. Gonçalo, porque o jeito de bater o pé e a mão é diferente um pouco.

Isso eu inventei. Fiz uma vez, o povo gostou. Acharam bonito, e é da mesma religião de S. Gonçalo; da mesma dança. Em algum lugar que eu vou, eu faço. Eu não faço sempre, porque eu tenho muitos companheiros, né? Então pra mim dançar duas, três volta; e eu deixo o outro companheiro meu que sabe dançar também. Sem dançar eu não acho justo isso, porque não é por eu ser mestre que vai só eu cantar, só eu dançar. Porque só o mestre não é nada.

O mestre sozinho, ele não é ninguém, ele não faz nada, porque ele depende dos companheiros, dos ajudantes dele, dos tipeiros, dos

palmeiros, dos batedor de pé, dos capelão, né? Depende de tudo, porque é uma festa; é uma dança que ocupa bastante de gente pra fazer o compromisso e fazer a dança.

Como é que chega um mestre no altar sozinho? Ele não faz nada. É como em alguns versos que eu canto: “Se não fosse meus companheiros, eu não sou ninguém!” Eu sozinho não sou nada na festa. Porque não pode fazer. Tem que ter os companheiros; no mínimo oito companheiros tem que ter. é coisa que não tem outro jeito de fazer. Porque as mulheres fazem as promessas. Sendo oito companheiros dá quatro pares e as mulheres vão pagar as promessas. Algum moleque que quer aprender entra também; algum outro que está na festa, gosta da dança, embora novo, bate o pé e mão certa no ritmo, ele entra também; então dá. Mas tem que ter no mínimo oito pra segurar a palma-e-pé, né? Pra não bater errado, porque o errado aparece muito. Pelo menos perto do violeiro tem que ter uns três pares que batam certos e os que estão atrás, querendo aprender, eles podem pensar no ritmo e sai mais ou menos certo. Porque pode ter vinte pares dançando, e se um pé lá atrás sair fora, eu estou cá na frente cantando, a gente escuta que está errado. Porque o errado aparece mais que o certo. Quando é minha turma é só eu olhar para ele. Ele já viu que bateu errado, porque sem falha não existe; não existe nada perfeito, sempre existe falha. Máquina, que é máquina, falha, né? O humano falha também; mas é uma falha que às vezes a gente vai dançando e por um motivo ou outro ele dá uma batidinha meio fora. Mas sem falha não existe.

Agora, se for para gravar um disco, ele não pode ter falha. Mas tudo que ocupa bastante gente, tem falha. Mesmo eu que danço a 43 anos - comecei com oito e estou com 52 - tem o dia que a gente erra um pouco. Porque isso é impossível. É igual motorista, é questão de segundo. O senhor ta cantando, questão de segundo que o pensamento dele desvia um pouco, ele dá falha ali. O motorista, numa questão de segundo ele faz a barraca, né? Mesma coisa é a gente. Por exemplo, a gente tá dançando, tá cantando e acontece qualquer uma coisa do lado, e extravai um pouquinho nossa atenção. Nem que a gente não queria olhar, mas a atenção vai lá e volta. É rápida, mas dá falha. E como o gravador e o disco não perdoa, então... Se a gente quer ver o erro depois de gravado.

Tem uns que quando está aprendendo, erra muito. Agora, alguns não. Que na casa eles levam o companheiro dele que vão cantar, e treinam aquela quantia de versos certinhos. Fica igualzinho uma moda de viola, e eles treinam bem. Agora, muitas vezes eles não dança primeiro no bairro onde eles moram; eles pegam uma festa longe, onde não tem muitos conhecidos, que os conhecidos sejam só os companheiros, né? Lá eles cantam, assim, se eles errar, eles erraram longe, e se eles

acertar, eles acertaram longe, então eles continuam. Mas geralmente, os que cantam a primeira vez, eles continuam, eles não param mais.

Gestos, regras, preceitos, mistérios

Porque a dança de S. Gonçalo é pra quem tem devoção com S. Gonçalo. Porque, pra mim, o que eu peço pra S. Gonçalo é não pedir uma coisas absurdas. Por exemplo, essa dança que eu vou fazer dia 12, eu vou pagar. É uma promessa. Geralmente nas danças de S. Gonçalo tem encontro de São Benedito com São Gonçalo; e na minha não vai ter encontro. A minha vai ter só romaria sem encontro. Sai São Gonçalo, S. Benedito e Nossa Senhora no andor que vai ser no pátio da igreja aqui em Batatuba. Corre o percurso na vila e volta; mas as imagens todas juntas.

Porque quando eu fiz o pedido, eu falei que ia ser desse jeito. E já falei com São Gonçalo que era assim que eu ia fazer romaria. E quem adora São Gonçalo, ele protege a gente. Agora, em primeiro lugar Deus, e depois o santo protetor da gente. Porque a gente nunca vai fazer um pedido sem em primeiro lugar lembrar de Deus. Mas, assim a gente pode ter um santo que pode ser advogado, ser o intermediário da gente. E a dança de São Gonçalo, pelo menos aqui no nosso lugar, é muito devota.

Agora eu posso afirmar pro senhor que São Gonçalo castiga a gente. Porque minha mulher foi castigada por S. Gonçalo. A minha mãe, em primeiro lugar, ela devia uma promessa pra São Gonçalo. E ia passando, passando... e quando foi um dia, ela foi deitar, e disse a São. Gonçalo: “minha promessa eu não vou fazer mais”. E deitou. Deitou boa, e quando foi mais ou menos meia noite, ela acordou e estava com as duas pernas enroladas. Ela tentou levantar, mas as pernas não obedecia mais.

E esse São Gonçalo meu foi a herança que ela me deu. E ficava no quarto dela, em frente a cama dela. Ela lembrou daquilo; falou e disse: “aquilo (que eu devia) a São Gonçalo, e foi castigo de que eu falei que não cumpria mais minha promessa, faça eu andar que de um jeito ou de outro eu pago minha promessa”. E aí a perna dela começou esquentar, esquentar... e daí 5 minutos ela levantou, foi na cozinha. E naquele tempo não existia garrafa térmica; era fogão de lenha e ela esquentou o café, tomou e voltou e foi no pé de São Gonçalo, e acendeu a lamparina, porque ela acendia lamparina toda noite pra São. Gonçalo. E eu também sempre acendo a lamparina pra São. Gonçalo quando não tinha vela. E agradeceu a São. Gonçalo e foi deitar. Mas passou uns 10 anos pra ela cumprir a promessa. Mas antes dela falecer ela cumpriu a promessa.

Agora leva muito tempo porque a gente recebe a graça e não pode cumprir a promessa; uns esquece, outros deixa pro ano que vem. E o relógio não perdoa, o tempo não para de correr. Minha mãe levou 30 anos pra pagar a promessa. Agora minha mulher, ela foi assim. Eu fui numa festa e sai daqui de Batatuba numa chuva que não podia mais, e fui na festa e fiquei a noite inteira na festa dançando com chuva. E eu sempre que posso eu levo o São Gonçalo meu nas festas, ele e São Benedito. E sempre levo numa toalha, bem guardadinho, pra não ter perigo de quebrar. E sujou muito a toalha de barro, e minha mulher falou de brincadeira, sem pensar: “sujou muito a toalha de São Gonçalo; se ele mesmo lavasse, ficava bão, né?” Ela foi passar num jirau que tem aí pertinho, com o rio muito cheio, e escorregou em cima do jirau, caiu e a toalha enroscou no jirau e ela enroscou na mesma toalha que ela ia lavar. Foi assim, e ela tava grávida de sete meses e não aconteceu nada. Aí ela lembrou do que tinha dito. Aí chegou em casa e lavou com água quente e sabonete a toalha de S. Gonçalo.

A minha mãe, ela me contava. Ela era italiana e era católica, e muito católica. E ela contava que uma cunhada dela morreu e deixou uma promessa de São Gonçalo pra cumprir. E minha mãe sabia que ela devia essa promessa pra São Gonçalo. Mas não procurava pagar a promessa.

Quando foi um dia, ela deitou na cama e não dormia; parecia que a cama está cheia de espinho. Ela virava pra cá, pra lá e não dormia. E quando foi tarde da noite ela sentiu que abriu a porta da cozinha, e um andar de gente veio vindo perto dela e ela quis levantar, mas não pôde levantar. E ficou na cama assim, olhando pra cima. Ela viu que empurrou a porta do quarto que era fechada por dentro. Empurrou e entrou. E ela reconheceu que era a cunhada dela e o sogro dela. Chegou na beira da cama e disse pra ela: “você paga minha promessa, que eu estou precisando, porque São Gonçalo não perdoa, e eu quero que paga”. E ela conta, no começo ela cantava e chorava. A cunhada dela pegou não mão dela, apertou bem e foi embora. Quando saiu ela levantou, porque ela era uma mulher de coragem. E a porta do quarto estava fechada por dentro; e a porta da cozinha estava fechada também. Quando passou um mês e pouco ela cumpriu a promessa.

Agora na minha festa eu não vou dançar, porque eu sendo o festeiro, é os folgazão quem agradece o festeiro; pede a benção de São Gonçalo pros festeiros. Agora, eu, como dono da festa, acho que não ficava bem eu mesmo cantar pra mim, né? Porque na minha opinião, não fica certo eu mesmo agradecer a eu. Então meus companheiros é quem vai pagar a promessa pra mim.

Gestos, passos, toques, cantos

Agora, dia 26 de abril tem uma aqui em Batatuba, e dia 10 de maio tem outra. E se um dia a gente tiver um tempo, a gente pode até gravar um Cururu, né? Só que precisa no mínimo um long-play, porque no certo o Caruru canta 21 versos no altar, e depois forma uma coroa. Forma uma grande roda de todos que está dançando, homem, mulher e criança, um atrás do outro, então vai cantando e virando, depois entra dois e dança no meio. Depois entra outros dois; depois faz meia coroa de cada lado; depois forma duas filas: uma dança por dentro, outra dança por fora.

Antes de sair no terreiro, tem o “trançadinho”, que nem pai falava. O mestre dele falava, e o mestre do mestre dele falava “Caruru de guerra”. É incluído no mesmo Caruru. Só que antes da gente fazer a coroa a gente faz dança: as duas filas, peito a peito, um com o outro vai e volta. Depois fica trançando um com o outro. O mestre trança com o primeiro, depois passa com o segundo, etc... até chegar no fim. Esse é que trata de Caruru de Guerra. Agora eu ainda faço, só que alguma parte a gente corta, por falta de tempo pra tomar condução, e mesmo por cansaço da noite. A gente corta. O que é de fazer de fazer três vezes a gente faz duas e corta uma.

Agora, a gente pode variar, pode diminuir, porque a Folga de S. Gonçalo não tem tempo pra terminar. Isso aí é uma obrigação: cantou no altar, cantou pra buscar o santo, e o santo dança um pouco; cantou pra entregar, fez a mesura que é a hora dos folgazão beijar a imagem; cantou no terreiro, pode entregar a volta.

Agora, toda volta tem que ter isso. Por exemplo, eu tenho duas violas e todas as duas foi presente. E, como se diz, uma tem um passado muito interessante. A primeira viola minha veio um crente marcar festa comigo e eu fiquei... né?

Eles são crentes. Eles não gostam da Dança de S. Gonçalo, não gosta de imagem. E eu fiquei meio suspense com aquilo. Mas daí ele me contou a história pra mim, e no fim eu fui dançar na casa dele.

Ele me contou que tinha um filho mais ou menos com 22 anos, e eles eram católicos ainda, e fizeram uma promessa pra São Gonçalo. Fazer uma festa pra São Gonçalo. Comprar uma viola, e quando terminasse a festa, desse de presente pro mestre da turma, pra ele levar embora a viola. E vai o moço faleceu e daí uns tempos o pai dele virou crente. E não fazia festa porque a religião dele não permitia mais. Então passou uns tempos. Ele falou pra mim que não sabe se foi um sonho, ou se ele viu mesmo o filho dele que apareceu perto da cama dele. E disse: “olha, meu pai, o senhor é de outra religião, mas eu devo a promessa, e do jeito que eu prometi eu quero que seja feito”.

Por exemplo- uma dança com cinco pares, tá bom. O violeiro mais cinco pares atrás, já dá uma dança bem boa. Agora eu, quando eu vejo que tem uns que tá muito cansado, eu não vou chamar ele pra dar mais uma dança. Então eu deixo ele descansando, e outro entra pra descansar, porque a noite geralmente eu faço seis voltas: primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta volta. E o Caruru é o encerramento da festa. E chama Caruru. Dura tudo quase uma noite inteira!

Então, raramente nos Caruru que eu canto, que os festeiros não choram. E apesar dele ser crente, quando eu cantei os versos do Caruru, tava dando a despedida e nos versos explicava o filho que devia a promessa, e apesar do pai ter outra religião, tava pagando a promessa do filho falecido. Apesar dele ser crente ele chorou. Ele não foi perto da imagem; ficou na beira do rancho e chorou ali, de lembrar do filho que devia a promessa. É uma história, e tenho muitas testemunhas deste fato. E ele pegou e deu a viola, cumprindo a promessa. Ele sendo de outra religião, ele disse que não sabe se foi sonho ou se ele viu mesmo, mas que o filho pediu, pediu e ele não sentia bem.

E tem outra, se a pessoa morre e deixa uma promessa pra São Gonçalo, então ou em sonho, ou de um modo ou de outro, eles pedem mesmo, porque São Gonçalo não perdoa. São. Gonçalo faz o milagre, mas quer que paga. Por exemplo, se uma pessoa morreu e pediu pra um parente, pai, mãe, irmão, etc. fazer a festa que ele deve, se vem aqui e eu marco daqui um ano a festa e você paga a promessa, nunca mais aparecem em sonho; nem de jeito nenhum. Mas você tem que marcar. Marcando, acaba tudo, sonho, visão... Se não marcar, continua.

Esse aqui tem 36 versos, mas ainda falta um pouco. Aqui eu conto a história da vida, paixão, morte e ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. O total é cinquenta versos de oito pés. Só que não é travado, é só trovado. Mas eu explico do nascimento, da prisão. Por exemplo, esse aqui é um pedacinho só; é do letreiro que tem na cruz de Cristo:

*“INRJ
na cruz Pilatos escreveu
que Jesus de Nazaré
que é o Rei dos Judeus,
pra salvar todo o povo,
sua própria vida deu.
Jesus Cristo verdadeiro
dono do coração mestre.*

*Pilatos condenou Jesus
 Mas ele lavou as mãos
 No sangue do inocente
 Pilatos pediu perdão
 E disse para seu povo
 Esse é o rei dos Cristãos
 Jesus Cristo padeceu
 Para a nossa Salvação”.*

E assim vai contando toda a história. Por exemplo, a lança no peito de Cristo, disse que foi um cego que bateu, né?

*“Um cego bateu a lança
 Num filho de Nossa Senhora
 Caiu sangue em seus olhos
 Viu a luz do dia na hora
 Enjoelhou e pediu perdão
 Pra Jesus que nos adora
 Caruru já ta no fim
 E logo nós vamos embora*

*Porque aqui já tá no fim. Ainda tem outro pedaço, e a história que foi gravada.
 eu vou escrever toda pro senhor. Aqui pra gente faltou um verso no meio, foge da continuidade, né?*

*“Nesta hora
 Os judeus ficaram muito nervoso
 Disse pra Santa Maria
 Essa mulher serve de estorvo
 E Jesus respondeu
 Eu que vou salvar o povo
 Vou morrer na cruz pregado
 Vou ressuscitar de novo*

*Segunda, terça, quarta e quinta
 Sexta-feira da paixão
 No sábado da aleluia
 Domingo da ressurreição
 Ressuscitou Jesus Cristo
 Pra nos dar a salvação
 Pra todos nossos pecados
 Ele quem dá o perdão”.*

Esse aqui é quando ele foi no Monte das Oliveiras:

*“Lá no monte das oliveiras
Jesus e seus companheiros,
Judas saiu escondido
Do seu mestre verdadeiro
E vendeu seu santo mestre
Já foi por trinta dinheiro
Passaram as duas horas
O nosso pai já prenderam”*

Isso aqui eu fui lendo o Evangelho e escrevendo. Vai transformando em versos. Até anúncio de Maria tem, desde quando o anjo Gabriel anunciou a Maria. Começa assim, e vai até o fim, e no meio eu ponho a Dança de São Gonçalo, porque é a festa de São Gonçalo e Caruru de São Gonçalo, então a gente coloca algum verso no meio pra não fugir da dança de São Gonçalo, e vai até a ressurreição. O último verso é:

*“Jesus subiu pra o céu
Levou sua mãe também
Por Jesus Cristo e sua mãe
Grande devoção nós tem
Espero que no dia do juiz.
Pra julgar nós ele vem
Será todos perdoados
Os que grande devoção tem
Caruru se terminou
Os anjos diga amém”*

Esse aqui é a hora que Jesus pede água na cruz:

*“Jesus Cristo verdadeiro
Está com a mão pregada
Ele tem sede, Maria disse
Meu filho pede água
Nessa hora os judeus
Ainda dava risada
E disse pra sua mãe
Ele não tem sede nada*

*“Nessa hora os soldados
Não tiveram piedade
E na boca de Jesus
Puseram fel e vinagre*

*Não sabendo que Jesus
Era filho de Deus Padre
Jesus já ia morrer
Nosso pai de verdade”.*

João-Braço
garimpeiro de ouro e de diamante
*(aprendendo segredos do garimpo com ele,
 Em um riacho do Mendanha, em Diamantina)*

*No que narrei, o senhor talvez até ache mais
 do que eu, a minha verdade.*
João Guimarães Rosa
Grande sertão: veredas

João Braço no Mendanha, em Diamantina

João Braço, era um garimpeiro negro, extremamente pobre e analfabeto do Vale do Rio Jequitinhonha, em Diamantina no começo dos Sertões do Norte de Minas Gerais.

Ele era já um velho e a rala barba branca, na verdade um tímido cavanhaque entre os lábios e o fim do queixo. E, sorridente, brincava com os números de sua idade “Negro quando pinta, três vezes trinta”. Quando branqueiam o cabelo e a barba de um negro ele beira os noventa anos. Ele não lembrava a idade exata. Mas sabia que teria mais de 90 anos.

Uma “oficina de cultura popular” durante uma semana de um julho dedicado ao Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais levou-me de Diamantina a um pequenino lugar, separado do resto do mundo por uma estranha ponte de madeira sobre o rio Jequitinhonha. Ali onde o grande rio que sobe ao Norte ainda é nascente e estreito, a ponte do Mendanha guardava um delicado acento pitoresco que outras pontes deveriam imitar. Ela era uma ponte com bancos. De um lado e do outro do lugar por onde passavam sobre as águas do rio pessoas, cavalos, carros de boi e raros automóveis, havia bancos de madeira encostados na balaustrada. Como o Mendanha não tinha praça com bancos, a ponte era, ao mesmo tempo, a passagem e a praça.

Na estrada entre Diamantina e o Mendanha encontramos sobre as poucas de águas um riachinho uma mulher garimpeira. Não era nem moça e nem velha e parecia muito pobre. Conversamos um pouco. E ela confidenciou que a “cata” de ouro e de diamante” estava tão próxima a coisa nenhuma “que no ano que vem eu não sei se continuo garimpendo ou se vou catar sempre-viva” na chapada.

No povoado do Mendanha, foi por sugestões um homem ao acaso interrogado que eu fui dar na casa de João Braço. Na verdade, algo menos do que uma casa. Apenas um tosco um “cômodo” levantado a custa de blocos de cimento não rebocados. Uma cama improvisada de madeiras, um colchão aos farrapos e um fogão apagado, sem lenha e sem panelas. Um pouco mais tarde uma de suas filhas viria trazer um magro prato de comida.

João Braço me recebeu entre espantado e acolhedor, diante de uma tão súbita e estranha e inesperada aparição. Abriu um sorriso medroso e fez um daqueles gestos mineiros para que eu entrasse, sem reparar os descuidos de “uma casa sem mulher”. E nós nos sentamos, ele no colchão da cama e eu em uma única tosca cadeira do cômodo.

Encurvado pelos anos e anos de um ofício que obriga o corpo a dobrar-se sobre as águas, magro, muito magro, ele quase seria invisível entre os outros, em uma rua de Diamantina. E eu penso que caso João Guimarães Rosa houve estado no Mendanha, ele poderia haver-se tornado um desses homens cuja apenas pessoa e cuja figura, tornadas uma narrativa, poderia tornar lendário um povoado inteiro, como aconteceu com Manuelzão, do Andrequicé, com quem vim a estar anos mais tarde. Vaqueiro, boiadeiro, guia da viagem sertaneja de João Guimarães Rosa e, depois, personagem de uma sua preciosa novela. No entanto a figura de João Braço, do Mendanha, era o oposto da Manuelzão do Andrequicé. Um homem longo, aprumado e vertical em sua velhice, do alto de seus cabelos já brancos e sua imensa barba que fazia dele bem mais um personagem de sagas escandinavas, do que um homem que mal havia saído de sertões onde agora a soja e o eucalipto expulsam pessoas e bois, vaqueiros e pequenas epopeias a cavalo.

Em João Braço, garimpeiro. Quando de pé ele não podia fazer mais com o corpo uma figura na vertical. As pernas arqueadas e também as costas, depois dos muitos e longos muitos anos debruçado sobre águas e areias de riachos e de rios, em busca dos diamantes que, quando vinham, pequeninos, quase uma mínima fagulha de luz, iam parar em outras mãos; em outros bolsos. Os braços longos e muito magros. “Pele e osso só”, ele brincava com a sua magreza e ria de si mesmo, quando, mais sério e com os olhos já marcados pela catarata fixos em mim poderia haver dito esta outra fala: “veja o que a vida e os brancos fizeram comigo”.

Mas vivia ainda, e bem mais do que Manuelzão, sorria de tudo e de nada. Eu penejei vir ao Mendanha um ou dois dias, justamente para uma brevíssima investigação a respeito da “cata de diamantes”. Conteí a ele de uma maneira singela o que me trouxera a Diamantina e porque havia chegado ao Mendanha e à sua casa. Ele não sabia de nada do que se passava “lá”. Tão perto vivia de Diamantina, e o antigo Arraial do Tijuco era para ele um lugar quase tão distante quanto Belo Horizonte.

Mas, entre tropeços da memória e fragmentos de lembranças João Braço no começo de nossa conversa narrava viagens de muito tempo atrás, “quando eu fui moço”. As idas de aventuras e as vindas de volta, para e desde muito longe: Goiás, Mato Grosso. Trilhas que seguiu quando foi “ainda moço”, ou já um “homem eirado”.

Antes que eu pedisse ele começou a contar a sua história de “garimpeiro a vida inteira”, e conversamos durante longos minutos, ali na sua casinha. Ora a sós, ora na frente de um neto que veio brincar no chão da casa. Como eu não conhecesse quase nada a respeito dos segredos do garimpo, logo percebi que ele

se alegrava em descer a detalhes e falar como um mestre de seu ofício. Assim, a cada pergunta minha ele respondia como uma quase aula que ia das estórias do lugar, “desde o tempo dos cativos”, até precisos dados técnicos sobre os segredos do lavar o ouro e, mais ainda, o diamante. Apontando com as mãos e os dedos rumos de perto e longe, falava de serras, de rios e de riachos. Um riacho era bem perto dali.

Depois de algum tempo de conversa gravada perguntei a João Braço se poderíamos ir até ao riacho onde até há pouco ele costumava garimpar ainda. De pronto ele respondeu que sim. Fomos. Enquanto eu reunia meus apetrechos ele saiu até o quintal da casa. Voltou com seus instrumentos de “garimpagem”: uma enxada e duas peneiras. Saímos então juntos, logo depois que ele acabou de comer com pressa o prato magro de comida já então fria que a filha trouxera. E ele pedia desculpas com vergonha do que comia, por não poder me oferecer “nem um cafezinho”.

João Braço colocou as duas peneiras na cabeça e a enxada no ombro. Com os pés descalços e a calça velha arregaçada, caminhava na minha frente. E ia com uma tal inesperada e jovem destreza, que depois de um trecho de menos de um quilômetro, era eu quem pedia a ele que caminhássemos mais devagar. Andamos quase meia hora. Era um mês de julho nos altos da Serra do Espinhaço, e mesmo com o sol forte do quase fim da manhã, fazia frio. João Braço caminhava sem tropeços com as peneiras equilibradas na cabeça, e ia pelas trilhas de terra e areia sem esforço algum.

Algumas crianças e de mulheres vindas por uma trilha que encontrava a nossa estradinha, espantaram-se e riram com surpresa e temor, ao ver um velho conhecido, junto com um estranho e inesperado homem pela estrada estreita. Tanto quanto João Braço, elas deveriam saber que há muito tempo não havia diamantes que valessem uma tarde de trabalho duro por ali, e haveriam de se perguntar em busca do que aqueles dois caminhavam em direção ao riacho.

O velho andava e falava, como quem se sente obrigado por respeito a um alguém “vindo de longe” a responder às suas perguntas e aos seus silêncios. Contou de alguns “derradeiros” diamantes. Narrou pequenos fatos do lugar e lembrou nomes de pessoas que ainda haviam encontrado, aqui e ali, algum pequeno ou mesmo quase “grande” último diamante. Descreveu os seus cuidados diários da vida e de como, velho agora e amparado por duas filhas, ele ainda tratava de fazer por conta própria alguns pequenos serviços na casa e no quintal. Disse que para ganhar “algum dinheirinho” de vez em quando ia catar como aquelas mulheres e crianças, por perto e mais longe alguma lenha para vender. Mesmo ao longo do caminho íamos conversando e eu gravei toda a nossa longa conversa. No entanto, para este estudo trarei apenas as partes relativas aos momentos em que João Braço ensinava a um homem desconhecido e vindo de longe, os segredos do ofício do garimpo.

Chegamos à beira do pequeno regato de pedras escuras, areias claras e rasas águas límpidas. A clareza das águas bem poderia ser um sinal de que os outros garimpeiros haviam desistido de tentar a sorte por ali. Penso assim, pois

outros rios e riachos da Serra do Espinhaço, invadidas ainda de garimpos modernos, com as suas químicas e máquinas, depressa agiram e devastam as areias em busca do que elas escondam ainda de “precioso”, ao mesmo tempo em que escurecem as suas águas e matam os seus peixes.

Ele indicou um local apropriado. Era um recanto manso e belo na manhã de julho. Passamos o final da manhã e quase toda a tarde entre as águas e as areias do regato. Ele por certo saberia que nada havia de pó de ouro ou pedra de diamante ainda naquelas águas e areias. E pensei que ele apenas representava generosamente diante de mim e de meus apetrechos de pesquisa, uma pequena encenação do ofício que foi o seu por tantos implacáveis e estéreis anos de busca. Mas, talvez ele imaginasse que a misteriosa presença cúmplice de um alguém tão inusitado e chegado de tão longe pudesse afinal trazer-lhe a sorte que a vida inteira lhe fora negada. Não trouxe.

Em boa parte do depoimento a seguir, ao narrar com detalhes, enquanto com gestos buscava encenar o que dizia, o que João Braço me ofertou naquele riacho foi uma verdadeira breve e fecunda aula a respeito dos segredos do garimpo de diamantes. Posso imaginar que em outros momentos e diante de outras pessoas, ele terá, como um alguém que esquece que é também um “mestre em seu ofício”, repetido parecidas palavras e realizados semelhantes gestos.

Os saberes do ofício do garimpo

Nota: Minhas perguntas estão em tipo normal e as respostas dele em *itálico*.

O que eu acho engraçado que as serras também dão diamante. Eu pensava que só dava nos rios.

O rio dá diamante. Eu digo pro senhor a verdade. Pra todo canto que o senhor achar, é “pedra mineira”. Tem três qualidades de “pedra mineira”. É o seguinte: tem uma cinzenta meia curva; tem uma lisinha bem-feita; e tem a fava de cobre e a de estanho; e tem a fava de faveira, que é conhecida. E tem uma pretinha que chama “esmerilo preto”. Mas tudo deu diamante. Ainda tem uns diamantes aí. Só que agora diminuiu e tem pouco garimpeiro agora.

Tem pouco garimpeiro hoje. Agora, diamante o senhor acha que tem muito hoje?

Tem ainda. Tem muito diamante! E é assim todo mundo aí tira diamante, aí no rio. Tem usina aí que o senhor pega o sujeito aí, e em duas semanas ele descobre, e diamante de todo tamanho ele tira. Ele tira diamante de 40 gramas, 60 gramas, 50 gramas.

(Ele fala de empresas nacionais e estrangeiras que com dragas estão devastando o leito do Rio Jequitinhonha em busca do que ainda haja de diamantes. Há

controvérsias contínuas a respeito ao direito de grandes lavras no rio, devido a supostos danos ecológicos irreversíveis).

O senhor mesmo já tirou desses tamanhos?

Já tirei. Já tirei diamante quase de um oitavo, do tamanho de um coco de Macaúba, sem aquela casca amarela. Era um caroço assim (mostra com os dedos).

Puxa vida, é grande, hein?

Pois é. Não tava dando é muito dinheiro, porque o mantimento tava caro. Agora um diamante de oitavo tem que estudar uma idéia de como ele vai cuidar dele. Não é de cuidar só no garimpo não, porque ele vale muito dinheiro. Aqui ainda tem diamante de 7 gramas, 8 gramas, 10 gramas. Isso é fácil ainda achar aqui. Eu já achei lavando os entulhos aqui.

Quer dizer que o senhor pegou um entulho que os antigos tinham jogado fora, tinham deixado?

É. Já tinha trabalhado e jogado fora. Eu vendi por um conto de réis. Depois eu fiz uma aventura de dinheiro e nunca mais tirei diamante. Essa aventura que eu fiz com esse cara... nunca arrumamos nada. E eu trabalhei, trabalhei e não arrumei nada. Bom, aí eu passei pra cá do córrego, do lado do Guará, e até cheguei em Diamantina. Aqui na beira do rio eu tirei um diamantinho, e lá no Desemboca eu não tirei nada.

É outro rio que tem por aqui é o Desemboca?

É sim senhor. Aquele que fica de lá. Então eu não tirei nada, em uns lugares tava entupido, e no fundo deu um “corrido”.

Corrido, o quê que é, seu João?

Corrido, eu vou contar pro senhor. Aqui a gente trabalhou. Aqui ele não acertou nada. Aqui esgotou. E eles jogaram fora as pedras; e agora quando eu tirei as pedras lá embaixo e o diamante estava na moita. Mas não era muito grande. Era diamante de um quarto. E é assim, até hoje eu tô trabalhando.

Quer dizer que até hoje o senhor trabalha com diamante?

Até hoje eu ainda trabalho com diamante. Todo ano, onde eu fiquei devendo mais pouco foi quando eu trabalhava alugado.

Trabalhar alugado, como que é, Seo João?

Trabalhar alugado é assim: é eu garrar não trabalhar pra mim, mas trabalhar pra outro. Às vezes já aconteceu de eu trabalhar pra um outro, que é um corretor de boi. Às vezes dá pouco, porque eles pagam pouco. Não dá pra pagar uma coisa que o senhor precisa, né? Outras vezes tem que pegar a idéia

de trabalhar de noite pra recompensar o dia, que pode dar certo ou não dar. Tem isso. Mas fazer assim, diamante com contrato é a maior regalia.

Parece que aqui no Mendanha todo mundo mexia com garimpo. Mas como é que acabou?

Pois é. É o mesmo que falar assim: Já acabou. Onde é pedaço duro não vai. É mentira porque não aguenta. Precisa de alavanca, cunha e outras coisas que aparece aí. Se tiver três alavancas dentro do comércio... porque mais não tem. Quando enfrenta uma serra aí, é ferramenta emprestada. Eu não trabalho com ferramenta emprestada, porque eu tenho medo. A pessoa trabalha de ferramenta emprestada e não guardou direito, e veio outro, apanhou e foi embora.

O senhor tem ferramenta sua?

Eu tenho, pouco, mas tenho. Tenho alavanca, picareta. Fica eu e o garimpo todo desembaraçado aí no campo.

Enxada pra que Seo João? O senhor falou peneira, goiva e enxada.

É. Enxada é pra fazer pururuca, e peneira é pra passar aquele corrido. E se tiver muita pedra é preciso arrumar um peneirão pra passar o bruto; pra depois passar o outro. Tem lugar que dá diamante, tem lugar que dá ouro. Tem lugar que dá muito ouro e pouco diamante. Outros da muito diamante e pouco ouro.

Seo João, quer dizer que às vezes em lugar que dá muito ouro dá pouco diamante?

É sim. O senhor vê que o diamante em um material seco, e o ouro é da terra; é a mina que ele atrai. E o diamante onde tá de fora, atrai o fogo. É assim. É por isso que um é de uma qualidade e o outro de outra.

O diamante é de mais valor, e o ouro de menos valor. É o que mais atrai o fogo, e eu tenho medo disso.

Quer dizer que o diamante não combina com o ouro?

Não. O diamante atrai raio mesmo. Eu até já trabalhei nisso, né?

Há! O senhor já trabalhou procurando ouro também?

Já.

Eu pensei que fosse só diamante.

No diamante já passei muito na peneira; e o ouro é na bacia. É assim: a gente trabalha muito. O senhor pra tirar o ouro é na bacia e o diamante é só na peneira.

Seo João, pra gente bater o ouro tem que ser dentro da água mesmo? Não tem na Serra?

Não. É dentro da água; que bater no seco é tão duro que nem cascalho. Eu trabalhei aqui em Taipava. Eu comecei lá de perto do Mato Grosso com o Dr. Mira, um estrangeiro. Conheço o capitão Rodolfo; trabalhei pra ele aqui em Ituiutaba. Quando ele soube que eu tava ali no Paraná, ele mandou falar comigo pra vir trabalhar pra ele.

Seo João, com quantos anos o senhor começou a lidar com ouro e diamante?
Eu tinha a idade de quinze anos.

E hoje, quantos anos tem o senhor?
Hoje eu tô com uns noventa e poucos no cangote. Mas eu já trabalhei. A vida inteira trabalhei pra brasileiro, pra estrangeiro, pra americano. Trabalhei pra um carioca.

Seo João, nesses altos de Serra aí, não tem diamante, não, lá no altão mesmo?
Tem diamante até naquela lá, ó; lá em Pontaporanga.

Lá chama Pontaporanga?
Chama. E daqui, dali daquela grota pra cá é Jaratataca. Ali, Jaratataca. Aqui é Comércio e ali em baixo Dunga. Já trabalhei os córregos de fora. Todos têm garimpo; todos lá em cima tem. Até lá em riba, até longe. Jupiara é daí até na cadeia dos rios entre a serra Rebronca, corre pra ali. Chama Purrete. Ali eu já trabalhei, também naquela serra lá. Na serra dá diamante, não sei. Dentro do rio também dá.

...

Aí o senhor vai juntando cascalho com a terra?
É isso mesmo pra ver se a gente acha corrido. Só tem corrido.

Corrido o que é, seu João? Conta de novo.
Corrido, eu vou mostrar pro senhor. Corrido cõa assim, ó (ele mostra como faz com a peneira). Esse assim é o corrido, cõa assim.

Isso aí o quê que é? (aponto uma pequenina pedra na peneira) É um sinal de diamante?
É!

Quer dizer que primeiro tem que achar corrido?
É, tem que danar pururuca a fora.

Danar pururuca a fora?
É. Água carrega ela e fica a forma. Fica. Isso aqui é corrido novo, ó. É o estudo dessa forma pra tirar na peneira. O senhor quer ver? Agora mesmo vou bater

uma peneirada. Isso já é corrido novo, e eu vou bater essa. Aqui nessas pedras olha o corrido, ó.

Isso é o corrido?

É. É o corrido. Quando tem diamante clareia em cima disso, ó.

Esse é o grosso? Primeiro procura o grosso? Eu, por exemplo, já ia pensar que esse aqui já era um diamante.

Não. Diamante é mais bonito.

Agora, o que o senhor está lavando é fininho?

É. Esse aqui agora é o “terceiro” com “segunda”. Aquela ali é a primeira (aponta para a mais grossa das três peneiras do garimpo de diamantes – ele só tem duas)

Quer dizer que essa aí é a terceira com a segunda?

É. É essa dali, é primeira.

Quer dizer que por aqui não adianta procurar, não?

Não. Mas aqui ó! Pode procurar. Deu roda de forma. Pode cortar ela com cuidado que o diamante vem em cima.

Isso aqui chama roda de forma?

É. Isso aqui é roda de forma.

Tem um ali que até pareceu diamante seu João.

É pedra.

Eu, por exemplo, já ia pensar que isso aqui que tá brilhando é diamante.

Não. É não. Diamante é bonito. Quando é diamante as pedras todas escurecem. Ele só que lumeia. Engraçado essas pedras que lumeia assim e não é (diamante). Igual essa aqui ó, isso é pedra. Essa é pedra, essa é pedra. Tem pedras mais claras que essas que chamam grisóia?

Quer dizer que o que mais parece diamante é esse tal de grisóia?

É. Grisóia. Esse é um cristal limpo: esse é grisóia.

Diamante é lavadinho, limpo.

O senhor põe um bocadinho de água na mão e solta.

Ele aqui, ele fica quase desse

tamanho, ó. Sendo diamante na água fica desse tamanho.

Pondo na água ele cresce.

Só o diamante que é assim?

É, ele pode ser ruim, mas ele é assim. Corrido na beira do rio é num instante.

Vê diamante, corrido novo, né? corrido novo ou corrido velho.

Seu João, às vezes precisa de um dia de trabalho pra achar um diamantinho, né?
É. Mas é o mesmo processo.

E lá na serra é desse jeito também, seu João?

É o mesmo jeito. Sempre tem que ter água. Se não, não lava. Carrega pra por na beira da água. É. Primeiro é num peneirão; e tira aquela primeira terra. Um peneirão grosso, tira a primeira terra e passa a mão no outro pra peneirar nele. Pra passar esse, ó. Esse daqui passa seco. Passa seco. Só que passa é pra por nessa. É pra por numa de quatorze.

Quatorze... Quer dizer que essa aqui não passa seco? Essa aqui não passa seco, não?

Essa é no peneirão... dezessete. Tem a quatorze: o meio. Da meio passa aqui ó.

Essa é a última. Tem quatorze. Tem dezessete que é essa. A quatorze é outra.

Ela é a companheira dessa,

o meio. Pra lavar é essa aqui, pra ficar mais fino a carga, não

dá nesse furado aí ó. Essas pedras todas que estão aqui cai na outra. Essa (peneira) daqui é de bater. Essa aqui também bate, mas quando peneira grosso é assim. (os números são as medidas da trama das peneiras do garimpo.

Ai essa meio tem que ser com água?

É.

Não pode ser seco não, a seco é só essa daqui?

Não. A seco é só essa daqui, ó. Essa daqui é dentro da água em cima dessa. Então, é em cima de uma outra: é meio.

É meio?

É mais fina que essa, pra essa daqui receber pra lavar de início.

Seu João, quando o homem acha uma pedra aqui nesse grosso ele fica contente porque ai é grande, né?

Ah! Fica. Quando acha um diamante desse ele tá contente. É dinheiro mesmo

O senhor mesmo já achou grande assim?

Já. Desse tamanho. Do tamanho disso eu tirei na serra. Eu já tirei diamante de cinco grama. Tão transparente que ele era.

Parecido que era desse tamanho, ó.

Tem outro, chama boca de caldeirão.

Boca de caldeirão? É o que? Seu João.

É uma pedra dessa qualidade que chama "caboclo".

Assim agarra e é duro. É preciso lidar com alavanca. Ou então quebra com o maranco.

*É lugar que pode ter diamante também?
Pode, pode ter diamante.*

*Seo João, esse pessoal que trabalha com as empresas, é meia-praça também?
Não. Esse serviço de empresa de beira rio é “companhia”.*

*Mas ali o garimpeiro recebe como?
Aquele que trabalha junto, quando sai algum diamante, ele faz o cálculo e diz:
“Esse aqui vale tanto, fulano”.
Nós não estamos vendendo hoje porque hoje é o primeiro dia e nós
estamos fazendo isso. Mas nós vamos fazer mais direito”.
Torna lavar, torna tirar e junta, e quando é no sábado sai com ele pra saber q
uem é o comprador que dá mais e salva o serviço.
E o serviço dá um ou dois maior, que isso, ó.
Conforme é o tamanho, as duas pessoas tá com dinheiro no sal.*

*Aqui no comércio muita gente trabalha é pra companhia?
Aqui trabalha dois, três agarrados num serviço só.
Outra hora trabalha um sozinho num serviço.
Tira paio, peneira pra tirar pedras, desengoma, tira a terra
vai amontoando ele lá. Quando é na quinta-feira peneira ele,
e quando for sábado, lava.*

*Quer dizer que lava é no fim de semana?
É em fim de semana.*

*O resto da semana passa é peneirando, desengomando?
É. É assim, tirando. Eu mais Renato. Tem esmerilo, tem paiol.
Nós fez um paiol dessa altura ó! Ele tá aí!
Nós já estamos quase com dois paiol de esmerilo.
Tem um paiol como daqui lá.*

*Esmerilo, o que é?
Esmerilo é quando o senhor pega o paiol, põe ele aqui e tira a areia fora,
sacode ele no terreiro e dá o esmerilo.
Põe lá beirando do terreiro, vai até peneirar tudo.
Só que o nosso não foi peneirado não.*

*Aí traz no rio pra lavar?
É, quando tiver água lava.*

Então não precisa trazer aqui no rio não?
Lá não tem água não. Só tem água quando chove.

Aí é que lava?
*É. Sai do esmerilo, tira paiol sai do esmerilo, tira terra.
 Depois carrega o esmeril.
 Vai pondo lá num lugar onde corre uma aguinha. Amontoa ele lá,
 e quando tiver chovendo vai lavar.*

Aí é que vai procurar diamante?
Aí é que vai ter diamante. É assim. Lá é pobre de água, é ruim pra andar.

Agora tem uns lugares nessa serra aqui que deve ter água. Não tem não?
*Lá pra cima naquelas grutas, lá tem. Pouca, mas tem água.
 Lá pra lá, no meiado. Pra lá tem outra água. É assim.
 Tem que ir se arrastando longe.*

Ai o senhor tá lavando na última né, Seo João?
É.

O senhor não tem o meião, não?
*Não. A meião eu não tenho.
 Tenho outra fina, companheira dessa daqui,
 e essa mais grossa é a primeira.*

E porque o senhor não tem o meião?
*O meião é por isso: porque a canjica dessa daqui passa por ela,
 e fica mais fina por essa daqui. A meião eu não tenho não.*

Aí no comércio não vende peneira não, né?
*Não. Só em Diamantina, Só. Peneira aqui só de segunda mão, de garimpeiro.
 De primeiro um jogo de peneira custava 25 merréis, a princípio.
 Depois pegou a custar 30 merréis, e depois foi mudando.
 Agora custa mil cruzeiros uma peneira de terceira.
 É um conto de réis uma. Ficou caro.*

Como é mesmo que é “meia-praça” seu João?
*Meia-praça é quem come à custa do patrão, do sócio.
 Quando ele é a custa do sócio, então é meia praça. Traz caldeirão de
 comida, mas é a custa do patrão.
 Então aí já chamado de meia-praça.
 Quer dizer que ele tem meia parte dele, e outra meia parte é do sócio
 que dá pra ele boia.*

Sei. Quer dizer que diamante que ele acha é meia parte de cada um?
É!

E o sócio dá só a boia ou dá peneira e essas coisas?

A peneira.

O sócio tem obrigação de entrar com a ferramenta. Quem trabalha de meia-praça ele não compra ferramenta, não.

Se trabalha de meia-praça, não tem nada com ferramenta.

O senhor tá compreendendo? A enxada, caimbé, bigorna, peneira, tudo é ele de quem dá.

Ele dá a boia, é assim. Se ele quer qualquer ferramenta,

o sócio dele é que é meia-praça. É quem tem uma placa pra partir no meio.

Ele tem que dar pra ele uma quantia de 3/4. É assim.

Ah, já entendi! Tem que dar 3/4 pra ele.

*Se ele leva a bóia dele, se tem a ferramenta dele, mesmo que não tem a ferrame
nta*

e trabalha com ferramenta do meia-praça dele.

Aí fala meia-praça também?

*É meia praça do mesmo jeito. Se aquele meia-praça sair do serviço, não
agradou, tem que dar só se as ferramentas dele! É assim.*

Seu João, como é que é quando o senhor falava assim: “aventurar”. Eu aventurei com tal pessoa aí, é trabalhar como?

*Se eu falar: “eu trabalhei com fulano de tal”, e pergunta: “é meia ou é uma que
ele tá ganhando em sua mão?” A ferramenta é sua, a boia é você que dá a ele.*

Se é que eu dou a ele a boia, ele tem meia-praça comigo.

Agora, ele não dando nada, como diz, é diferente.

E quando trabalha assim, os dois trabalhando juntos, como é que chama?

Se cada um levar a boia da casa dele e trabalha junto,

o outro que leva boia pro serviço e trabalha junto.

Se outro leva também, é partido no meio.

Ele trabalha a custa dele. Então ele tem partido no meio com você.

O senhor mesmo conhece isso tudo né? seu João.

Conheço. Eu já andei isso tudo. Já trabalhei lá pra cima onde está esse fundo.

*Ali naquela serra dali eu fiz serviço. Lá já tirei diamante de 8, 9 gramas,
e não acabei com o serviço. Lá daquela beirada que tá ali*

tem água fria até lá adiante o córrego da ponte.

Seo João, e o Jequitinhonha vai embora por aí afora?
*É isso aí. É lava de serra. E Jequitinhonha vai longe,
e ainda vai parar em São Francisco. Vai encontrar com São Francisco.
Essa beira de Pirapora. Ele passa perto disso tudo, beirando o mar.*

...

*Pois eu sou garimpeiro. Eu trabalho nisso de tirar de dentro da água.
Amo peneirar, lavar. E trabalho em encoramento de serra, escorar pedra.
Tem pedra que se escapulir e pegar na gente, quebra o pescoço.
Lavrei diamante nesses rios a vida inteira...*

Um professor... jagunço

Trato a este brevíssimo escrito algumas passagens do Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa. Trago fragmentos de uma narrativa. A dos breves momentos da vida de um personagem central do romance. Faço isto em primeiro lugar porque este romance foi e segue sendo uma das leituras mais estimadas em minha vida. E faço isto também porque o seu personagem principal, Riobaldo – também dito: “Riobaldo Tatarana”, “Tatarana”, “Urutu-Branco” - antes de haver sido um jagunço e, depois, um chefe-de-jagunços, foi um estudante de escolinha-de-roça e, adiante, um professor.

Gabriel Garcia Marques, o escritor colombiano, autor de *Cem anos de solidão* entre outros tantos livros, escreveu também um livro de muitas páginas narrando a sua vida. O livro tem este nome: *Viver para contar*. É muito comum que seja em um romance, seja até mesmo em um livro ou um artigo científico o autor coloque em uma das primeiras páginas uma ou mais pequenas citações que, neste caso são chamadas de “epígrafes”. Eu mesmo procedi assim. E quase sempre as epígrafes são de outras pessoas. Mas aos setenta e cinco anos Garcia Marques ousou colocar uma epígrafe que por não ter indicação alguma de autor-e-obra, deixa supor que a frase é dele. E ela é esta:

A vida não é o que a gente viveu, e sim o que a gente recorda, e como recorda para pensá-la.

O que, de resto remete a uma inigualável e breve passagem outra de Guimarães Rosa, que Rubem Alves gostava de repetir: “o que eu lembro, tenho”.

Sendo um leitor fiel de Gabriel Garcia Marques – e bem mais de João Guimarães Rosa - não concordo inteiramente com a ideia da frase dele, Gabriel. Isto porque acredito que “a vida” é aquilo de que somos e que vivemos a cada mínimo instante de nossas vidas (ou da vida de quem somos). Quando lembramos a vida que nos retorna como memória, creio que ela é uma outra dimensão de nossa vida. E quando ao vivo ou por escrito nós a narramos (contamos, confessamos, confidenciamos, etc.) a alguém, a vida vivida e lembrada para ser narrada é ainda uma outra dimensão de mim-mesmo, transformada agora em uma narrativa.

Ao lembrar aqui Gabriel Garcia Marques devo lembrar que em uma de minhas idas à Colômbia levei comigo o livro dele lembrado acima. Tenho o costume ancestral de levar comigo livros e, de possível, CDs (ainda sou deste tempo) com escritos e músicas do ougar no Brasil ou fora dele para onde estou indo.

Fui lendo o livro desde o voo São Paulo-Bogotá. E, para feliz surpresa minha, descobri que pelo menos quatro capítulos das memórias de Garcia Marques são recheados de memórias escolares e para-escolares. Coó quando ele relembra que mais aprendeu em bares e tertúlias com jovens estudantes-escritores do que nas saldas de aula o que o fez depois um jornalista e um escritor.

Ou quando ele recorda como aprendeu segredos de didática que aplicou de então em diante em sua vida, na cama, com uma mante que teve quando jovem estudante. Ela era esposa de um capitão de navio no rio Madalena. E como tal ele passava três exatos dias fora de casa. Menos na ocasião em que voltou m dia mais cedo e... (quem queira saber o que houve a seguir, leia o livro. Penso que está no capítulo 4).

Quando dias mais tarde coordenei um minicurso em uma “maestria em Didática”, na Universidad de Pasto, ousei indicar o livro de Garcia Marques como um dos melhores manuais de didática que eu havia lido, não pude deixar de perceber vários olhares respeitosamente reprovativos.

Retornemos ao Brasil.

O *Grande sertão: veredas* começa e acaba - mais de seiscentas páginas depois - com as confidências de Riobaldo. Quando já “a caminho da velhice” Riobaldo narra a um silencioso e quase invisível interlocutor a epopeia de sua turbulenta vida. A um ouvinte que atento escuta, mas nunca fala nada, além de contar com detalhes a sua vida sertaneja, o “jagunço Riobaldo” narra vários outros casos – “causos” – vividos por ele, ou contados por outras pessoas a ele.

E ao falar muitas e emotivas vezes sobre um amor impossível, tornado uma desesperada revelação nos últimos parágrafos do romance, ele se dedica a quem o ouve, e a si mesmo, algumas perguntas difíceis de serem respondidas. Ele busca talvez no silêncio do outro-que-o-ouve as respostas difíceis de serem perguntadas. E a epígrafe do começo de nosso livro, vinda de uma das páginas do *Grande sertão: veredas*, bem poderia sugerir isto.

Do grande romance sertanejo – depois tornado filme, vídeo e minissérie – fica a imagem de um “menino do destino”, que o destino transforma em um jagunço do bando de Joca Ramiro. Relembro. Antes de ser jagunço e chefe-de-jagunços, Riobaldo, “Baldo” - um menino nascido pobre, e depois amparado por um padrinho, fazendeiro rico, de quem foge quando pode - foi aluno-de-escola e, depois, um professor. Isto nos sertões do Norte de Minas e nos anos finais do século XIX, presume-se.

Deixemos que ele nos narre como tudo isto começou a acontecer.

Bem, mas o senhor dirá, deve de: e no começo – para pecados e artes, as pessoas – como por que foi que tanto emendado se começou? Ei, ei, aí todos se esbarram. Compadre meu Quelemém, também. Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Curralinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir cursar Latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje, apreço um bom livro, despaçado.

É com estas palavras que, saído da “jagunçagem” casado, velho e já “quase barranqueiro”, Riobaldo narra pela primeira vez a sua vida de menino-aluno.

Tempos das pequenas casas-de-escola onde um “mestre”, não raro senhor de apenas um pouco mais de saber do que os seus alunos, ensinava em uma pequena sala única algumas letras e algumas contas, somadas a outros rasteiros conhecimentos.

Saberes que, no entanto, na lógica e no imaginário das gentes do sertão seriam suficientes para separar um alguém sem o-saber-da-escola das pessoas “ignorantes”, “sem estudo nenhum”, a começar pelos “analfabetos de pai-e-mãe”.

A primeira vez em que a escola aparece no longo romance é na página 30 de minha edição. Entre as tropelias de casos de sua vida e da de outros “videntes do sertão”, será preciso esperar a página 129 para que o narrador jagunço volte a lembrar os seus tempos de estudo, e a primeira vez em que é sugerido a ele ser um... professor.

Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Currálinho, para ter escola e morar em casa dum amigo dele, Nhô Maroto, cujo Gervásio Lé de Ataíde era verdadeiro nome social. Bom homem (...) vai, acontece, ele me disse: - “Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso”. Isso que ele me disse me impressionou, que de seguida formei em pergunta ao mestre Lucas. Ele me olhou, um tempo – era homem de tão justa regra e de tão correto parecer (...) Assim Mestre Lucas me respondeu: - “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava...” E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicava aos meninos menores as letras e a tabuada.

A frase que serve de mote a todo o romance, e que o ex-professor e jagunço Riobaldo repetirá inúmeras vezes é: *viver é muito perigoso*. Assim menino frágil e confessadamente medroso e despreparado para as artes brutas do viver “naqueles sertões, a primeira ocupação sugerida ao jovem estudante de primeiras letras é que ele estude mais do que os outros para “tirar carta de doutor” e vir a ser “um professor de mão-cheia”, já que parece não servir “para cuidar do trivial”, por não “ser habilidoso”.

E o moço Riobaldo segue inicialmente esta trilha.

Ele vai ser um professor antes mesmo de haver completado o seu ser-aluno, e antes de haver tirado qualquer “carta-de-doutor”, que no fim das contas ele nunca tirou. Algumas páginas adiante o jagunço Riobaldo recorre ao acaso e aos imprevistos do destino para narrar como veio a se tornar um professor nos fundos do sertão.

Ser um professor... algo em que ele, entre moço e quase-adulto, talvez na véspera daquele dia sequer imaginasse que poderia ser. Ele sai da fazenda do padrinho e retorna de visita à casa e escola de mestre Lucas. E ele lembra então.

Ah, e se não fosse cada acaso, não tivesse sido, qual é então que teria sido o meu destino seguinte? Coisa vã que não conforma respostas. Às vezes essa ideia me põe susto. Mas o senhor veja: cheguei em casa de mestre Lucas, ele me saldou, tão natural. Achei também tudo o natural, eu estava era cansado.

...

Digo: ele me ouviu e disse:

- *“Riobaldo, pois você chega em feita ocasião!”*

Aí me explicou, um senhor no Palhão, na fazenda Nhava, altas beiras do Jequitáí, para ensino de todas as matérias estava encomendando um professor. Com urgência, era homem de sua situação, garantia boa paga. Assim queria que mestre Lucas fosse, que deixasse alguém dando escola no lugar dele, no Curalim. Por uns tempos; isso, claro, não podia. Eu queria ir?

- *“O senhor acha que eu posso?” – Perguntei para principiar qualquer conversa, quase que eu sozinho nunca tive coragem.*

- *“Ei pode!” – O mestre Lucas declarou. Já que estava acondicionando numa bruaca os livros todos – geografia, aritmética, cartilha, gramática – e borracha, lápis, régua, tinteiro, tudo o que pudesse ter serventia. Aceitei. Um entusiasmo nosso me botava brioso. (Na página 143).*

Com os “apetrechos” de um professor Riobaldo sai a cavalo e vai em busca da escola que esperava encontrar na fazenda Nhava, na beira do rio Jequitáí. E quando ele chega, descobre que uma surpresa o esperava. Não havia ali uma escola. Não havia sequer uma pequenina sala improvisada de aulas para uns poucos alunos; algo nem raro e nem comum naqueles ermos e nos sertões-de-dentro do Brasil.

Havia a casa-grande e um estranho homem por nome Zé Bebelo, que vai ser ao longo do romance um outro personagem central. O mesmo homem que por algum longo tempo será seu parceiro de “bando de jagunços”, e que será a última pessoa quando ao final do romance ele estará concluindo a sua narrativa.

Zé Bebelo era um rico e poderoso fazendeiro. E ele queria estudar. Queria aprender as primeiras letras, as segundas letras, e tudo o mais que naquele tempo compunha um “saber-de-escola”.

Na fazenda Nhava o jovem Riobaldo teria um único aluno e seria um único professor. Riobaldo começa o seu ofício, sendo nomeado por Zé Bebelo, ao mesmo tempo, “secretário-e-professor”.

E entre aulas, longos e fáceis momentos de folga e folia, e o conviver com uma fazenda com frequência visitada até mesmo por “gente da cidade”, o professor Riobaldo se agrada da vida que vive então.

Me acostumei com o fácil movimento, entrei em amizade com os capangas. Sempre chegavam pessoas de fora, que conversavam em sozinhos com Zé Bebelo, gente de cidade. De um eu soube que era delegado, em missão. E ele me apresentava com a honra de: Professor Riobaldo, secretário sendo. Nas horas folgas, eu ia com os

companheiros, obra de légua dali, no Leva, aonde estavam arranchadas as mulheres, mais de cinquenta. Elas vinham vindo, tantas, que, quase todo tida, mais tinham que baratear. Não faltava esse bom divertir. Zé Bebelo aprovava: - “Onde que já se viu homem valer, se não tem à mão estadas raparigas? Ond`é?”. (Nas páginas 147 e 148).

O tempo passa e nem foi tanto tempo assim.

Numa noite que uma vez mais “divide em dois a minha vida”, o professor conhece alguns jagunços do bando de Joca Ramiro em casa de Zé Bebelo. E com inesperada surpresa ele se vê frente a frente com um dos integrantes do bando. Um moço jovem como ele.

E ele recorda de imediato em seu rosto o menino com quem, entre o medo e o deslumbramento, ele atravessou em uma canoa o rio São Francisco, e de cuja imagem nunca mais esquecera.

O moço se chamava Reinaldo, mas Diadorim será o seu nome costumeiro ao longo do romance. E diante do moço Reinaldo, o moço Riobaldo desiste de ser professor. E sem saber ainda o que fazer de sua vida ele reúne suas poucas tralhas, monta em seu cavalo e vai embora da fazenda de Zé Bebelo, a quem reencontrará já como jagunço.

E será preciso percorrer as muitas páginas de *Grande sertão: veredas*, para que uma vez mais, e pela última vez, a viver lembrança de quem ele foi antes de ser jagunço. E a palavra “professor” reapareça com ênfases de surpresa e alegria no livro.

Retirado do bando de jagunços que ele, o “Chefe Riobaldo Tatarana” dissolveu após o combate no Paredão contra “o bando dos Hermógenes”, e depois da morte de Diadorim, ele sofre todo seu imenso sofrer, E depois peregrina e retoma rumos de vida.

E entre suas andanças Riobaldo vai de visita a fazenda de Zé Bebelo. E é isto o que ele ouve dele, enquanto os dois se abraçam, a caminho da velhice.

Zé Bebelo gritou – “Safa! Safaz!...”- E me abraçou como amigo cordial, contente muito de me ver, constante nada tivesse destruído o nosso costume. Conto que estava o mesmo, aposto de condizente.

- “Tudo viva! Riobaldo, Tatarana, Professor...” Ele concisou: - “Tu quis paz?” (na página 621- grifo em Tatarana é de JGR).

Ao longo de todo o romance, que é, lembremos, a uma só vez o relato das travessias de um menino pobre, tornado aluno-de-escola, professor, jagunço e chefe de jagunços pelos sertões do Norte de Minas, e é também a quase indecifrável viagem interior que um homem que no amargo da vida errante, entre outras idas-e-vindas vive a sua própria travessia interior e se descobre a si-mesmo, Riobaldo “peleja” - e se pergunta, e pergunta a outros – se afinal o “o Diabo existe”. Ele existe?

E no último parágrafo de um livro que é todo ele uma confidência, ele pela

última vez fala ao homem que em silêncio o ouviu. E o romance “se acaba” assim:

Cerro, o senhor vê. Conte tudo. Agora estou quase barranqueiro²². Pra a velhice vou, com ordem e trabalho²³. O Rio de São Francisco que de tão grande se comparece – parece um pau grosso, em pé, enorme²⁴. Amável o senhor me ouviu, minha ideia confirmou: que o Diabo não existe. Pois não? O senhor é um homem soberano, circunspecto. Amigo somos. Nonada. O Diabo não há. É o que eu digo, se for... Existe é o homem humano. Travessia. (Página 460).

E, lembrem, o romance termina com o símbolo do infinito.

Eis como, com a ajuda preciosa de João Guimarães Rosa, esqueci o jagunço e de todo o *Grande sertão: veredas*, e lembrei as breves passagens de Riobaldo como aluno-e-professor.

E penso que podemos fechar este pequeno escrito de a para professoras e professores com uma enigmática frase Roseana, em que o ensinar e o aprender aparecem de maneira tão inesperada quanto iluminada.

A bom que eu não ensinei, mas bem que te aprendi a saber a certa vida.

22 Destino que lembra o de *Sidarta*, de Herman Hesse.

23. Eu também. CRB.

24. E aqui devo lembrar que duas vezes “desci o Rio de São Francisco” navegando. A primeira vez em 1999, em uma viagem do Projeto “Caminho das Águas. 26 dias rio-abaixo, entre Pirapora e o Pontal do Peba, onde o “Velho Chico” chaga ao mar. A segunda vez em 2011, como professor da UFU da UNIMONTES. 11 dias descendo de novo o São Francisco com 11 alunas e mais 3 professores. Dias de visitas às comunidades “ilheiras” e “barranqueiras”, entre aulas embarcadas e pesquisas de campo.

Livros e escritos lidos, consultados e recomendados
(com a inclusão de livros sobre folclore e cultura popular
lateralmente consultados neste e em outros estudos paralelos)

Brandão, Carlos Rodrigues

Os Deuses do Povo – um estudo sobre a religião popular

1980, Editora Brasiliense, São Paulo

(Existe edição nova e completa pela Editora da Univ. Federal de Uberlândia)

Brandão, Carlos Rodrigues

A Folia de Reis de Mossâmedes

1977, Cadernos de Folclore, FUNARTE/INF, Rio de Janeiro

Brandão, Carlos Rodrigues

Sacerdotes de Viola – rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais

1981, Editora Vozes, Petrópolis

Brandão, Carlos Rodrigues

A Dança de São Gonçalo – ritual religioso do catolicismo popular de camponeses do Estado de São Paulo

1981, *Musices Aptatio – Collectanea Musicae Sacrae Brasiliensis, Institut Fur Hymnologische und Musikethnologische Studien, Roma/Maria Laach.*

Brandão, Carlos Rodrigues

A Dança dos Congos da Cidade de Goiás

In: 1976, Revista Folclórica, nº 6, Goiânia

Brandão, Carlos Rodrigues

A Festa do Santo de Preto

1975, FUNARTE/Editora da Univ. Federal de Goiás, Goiânia

Carneiro, Edison

A Dinâmica do Folclore

1965, Editora Civilização Brasileira

Carneiro, Edison

Ladinos e Crioulos – Estudos sobre o negro no Brasil

1964, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro

Cascudo, Luís da Câmara

Dicionário do Folclore Brasileiro

1961, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro

Foster, George

Tzintzuntzan1

1965, Fundo de Cultura, México

Prado, Regina Paulo

Todo o Ano Tem – a festa na sociedade camponesa

1980, Museu Nacional, mimeo

Rizzo, Elda Maria Rizzo

A Produção do Saber Popular e a Reprodução do Benzedor em Campinas,
1982, UNICAMP, mimeo.

Rosa, João Guimarães

Grande Sertão, Veredas
1987, Editora José Olímpio, São Paulo